

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL
ANO BASE 2017

FACULDADE CAMPO REAL

Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional

2017

SINAES

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

Guarapuava

2017

SUMÁRIO

DADOS DA INSTITUIÇÃO	05
COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO-CPA	05
1. APRESENTAÇÃO.....	06
2. INTRODUÇÃO	11
3. METODOLOGIA	16
3.1 Projeto/processo de Autoavaliação Institucional.....	16
3.2 Subsídios.....	21
3.2.1 Autoavaliação Institucional: participação da comunidade acadêmica.....	22
3.4 Autoavaliação Institucional e Avaliações Externas: análise e divulgação dos resultados.....	28
4. DESENVOLVIMENTO	34
4.1 EIXO 1 – Planejamento e Avaliação	34
4.1.1 Dimensão 8 – Planejamento e Avaliação.....	34
4.1.2 EIXO 2 – Desenvolvimento Institucional	37
4.1.3 Dimensão 1 – A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	37
4.1.4 Evolução Institucional a partir dos processos de planejamento e Avaliação Institucional.....	48
4.1.5 Dimensão 3 – Responsabilidade Social	57
5. EIXO 3 – Políticas Acadêmicas	63
5.1 Dimensão 2	63
5.1.1 Ensino.....	63
5.1.2 Pesquisa	89
5.1.3 Extensão	101
5.1.4 Pós-graduação.....	103
5.2 Dimensão 4 – A Comunicação com a Sociedade	106
5.3 Dimensão 9 – Política de Atendimento aos Discentes.....	108
6. EIXO 4 – Políticas de Gestão	113

6.1	Dimensão 5 – Políticas de Pessoal.....	113
6.2	Dimensão 6 – Organização e Gestão da Instituição	116
6.3	Dimensão 10 – Sustentabilidade Financeira.....	119
7.	EIXO 5 – Infraestrutura Física.....	121
7.1	Dimensão 7 - Infraestrutura Física.....	121
8.	Considerações Finais	135
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	138

Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional

2017

Dados da Instituição

Nome: Faculdade Campo Real – IES 5511

Caracterização da IES: Instituição privada com fins lucrativos

Estado: Paraná

Município: Guarapuava

Composição da Comissão Permanente de Avaliação – CPA

Composição da CPA

MEMBROS	SEGMENTO QUE REPRESENTA
Sônia Maria Hey	Corpo Técnico-administrativo
Anderson Furmann	Corpo Técnico-administrativo
Patrícia Manente Melhem	Docente
Rafael Martini Pedroso	Docente
Anna Soares	Discente
Gustavo Tuzzi	Discente
Murilo Moreira de Oliveira	Sociedade Civil
Roni Antônio Garcia	Sociedade Civil
Tales Falleiros Lemos	Sociedade Civil

Resoluções: nº 2/2010 / nº 3/2010 / nº 1/2011 / nº 7/2011 / nº 5/2012 / nº 9/2012 /
nº 13/2012 / nº 31/2012 / nº 7/2013 / nº 11/2015 / nº 3/2016 / nº 31/2017

Ato de nomeação: nº 21/2014

1. APRESENTAÇÃO

"Avaliar para (a)firmar valores". Dilvo Ristoff (1996)

O objetivo do Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional é divulgar os resultados parciais da avaliação à comunidade acadêmica e à sociedade, dado o caráter social da educação, prestando conta publicamente das suas responsabilidades na formação integral dos alunos. Pretende-se explicitar os instrumentos utilizados na coleta de dados, os métodos de análise empregados, a interpretação dos resultados e conclusões que oferecem algumas respostas às diversas perguntas surgidas durante o processo.

Este relatório pretende ser uma comprovação material do trabalho de autoavaliação institucional realizado, reconhecendo e valorizando o esforço realizado pelos envolvidos na sua construção. Nele devem estar expressas as virtudes, méritos, potencialidades, mas também as omissões, deficiências e fragilidades particularmente dos diversos cursos da Faculdade, no que se referem aos eixos e respectivas dimensões previstas em lei e a constante busca da qualidade dos serviços ofertados, reafirmando o compromisso com a sociedade em busca da confirmação da identidade e missão institucional.

Seguir as diretrizes e princípios estabelecidos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES)¹ nos documentos “Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior” (BRASIL. MEC, 2004a) e “Roteiro de Autoavaliação institucional” (BRASIL. MEC, 2004c) tem sido premissa institucional para elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional.

¹ A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – **CONAES** é o órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior SINAES, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de Abril de 2004. Disponível em: portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13082:apresentacao-conaes Acesso em: 30 de março de 2017.

O Relatório de Autoavaliação a ser postado no Sistema e-MEC² teve roteiro sugerido inicialmente em documento elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e aprovado pela CONAES, na reunião do dia 17 de setembro de 2005. Trazia roteiro com elementos mínimos a serem incluídos nos relatórios, e sua finalidade era de apoio ao trabalho das Comissões Próprias de Avaliação (CPA's). Com isso, preservou-se a liberdade de que elas utilizassem outros modelos ou formas de apresentação que fossem mais abrangentes e compatíveis com suas identidades e estratégias de trabalho.

A partir da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065, o Relatório de Autoavaliação a ser postado no Sistema e-MEC trata de um documento parcial que segue as orientações da referida Nota, sobre a nova periodicidade do Relatório de Autoavaliação das IES e os prazos que deverão ser cumpridos, conforme texto transcrito: “A partir do ano de referência de 2015 o Relatório de Autoavaliação será submetido anualmente, por meio do Sistema e-MEC, ao longo de um período de três anos. Nos 2 primeiros anos, o relatório deverá ser inserido em sua versão parcial. No terceiro ano, será inserido em sua versão integral, conforme segue: até 31 de março de 2016 – 1º relatório parcial; até 31 de março de 2017 – 2º relatório parcial; até 31 de março de 2018 – relatório integral”. Sobre o roteiro a ser seguido para elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional proposto pela nota técnica apreciada, estão mantidas partes já adotadas por essa Comissão, aqui transcritas: “[...] Introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações e ações previstas com base nessa análise. Segue detalhamento do que poderá ser abordado em cada uma das partes:

- **Introdução** – Os dados da Instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação deverão ser informados neste

² O e-MEC é um sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil. Todos os pedidos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, renovação e reconhecimento de cursos, além dos processos de aditamento, que são modificações de processos, serão feitos pelo e-MEC. O sistema torna os processos mais rápidos e eficientes, uma vez que eles são feitos eletronicamente. As instituições podem acompanhar (pelo sistema) o trâmite do processo no ministério que, por sua vez, pode gerar relatórios para subsidiar as decisões. Disponível em: http://emec.mec.gov.br/modulos/visao_comum/php/login/comum_login.php?691ba69561e311dd66adaae89947c631=Y.WJhX21hbnRpZGE= Acesso em 30 de março de 2017.

campo, bem como o ano a que se refere, relatando se o relatório é parcial ou integral. [...]

- **Metodologia** – Na metodologia deverão ser descritos os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil consultados e as técnicas utilizadas para análise dos dados.
- **Desenvolvimento** – Nesse campo devem ser apresentados os dados e as informações pertinentes a cada eixo/dimensão, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a identidade das instituições. A seção do relatório destinada ao desenvolvimento deverá ser organizada em cinco tópicos, correspondentes os cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei Nº 10.861, que institui o Sinaes”.

Ainda em atendimento às orientações normativas oficiais, este Relatório caracteriza-se como um Relatório Parcial, conforme previsto pelo MEC/INEP, contendo parte do processo de ciclo avaliativo que será concluído em 2017, registrado no Relatório Integral, a ser apresentado em 2018.

Sobre o novo sistema de organização do Relatório de Autoavaliação, a versão do documento postado em 2015 e em 2016, por serem parciais, seguem suas versões de origem, contendo parte do processo de ciclo avaliativo que será concluído em 2017, registrado no Relatório Integral a ser apresentado em 2018. Ainda em atendimento às orientações normativas oficiais, este relatório parcial se divide em 5 Eixos e busca “estabelecer coerência e continuidade entre os dados apresentados, facilitando o desenvolvimento do Relatório de Autoavaliação bem como o processo avaliativo em sua integralidade” (BRASIL, 2014c, p. 4). Os Eixos propostos devem ter conformidade com o PDI e com a identidade da IES e devem ser apresentados conforme proposta da Nota Técnica 065 aqui transcrita:

- **Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional**
Dimensão 8: Planejamento e Avaliação
- **Eixo 2: Desenvolvimento Institucional**
Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

▪ **Eixo 3: Políticas Acadêmicas**

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

▪ **Eixo 4: Políticas de Gestão**

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

▪ **Eixo 5: Infraestrutura Física**

Dimensão 7: Infraestrutura Física

A figura a seguir, ilustra a dinâmica de interrelação entre os Eixos propostos e as dimensões avaliadas.

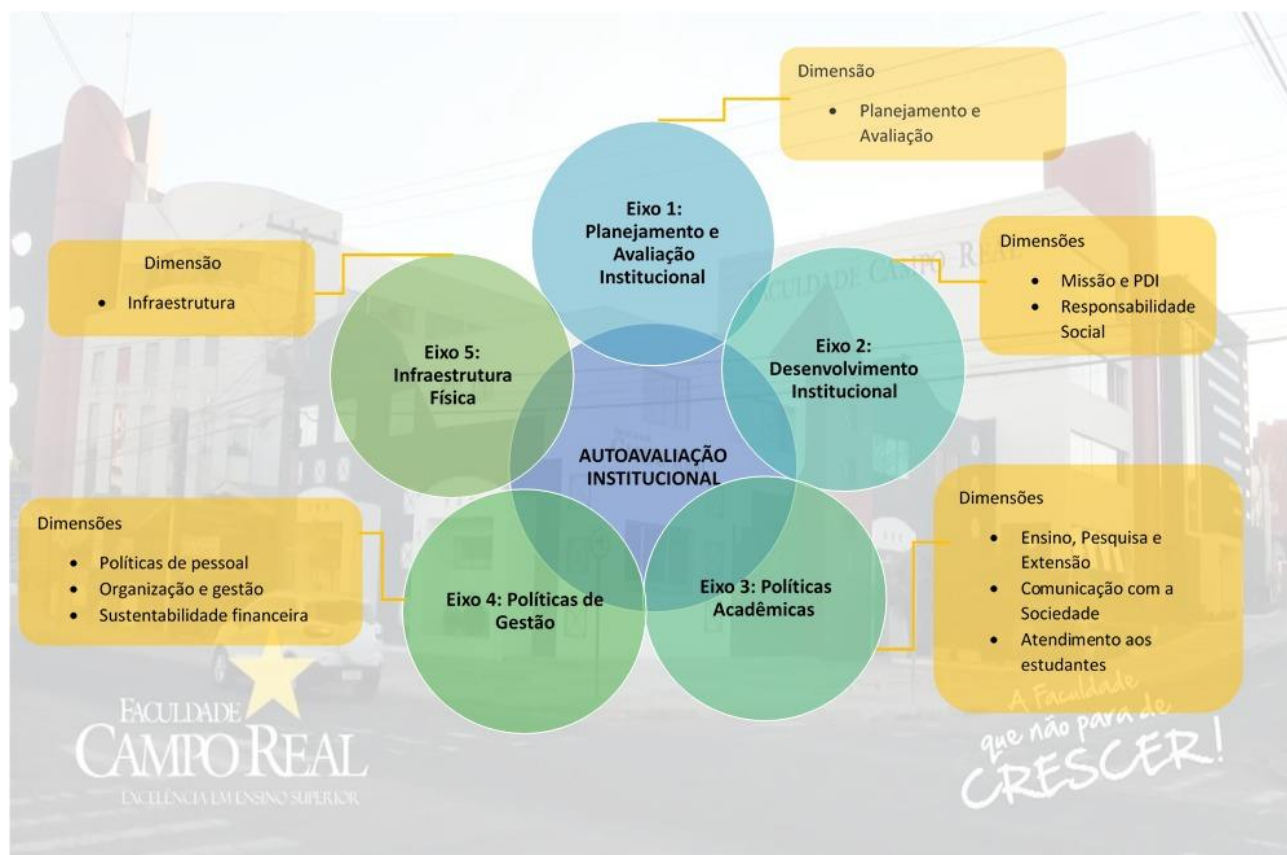


Figura 1- Dimensões institucionais avaliadas organizadas por Eixos.

A autonomia da instituição na abrangência do relatório é compatível com a identidade institucional e estratégias de trabalho. Essa autonomia, somada ao roteiro inicial proposto, trouxe contribuição para a construção de um documento abrangente, que possibilita a reflexão da instituição, de maneira autônoma e comprometida. O documento remete à complexidade, por sua abrangência, mas elucida com clareza as necessidades institucionais, quando observadas as 10 dimensões, reorganizadas em eixos que também acrescentaram coerência ao que se propõe o documento. As fragilidades apontadas pelo relatório em cada uma das dimensões simplificam o direcionamento do planejamento e das respectivas ações para a busca de soluções. Faz-se desafiador reverter, a cada processo, as fragilidades apontadas em potencialidades; ademais, isso traz à comunidade acadêmica potencial para direcionamento e planejamento.

O documento corresponde ao pensamento de Meneghel, Rolb e Silva (2006), quando consideram o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) como iniciativa relevante por promover a avaliação compreensiva, pedagógica e horizontal. Com todo esse rico material em mãos, de importante suporte pedagógico, de construção participativa e de caráter formativo, a CPA elabora o relatório final consolidando todas as informações obtidas nas análises parciais realizadas - a citar: análise documental, grupo focal, respostas abertas, respostas objetivas ao questionário e avaliação pelos usuários dos serviços da IES. A experiência na redação do relatório possibilitou, ainda, e de forma a merecer destaque, a percepção da necessidade de novos instrumentos e mecanismos de coletas de dados que se somariam às informações já obtidas, para consolidação de um relatório com maior capacidade de alcance e conhecimento da instituição e da percepção da comunidade e externa.

Avaliar uma instituição de ensino superior (e relatar esse processo em um documento), significa lidar não só com variáveis quantificáveis, mas também com situações polissêmicas, incertas e dinâmicas. Significa levar em conta as contradições, a pluralidade de pontos de vista, a diversidade dos sujeitos, e os elementos estruturais e conjunturais. Nesse sentido, a avaliação caracteriza-se como prática social geradora de múltiplos sentidos (DIAS SOBRINHO, 2008a). O objetivo é criar uma atmosfera para que a comunidade acadêmica forme coletivamente uma consciência dos indicadores que estão contribuindo para a construção do presente e do futuro institucional e daqueles que não estão correspondendo ao pleno andamento das atividades. O relatório tem o compromisso de revelar essa prática.

De acordo com AUGUSTO e BALZAN (2007: 608), a CONAES concebe a autoavaliação como

um processo contínuo em que a instituição busca se autoconhecer com vistas ao aperfeiçoamento de suas atividades acadêmicas, objetivando melhorar a qualidade educativa e alcançar relevância social [...] [a] instituição faz uma análise interna sobre o que deseja ser, o que de fato realiza, como se organiza, administra e age [...] procura identificar práticas exitosas, bem como a percepção de omissões e equívocos [...].

Se o objetivo da autoavaliação é avaliar a IES de maneira global, de forma contínua, buscando identificar a coerência entre a missão e as políticas institucionais realizadas, o processo de elaboração do relatório de autoavaliação deve dedicar-se à “consolidação” da avaliação interna, na qual os resultados das atividades realizadas devem ganhar solidez, com espaço para o processo crítico da autoavaliação. É uma fase de grande importância, pois é nela que acontecem as articulações com os outros instrumentos avaliativos do SINAES, bem como se promove o debate com a comunidade acadêmica (docentes, estudantes e pessoal técnico-administrativo) e a sociedade em torno dos resultados, subsidiando planejamento e propondo ações que visem à melhoria institucional e, também, criando as condições para o processo de avaliação externa.

2. INTRODUÇÃO

A avaliação institucional no ensino superior é tema de discussão no Brasil há alguns anos. Houve um crescimento de publicações nessa área a partir de 1990, “refletindo não só o interesse, mas a centralidade desta temática no âmbito das reformas e das políticas públicas de educação³”. (BRASIL, 2003)

Em 1993, a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) criou a Comissão Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras, com a função de conduzir politicamente o processo, e “com este encaminhamento, ficou clara a posição do MEC neste processo: coordenador, articulador e agente financiador da

³ Neste sentido, cabe destacar as publicações efetuadas pela Revista Avaliação que, apesar de ter surgido em 1996, concentra cerca da metade de toda a produção sobre Avaliação Institucional e Avaliação da Educação Superior no período 1968-2000. (BRASIL, 2003, p. 13)

avaliação institucional, assumindo a postura política de trabalhar em parceria com as universidades”. (BRASIL, 1994)

O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) foi “sustentado no princípio da adesão voluntária das universidades” (BRASIL, 2003, p.14), somado os princípios da globalidade, comparabilidade, respeito à identidade institucional, não premiação ou punição, legitimidade e continuidade. Esse programa “concebia a autoavaliação como etapa inicial de um processo que, uma vez desencadeado, se estendia a toda a instituição e se completava com a avaliação externa”. (BRASIL, 2003, p. 14)

Em 2003 é criado o SINAES, presidido pelo professor José Dias Sobrinho⁴. A autoavaliação institucional é uma das modalidades do instrumento avaliativo instituído pelo SINAES. Tem como fundamento a

(...) necessidade de promover a melhora da qualidade da Educação Superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais. (BRASIL. 2004a)

A Lei Federal n 10.861, de 14 de abril de 2004 (BRASIL, 2004a), estabeleceu em seu Artigo 11, o prazo de 60 (sessenta) dias para cada Instituição de Ensino Superior (IES) constituir a sua CPA “com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]” (BRASIL, 2004a). O Item I do citado Artigo determina “constituição por ato dirigente máximo da IES, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada à participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada” (BRASIL, 2004a) e no Item II preconiza “atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na IES”. (BRASIL, 2004a). Ainda em atendimento às orientações normativas oficiais, são atribuições da CPA:

⁴ Doutor em Ciências Humanas (Educação, 1975, UNICAMP). Realizou um pós-doutorado na École des Haute Etudes en Sciences Sociales de Paris (1977-1979). É professor titular do Programa de Pós-graduação em Educação da UNISO (Universidade de Sorocaba) e aposentado da UNICAMP, onde foi Pró-reitor de Pós-graduação e Diretor da Faculdade de Educação. Presidiu a Comissão Especial de Avaliação (MEC, Brasil). É colaborador de Global University Network for Innovation (GUNI-UNESCO) e do Instituto Internacional de Educación Superior para América Latina y el Caribe (IESALC-UNESCO). É editor da revista Avaliação. Autor de cinco livros e de mais de setenta capítulos e artigos de revistas, sobre a temática de avaliação, acreditação, educação superior e globalização. jose.sobrinho@uniso.br

1. Implementar os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);
2. Conduzir os processos de autoavaliação da Faculdade Campo Real;
3. Constituir grupos de trabalhos, tantos quantos forem necessários;
4. Divulgar junto à comunidade acadêmica a sua composição, agenda de atividades e os dados coletados;
5. Conduzir e coordenar o processo sucessório para composição da CPA.

No que se refere à CPA, Comissão que tem a responsabilidade de conduzir o processo de autoavaliação institucional, são cumpridas as normativas estabelecidas e a sua constituição e composição estão estabelecidas na Portaria nº 2051/04, no artigo 7º e § 2º, segundo o qual:

A forma de composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições da CPA deverá ser objeto de regulamentação própria, a ser aprovada pelo órgão colegiado máximo de cada instituição de educação superior, observando-se as seguintes diretrizes: I – necessária participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada, ficando vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados; II – ampla divulgação de sua composição e de todas as suas atividades. (BRASIL, 2004b).

A formação da CPA tem deliberação prevista em resoluções próprias, e é um desafio posto, reiterado por Zainko (2008, p. 831) em sua afirmação de que “nas IES a constituição da CPA esbarra em problemas políticos e na escassez de pessoal familiarizado com a questão”. Sobre essa questão, a formação e participação efetiva dos membros responsáveis pela condução do processo de autoavaliação institucional retrata o comprometimento com os aspectos legais e os princípios de representatividade e de autonomia que se espera de toda a comunidade acadêmica.

Observando o alerta de Morin (PENA-VEGA; ALMEIDA; PETRAGLIA, 2003, p. 149), em sua afirmação de que “para pensar localmente é preciso também pensar globalmente”, são elementos para análise e reflexão do processo de autoavaliação as demandas ministeriais, os parâmetros nacionais, estaduais, regionais e institucionais. Confirmando as intenções desse processo, o autor complementa:

Meu axioma é ao mesmo tempo sistêmico e analítico. Ele se expressa em uma fórmula de Pascal, que cito frequentemente: ‘Considero impossível conhecer o

todo sem conhecer especialmente as partes'. Isso implica um caminho do pensamento 'em vaivém'". (PENA-VEGA; ALMEIDA; PETRAGLIA, 2003, p. 150).

A análise sistêmica das informações é verificada também na metodologia para a autoavaliação, com enfoque quanti-qualitativo (BOGDAN; BIKLEN, 2003; TURATO, 2003), que prioriza a avaliação formativa, a avaliação do processo, não somente do produto e/ou dos resultados (BALZAN; DIAS SOBRINHO, 1995; ALMEIDA JÚNIOR, 2002).

Os dados quantitativos obtidos são utilizados para a contextualização da realidade da instituição e para dar suporte à abordagem qualitativa. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986)

A autoavaliação é uma das modalidades de instrumento avaliativo, instituído pelo SINAES, que tem como fundamento a "necessidade de promover a melhora da qualidade da Educação Superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais".

A Faculdade iniciou o processo de autoavaliação em 2004, oportunizando, basicamente, a avaliação do corpo docente pelo corpo discente. A partir das diretrizes do SINAES buscou-se ampliar o processo, no qual não só os alunos avaliavam, mas também os professores e colaboradores do corpo técnico-administrativo.

O processo de autoavaliação se caracteriza pela utilização de procedimentos quantitativos e qualitativos de avaliação e consulta formal, por meio de questionários, com a participação ampla da comunidade acadêmica em todas as etapas da avaliação, desde a concepção e execução dos instrumentos de avaliação até a análise dos resultados e sua publicação.

A avaliação institucional da Faculdade é pautada em dados obtidos por meio do contato permanente com os representantes docentes, discentes, técnico-administrativos, coordenadores de curso, reuniões de coordenações e diretoria, discussões desenvolvidas em cada um dos cursos e seus respectivos colegiados. A comissão de autoavaliação obtém as informações necessárias para identificar os principais problemas enfrentados pela instituição. Essa metodologia adotada conjuga estratégias de sensibilização e coleta

de dados, já adotadas no processo de elaboração do PDI⁵, visando atender aos objetivos da avaliação interna proposta pelo SINAES e às especificidades da Faculdade.

A avaliação institucional proposta baseou-se na metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa. A avaliação identifica fragilidades e pontos que requerem melhorias e, forças e potencialidades permitindo aos membros da CPA emitir parecer conclusivo e listar as recomendações necessárias para implementação de melhorias em todas as atividades de ensino, iniciação à pesquisa, extensão, administração da Faculdade, instalações físicas, equipamentos, mobiliários, laboratórios e Biblioteca.

O processo avaliativo é contínuo e organizado em ciclos. Para cada ciclo é elaborado um relatório, apontando as novas diretrizes a serem consideradas pela gestão administrativa. A coordenação geral deste projeto está a cargo da CPA. Após a efetivação do processo de autoavaliação são disponibilizados os resultados obtidos, em cada ciclo, visando a identificação de pontos frágeis com vistas a subsidiar uma análise crítica sobre o próprio processo avaliativo, que acontece por meio de seminário interno, sob coordenação da CPA, com a participação da comunidade acadêmica. Faz-se um balanço crítico do projeto de avaliação institucional, do seu desenvolvimento e dos resultados alcançados.

Sobre o Relatório de Autoavaliação a ser postado no Sistema e-MEC, este documento parcial segue as orientações da Nota Técnica nº 065 sobre a nova periodicidade do Relatório de Autoavaliação das IES e os prazos que deverão ser cumpridos.

⁵ O **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI** – consiste num documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as **estratégias** para atingir suas metas e objetivos. Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, metas e ações do Plano da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento. [...] O PDI deve estar intimamente articulado com a prática e os resultados da avaliação institucional, realizada tanto como procedimento autoavaliativo como externo. **Formulário do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**. Disponível em: http://www2.mec.gov.br/sapiens/Form_PDI.htm Acesso em: 30 de março de 2017.

Sobre a divulgação do processo de autoavaliação, todo processo é realizado e divulgado, conforme cronograma traçado pela CPA, previsto no Calendário Acadêmico. Baseado nesses indicadores a CPA estabelece suas principais atividades, traçando um conjunto de iniciativas.

A divulgação dos resultados é pública, para tanto é elaborado um perfil institucional que fica à disposição do público no site da instituição. O conjunto de informações obtido, após trabalho de análise e interpretação, permite compor uma visão diagnóstica das dimensões avaliadas na instituição, identificando possíveis causas de problemas, bem como, caminhos para superá-los.

3. METODOLOGIA

3.1 Projeto/processo de Autoavaliação Institucional

O Coordenador da CPA é membro efetivo do grupo de trabalho que se reúne quinzenalmente às quintas-feiras e em reuniões extraordinárias, onde são discutidas as ações realizadas e as que serão adotadas pela Faculdade.

Obedecendo imediatamente a determinação do MEC – Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a autoavaliação foi implantada na Faculdade Campo Real no ano de 2004, o que propiciou o clima institucional da avaliação e foi se adaptando às demandas ministeriais que primam por um processo mais acurado e sistematizado. Atualmente, pontua-se o planejamento geral da autoavaliação em plena consonância com os objetivos institucionais e sua efetividade e, para assegurar essa atividade acadêmica conta-se com o apoio incontinenti e comprometimento da gestão institucional.

Atendendo uma metodologia com enfoque quanti-qualitativo, os dados quantitativos obtidos são utilizados para a contextualização da realidade da instituição e para dar suporte à abordagem qualitativa. A CPA busca, ao longo de todo o processo, privilegiar a interpretação dos dados coletados, a consulta de documentos pertinentes que subsidiam as análises, e a elaboração de novos documentos que forneçam informações complementares às análises, interpretações e deliberações. A citar: Perfil do Ingresso; Relatório de Evasão; Pesquisa de Permanência; Acompanhamento do Egresso;

Acompanhamento da Participação no Evento de Iniciação Científica - IC; Acompanhamento da participação na IC no Evento Semana Ambiental; Acompanhamento de participação na IC no Evento Semana da Cultura; Perfil Docente; Relatórios de Pedidos de 2ª. Chamada; Pesquisas de Opinião Pública; Avaliação dos eventos institucionais; Avaliação dos eventos dos cursos; Relatório de Benefícios – Gráficos; Relatório de Evolução da Situação Acadêmica – Gráficos comparativos.

A partir do documento “Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação da Instituição” (BRASIL, 2004c), foi elaborada uma tabela com todas as dimensões do SINAES e a respectiva documentação, dados e indicadores exigidos, com o objetivo de reunir todos os documentos necessários à avaliação da instituição. Nessa tabela, foram identificados os setores administrativo-acadêmicos e respectivos responsáveis para o envio da solicitação dos documentos listados.

O fluxo de trabalho contempla o arquivamento de todas as versões de cada documento para consulta futura em caso de eventuais divergências. Esse arquivamento foi intensificado a partir de 2010.

De posse das orientações do roteiro (BRASIL, 2004c), a CPA analisou os tópicos sugeridos e os itens dos núcleos comuns e núcleos optativos foram destacados com o objetivo de identificar aqueles mais apropriados para a avaliação por questionário. Dessa análise foram elaboradas questões para docentes, questões para discentes e questões para corpo técnico-administrativo. Algumas, são comuns aos três segmentos. As perguntas são do tipo múltipla escolha com valores de 5 a 10, associados ao grau de satisfação referente ao tópico abordado na questão. No final do questionário, é disponibilizada uma área para comentários abertos, de livre expressão do respondente.

O processo de validação dos questionários consiste na aplicação do instrumento, em primeira etapa de fase de teste, a pequenos grupos representantes de cada um dos segmentos, que forneçam informações sobre possíveis falhas no instrumento e/ou no sistema, para fins de correção em tempo hábil. Essa fase conta com o apoio do NTI – Núcleo de Tecnologia da Instituição, desenvolvido um sistema informatizado para resposta aos questionários via Web utilizando os recursos existentes no Portal da instituição, conhecidos internamente como aluno on-line, professor on-line e colaboradores on-line. O acesso a esses recursos é feito por meio de login com senha individual, resultando em maior confiabilidade dos resultados. O sistema registra o acesso

do aluno, docente ou outro colaborador e impede duplicidade de avaliações, mas não associa o avaliador à avaliação, garantindo anonimato total do avaliador. Esse sistema mantém em arquivo eletrônico os resultados obtidos para que possam ser recuperados com o objetivo de possibilitar a análise comparativa nas avaliações institucionais subsequentes.

Para esse fim, a instituição tem sistema próprio, o que facilita o acesso aos dados e às alterações necessárias. Desde a implantação do uso dos questionários on-line, a CPA optou por realizar a avaliação por meio da livre participação de toda a comunidade acadêmica, considerando toda a população de professores e alunos. Para o técnico-administrativo, utilizou-se de questionários impressos, para facilitar a adesão. Deliberou-se que, a partir de 2017, seria realizado também via sistema. Para o aperfeiçoamento desse instrumento, o questionário on-line foi atualizado/alterado para o ciclo de 2017, também com propósito de sensibilização (se considera a redução de questões do documento e a extinção de campo obrigatório de comentários).

Nos procedimentos da Autoavaliação e a participação da comunidade acadêmica, registra-se a periodicidade semestral para a realização das ações, previstas no calendário acadêmico, visando o diagnóstico mais preciso e construtivo do corpo docente, do corpo discente e do técnico-administrativo. É oportuno observar que a credibilidade no processo de avaliação institucional conduzido pela CPA e nas deliberações consequentes pode ser verificada pelos índices significativos de participação.

Sobre a sensibilização da comunidade acadêmica para participação na autoavaliação institucional, essa é etapa que permeia todas as demais etapas, não ocorrendo em momento estanque. A ampla campanha de divulgação interna é realizada com o apoio da assessoria de comunicação da instituição – Setor de Marketing, utilizando diversas mídias disponíveis na instituição, tais como informativos, terminais de computador para consulta de dados acadêmicos, telas de login dos microcomputadores dos laboratórios de informática, cartazes e banners instalados em pontos estratégicos em todos os blocos da instituição. As reuniões com representantes de turma e os seminários acadêmicos de autoavaliação institucional figuram entre os principais mecanismos de sensibilização, pois congregam a ampla e direta divulgação dos resultados e deliberações já alcançadas, a discussão dos dados e proposição de melhorias. Essa transparência, efetiva participação e liberdade política têm sido relevantes.

Todo o processo de sensibilização tornou cada vez mais explícita a importância da participação de todos os integrantes da instituição, uma vez que o objetivo central do processo é obter informações que permitam visualizar o todo orgânico institucional e, assim, ter condições de evidenciar as potencialidades da instituição e aspectos que podem ser aprimorados.

Encerrado o período de avaliação por questionários on-line, o sistema compila as respostas e fornece relatório em arquivo em formato PDF. Posteriormente, os dados são analisados segundo as dimensões definidas pelo SINAES e confrontados com os dados compilados dos documentos pertinentes. Seguindo essa metodologia, as análises são subsidiadas por documentos, pelo confronto com os seguintes documentos incluídos no objeto da avaliação. Assim, são subsídios: Plano de desenvolvimento Institucional; Projeto Pedagógico Institucional; Projeto Pedagógico de Curso; Regimento Interno; Avaliação do ENADE; Diretrizes Curriculares; Indicadores Institucionais; Documentos Internos Regulamentados; Convênios e Acordos; Contratos; Relatórios Acadêmicos; Relatórios Administrativo-financeiros; Relatório de Acervo; Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional; Relatórios de Autoavaliação Institucional.

As respostas às questões objetivas coletadas pelo sistema de avaliação on-line são analisadas, comparadas e os resultados resumidos em gráficos produzidos pela CPA, separadamente, por segmento da comunidade acadêmica. Posteriormente, esses gráficos e tabelas são analisados pela CPA e confrontados com os resultados das análises dos outros instrumentos utilizados na autoavaliação.

Posterior a essa análise dos resultados, o processo de divulgação dos resultados da autoavaliação institucional dos Setores, a CPA cumpre as seguintes etapas:

- **Etapa 1** - Leitura e preparo de síntese dos campos de comentários dispostos nos questionários, e que fundamentam algumas das considerações no ato da entrega individual do relatório a cada um dos setores;
- **Etapa 2** – Agendamento, junto de cada Setor, de reuniões para devolutiva dos resultados pela CPA;
- **Etapa 3** – Reuniões da CPA com os setores para entrega dos resultados. No ato da entrega, é sugerida/promovida a reflexão e o plano de ações para a superação das fragilidades apontadas pelo processo;

- **Etapa 4** – Seminários Acadêmicos de Avaliação Institucional, com participação de toda a comunidade acadêmica;
- **Etapa 5** – Reuniões com Representantes Discentes junto ao Colegiado dos Cursos. Proposição/Elaboração conjunta de plano de ação; Etapa 6 – Divulgação das deliberações.

A discussão dos resultados, acompanhadas das considerações nos grupos focais, seguidas das proposições de soluções, somam o necessário para consolidar de forma quali-quantitativa a análise dos resultados.

A qualidade não é um ente abstrato. Não é atribuída por um Ranking, por uma nota ou conceito, seja ele proveniente da avaliação que for. A qualidade de uma instituição pode, e deve ser definida por aqueles sujeitos que a fazem ser do jeito que ela é, que lhe dão uma cara, que podem definir seu perfil e o seu papel. A opção pela qualidade, ou pela diferença instintiva, é fruto de uma ação de inovação, de um rompimento com o paradigma da paquidermia, da lentidão, do deixa estar para ver como é que fica... [...] Da espera pela indução de uma política governamental. Ela é uma condição a ser negociada entre as partes interessadas: docentes, alunos, funcionários e a comunidade mais próxima... [...] Em minha universidade, por exemplo, tornou-se comum falar sobre a “qualidade da diferença e a diferença da qualidade” a partir do primeiro processo avaliativo realizado. A partir de uma filosofia de avaliação que valorizou a identificação da diferença e não a comparação. (LEITE; BORDAS, 1994)

Acerca da análise e divulgação dos resultados da autoavaliação dos docentes, a CPA cumpre as seguintes etapas:

- **Etapa 1** – Impressão e organização de todos os relatórios disponíveis via sistema;
- **Etapa 2** – Análise dos resultados pela Direção Geral, coordenação Acadêmica e Coordenação Pedagógica;
- **Etapa 3** – Entrega às Coordenação de Curso, do resultado de individual de seus respectivos colegiados;
- **Etapa 4** – Análise dos resultados, por colegiado, com cada Coordenação de Curso;
- **Etapa 5** – Análise e proposição/sugestão, pelos coordenadores de curso, do corpo docente para o próximo semestre letivo, tendo como importantes critérios os resultados de desempenho por disciplinas, turmas e áreas de maior

afinidade/desempenho, e a proposição individual dos professores, formalizada por meio de documento próprio para esse fim, de carga horária e disciplinas pretendidas;

- **Etapa 6** – Entrega individual aos professores dos relatórios/resultados, acompanhada de análise coparticipativa, tendo a devolutiva desses resultados caráter formativo. É importante momento de reflexão e de construção de melhorias das práticas de ensino e das relações professor/aluno.

O planejamento da CPA prevê o preparo e envio ao MEC/INEP/CONAES do Projeto de Autoavaliação Institucional, atendendo todos os itens previstos na Lei do SINAES. Após a elaboração do Relatório de Autoavaliação interna, sucede-se o trabalho de divulgação dos resultados, por meio de reuniões e discussões críticas ao processo avaliativo e estabelecimento de metas e ações futuras.

Sobre a relação entre a autoavaliação e o planejamento geral, foi identificado que resultou na geração de juízos críticos sobre a Instituição, sinalizando fragilidades e oportunidades com vistas à melhoria constante da qualidade dos serviços educacionais prestados à comunidade acadêmica. A autoavaliação permitiu também a criação de mecanismos ao corpo discente, docente e técnico-administrativo participar de forma efetiva dos processos de avaliação da Instituição.

3.2 Subsídios

1. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)
2. Relato Institucional
3. Projeto Pedagógico Institucional (PPI)
4. Projeto Pedagógico de Curso (PPC)
5. Regimento Interno
6. Avaliação do ENADE
7. Diretrizes Curriculares

8. Indicadores Institucionais
9. Documentos Internos Regulamentados
10. Convênios e Acordos
11. Contratos
12. Relatórios Acadêmicos
13. Relatórios Administrativo-financeiros
14. Relatório de Acervo
15. Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional
16. Relatórios de Autoavaliação Institucional

3.3 Autoavaliação Institucional: participação da comunidade acadêmica

Na Faculdade Campo Real, os procedimentos de autoavaliação institucional e a participação da comunidade acadêmica têm caráter, em primeira instância, como uma política de gestão. A instituição cumpre com requisitos legais e adota uma proposta baseada na metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa.

No que se refere à Comissão que tem a responsabilidade de conduzir o processo de autoavaliação institucional, Comissão Própria de Avaliação (CPA), faz-se a ressalva de a instituição cumpre as normativas de que deve ser formada por representantes dos diversos segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada. Suas atribuições estão estabelecidas na Lei nº 10.861/04 e a sua constituição e composição, estão estabelecidas na Portaria nº 2051/04, no artigo 7º e § 2º, segundo o qual:

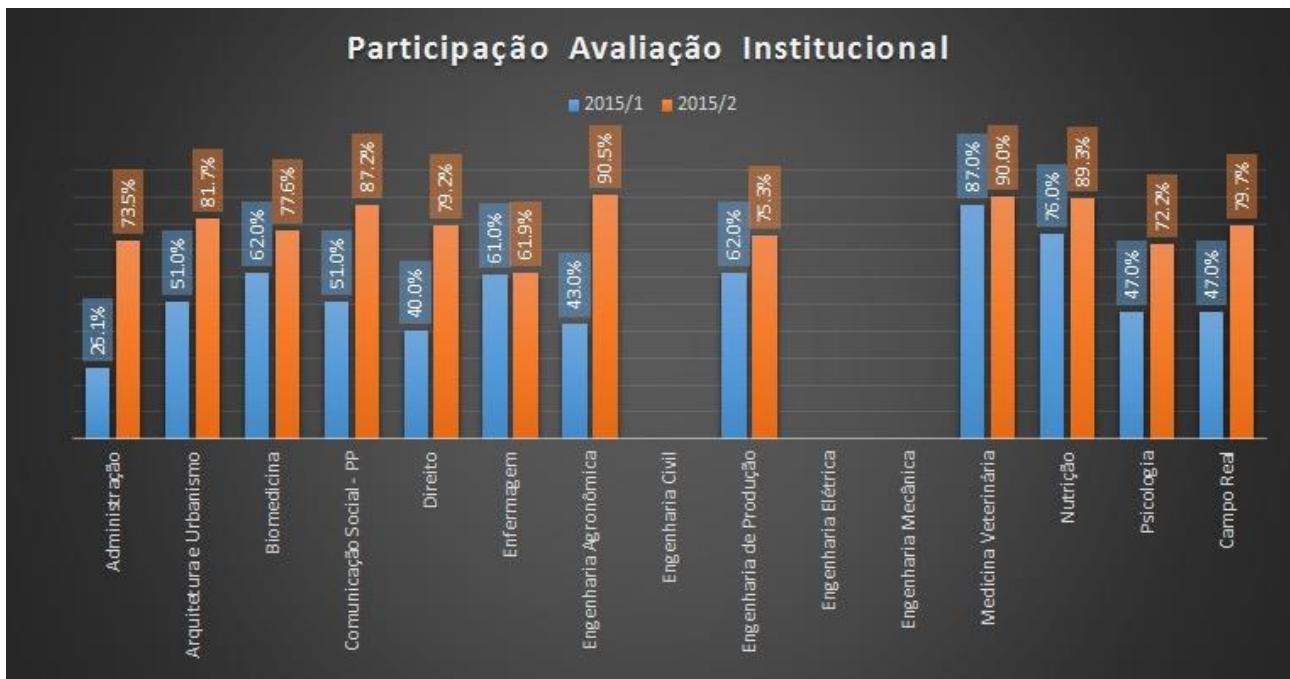
A forma de composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições da CPA deverá ser objeto de regulamentação própria, a ser aprovada pelo órgão colegiado máximo de cada instituição de educação superior, observando-se as seguintes diretrizes: I – necessária participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada, ficando vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer

um dos segmentos representados; II – ampla divulgação de sua composição e de todas as suas atividades.

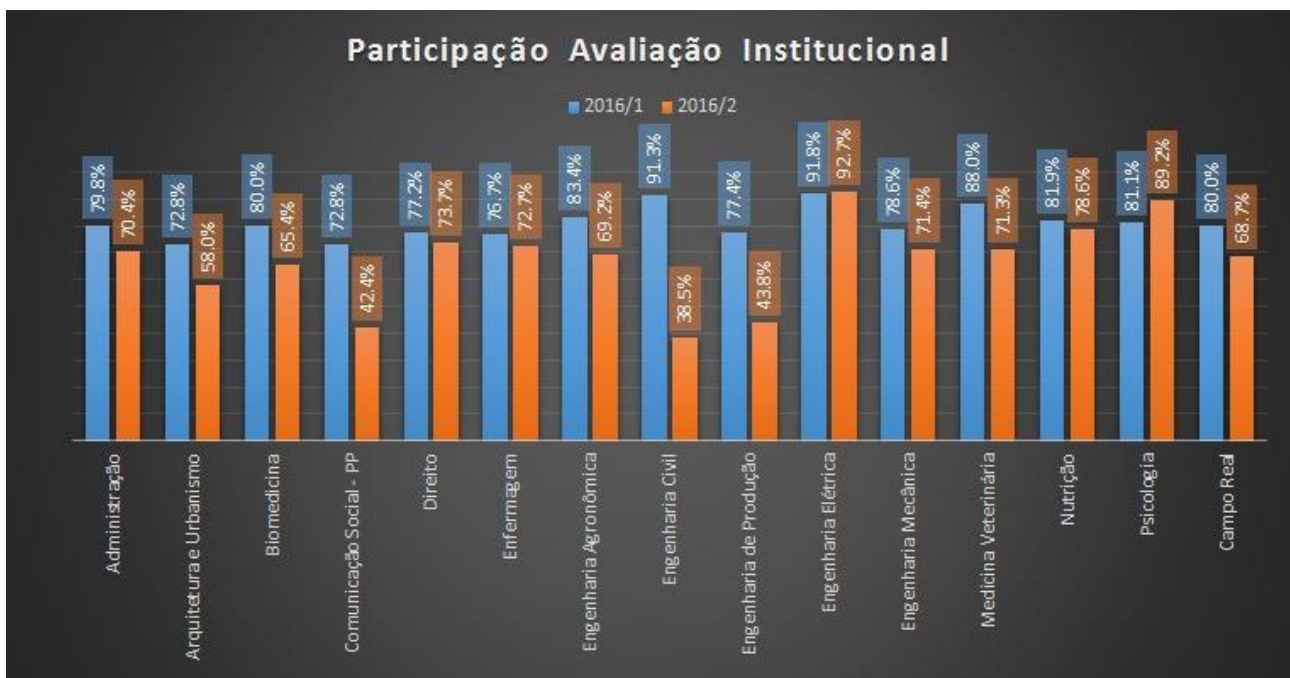
A formação da CPA, tem deliberação prevista na Resolução nº01/2011, alterada pela Resolução nº 31/2012. A formação e participação efetiva dos membros responsável pela condução do processo de autoavaliação institucional, retrata o comprometimento com os aspectos legais e os princípios de representatividade e de autonomia que se espera de toda a comunidade acadêmica. A composição dessa comissão segue com compromisso a sugestão dos segmentos propostos pelo SINAES, e a participação de todos esses segmentos tem sido uma constante, dando testemunho da importância da representatividade sugerida. Vale observar que, a participação voluntária da sociedade civil e do corpo discente, que seriam, em tese, os maiores desafios para participação comprometida e responsável, tem tido regular e importante contribuição, verificadas nos documentos que registram a história dessa comissão.

Nos procedimentos de autoavaliação institucional e na participação da comunidade acadêmica, registra-se, ainda, a periodicidade semestral para a realização das ações de avaliação interna, visando o diagnóstico mais preciso e construtivo do corpo docente, do corpo discente e do projeto pedagógico, com etapas definidas. Na etapa de aplicação de questionários, via sistema, aos alunos e docentes, tem-se novo e importante instrumento formal para maior conhecimento das dificuldades e propostas de ação de melhorias.

Nessa etapa, de aplicação de questionários formais via sistema, é oportuno observar que a credibilidade no processo de autoavaliação institucional conduzido pela CPA e nas deliberações consequentes pode ser verificada pelos índices de participação dos acadêmicos.



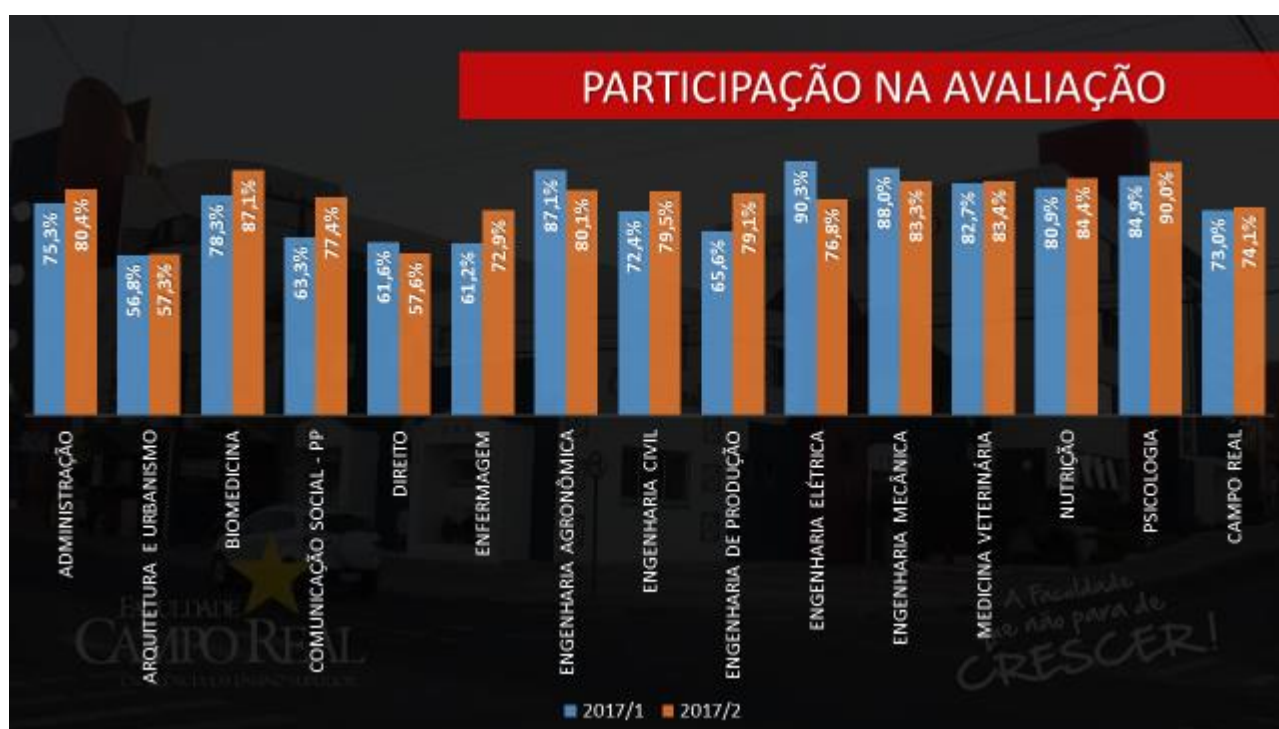
Fonte: Relatórios CPA 2015



Fonte: Relatórios CPA 2016

Participação Avaliação Institucional	2015/2	2016/1	2016/2	2017/1	2017/2	Varição 2017/1 - 2017/2
Administração	73.5%	79.8%	70.4%	75.3%	80.4%	5.0%
Arquitetura e Urbanismo	81.2%	72.8%	58.0%	56.8%	57.3%	0.5%
Biomedicina	75.4%	80.0%	65.4%	78.3%	87.1%	8.9%
Comunicação Social - PP	85.2%	72.8%	42.4%	63.3%	77.4%	14.1%
Direito	79.6%	77.2%	73.7%	61.6%	57.6%	-4.0%
Enfermagem	61.9%	76.7%	72.7%	61.2%	72.9%	11.7%
Engenharia Agrônoma	90.5%	83.4%	69.2%	87.1%	80.1%	-7.0%
Engenharia Civil	...	91.3%	38.5%	72.4%	79.5%	7.1%
Engenharia de Produção	73.7%	77.4%	43.8%	65.6%	79.1%	13.6%
Engenharia Elétrica	...	91.8%	92.7%	90.3%	76.8%	-13.5%
Engenharia Mecânica	...	78.6%	71.4%	88.0%	83.3%	-4.7%
Medicina Veterinária	90.0%	88.0%	71.3%	82.7%	83.4%	0.8%
Nutrição	88.7%	81.9%	78.6%	80.9%	84.4%	3.5%
Psicologia	71.6%	81.1%	89.2%	84.9%	90.0%	5.1%
Campo Real	79.8%	80.0%	68.7%	73.0%	74.1%	1.1%

Fonte: Relatórios CPA 2017



Fonte: Relatórios CPA 2017



Fonte: Relatórios CPA 2017



Fonte: Relatórios CPA 2017

Os índices apresentam significativo percentual de participação discente no processo, e isso retrata uma importante característica de que a cultura avaliativa está devidamente implantada. O destaque no relevante aumento percentual de participação

pode ser verificado, especialmente no período compreendido entre 2015/01 e 2015/02, e que a manutenção da credibilidade estendeu-se para os processos realizados em 2016, período em que se manteve o índice percentual geral de participação discente, alcançando 80% de participação discente no primeiro semestre de 2016, 68,7 do total de alunos no segundo semestre, 73% no primeiro semestre de 2017 e 74,1% em 2017/02.

Sobre a participação discente nos cursos de Pós-graduação, o processo formal de autoavaliação tem obtido índices de 80% do total de alunos. Nesse segmento, o instrumento via sistema, não se mostrou o mais eficiente para adesão dos alunos. Dessa forma, optou-se pela adoção de questionários impressos, instrumento que facilitou a adesão e a participação dos alunos, imediatamente ao final de cada módulo. Esse instrumento está em fase de readequação e serão realizados testes de adesão no sistema digital.

Sobre a participação docente no processo formal via sistema, no processo ocorrido no segundo semestre de 2016 alcançou índice de participação de 75% do total dos professores. No primeiro semestre de 2017, 73,25% de participação e em 2017/02, 65,43%. Verifica-se que a cultura também está estabelecida, contudo, a sensibilização para participação dos professores não deixa de ser novo desafio a cada semestre.

Outra característica que merece destaque é o interesse e expectativa dos docentes ao final de cada processo, em relação aos resultados da avaliação discente. A devolutiva desses resultados aos docentes também retrata uma cultura construída e embasada na confiança, na continuidade e na perspectiva formativa, com efetivo interesse e participação dos docentes pelos resultados e pela discussão individual e coletiva. Essa participação e essa prática tem sido relevante e importante momento de reflexão e de construção de melhorias das práticas de ensino e das relações professor/aluno. Atividades do Programa de Formação Permanente para Docentes da Instituição derivam também da participação dos professores no processo de discussão das necessidades, muitas delas identificadas pelos mecanismos de autoavaliação.

Levando em conta as informações descritas neste tópico, relativo à participação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação, ressalta-se que a autoavaliação institucional buscou não se voltar somente para a produção de conhecimento, ou, para busca de dados em um levantamento apenas quantitativo, mas se configurar como um

dispositivo pelo qual a comunidade interfere ativa e organizadamente nos processos avaliativos e, por conseguinte, nas tomadas de decisão e de implementação de mudança. Nesse sentido, tem destaque relevante também a participação da comunidade acadêmica nos Seminários Acadêmicos de Autoavaliação Institucional, realizados por curso, no início de cada novo semestre letivo. O evento é novo e importante espaço de divulgação e discussão dos índices obtidos pela Instituição a cada semestre, novo momento de ampla devolutiva em relação às deliberações decorrentes e de construção coletiva de novas proposições para a construção conjunta do planejamento institucional.

Nesse sentido, a participação da comunidade acadêmica nos procedimentos de autoavaliação institucional têm caráter, em primeira instância, como uma política de gestão. A instituição cumpre com requisitos legais e adota uma proposta baseada na metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa. O comprometimento dos envolvidos no processo foi preocupação de Ristoff (2000) ao afirmar:

Os participantes devem assumir o compromisso de fazer da avaliação um fecundo processo de aprendizagem, de crescimento social e de melhoramento institucional. Mesmo que a maioria dos participantes não tenha conhecimentos técnicos e experiências anteriores como sujeitos ativos de avaliação, deve haver o compromisso geral de aprender o suficiente para o desenvolvimento de um rigoroso e justo processo. Por parte da instituição, devem ser assegurados os meios necessários, não só de infraestrutura e tempo, como também e principalmente de liberdade de expressão. (RISTOFF, 2000).

Revela-se que a sensibilização da comunidade acadêmica para participação na autoavaliação institucional é etapa que permeia todas as demais etapas, não ocorrendo em momento estanque. A ampla campanha de divulgação interna é realizada com o apoio da assessoria de comunicação da instituição – Setor de Marketing, utilizando diversas mídias disponíveis na instituição, tais como informativos, terminais de computador para consulta de dados acadêmicos, telas de login dos microcomputadores dos laboratórios de informática, cartazes e banners instalados em pontos estratégicos em todos os blocos da instituição. As reuniões com representantes de turma e os seminários acadêmicos de autoavaliação institucional figuram entre os principais mecanismos de sensibilização, pois congregam a ampla e direta divulgação dos resultados e deliberações já alcançadas, a discussão dos dados e proposição de melhorias. Essa transparência, efetiva participação e liberdade política têm sido relevantes.

A avaliação institucional da faculdade é pautada em dados obtidos por meio do contato permanente com os representantes docentes, discentes, técnico-administrativos, coordenadores de curso, reuniões de coordenações e diretoria, discussões desenvolvidas em cada um dos cursos e seus respectivos colegiados. As reuniões da CPA com representantes discentes nos colegiados dos cursos e representantes de turma são uma prática regular para a promoção da participação na identificação das fragilidades e pontos que requerem melhorias, momento especialmente oportuno também para a coleta imediata de soluções propostas pelos alunos, ampliando a coparticipação e a corresponsabilidade.

O informativo dos resultados da autoavaliação institucional mostra-se também meio de efetiva participação da comunidade acadêmica, pois é elaborado com sugestões dos alunos representantes de turma, com imagens representativas (fotos) de alunos de todos os cursos, textos com depoimentos dos alunos, dos egressos, dos professores, sobre o processo, sobre as deliberações, sobre a instituição como um todo.

A integração dos processos avaliativos está compreendida no contexto da dinâmica avaliativa da faculdade, dialogando com a avaliação contínua do aluno, do docente e do técnico-administrativo, observando-se que é importante componente político ligado à autonomia da IES. Observa-se que a prática de avaliação de iniciativa da instituição e que possibilita uma reflexão contínua e participativa sobre suas ações, de forma a produzir decisões fundamentadas em estudos da realidade, fortalece a instituição nesse diálogo entre a comunidade acadêmica e os órgãos oficiais, especificamente com os responsáveis pela avaliação externa.

3.4 Autoavaliação Institucional e Avaliações Externas: análise e divulgação dos resultados

O processo de autoavaliação institucional é contínuo e organizado em ciclos. Para cada ciclo é elaborado um relatório, apontando as novas diretrizes a serem consideradas pela gestão administrativa. Sua coordenação geral está a cargo da CPA. Após a efetivação do processo de autoavaliação são disponibilizados os resultados obtidos, em cada ciclo, visando a identificação de pontos frágeis com vistas a subsidiar uma análise

crítica sobre o próprio processo avaliativo. Faz-se um balanço crítico, junto da comunidade acadêmica, do projeto de avaliação institucional, do seu desenvolvimento e dos resultados alcançados.

Os resultados decorrentes dos relatórios de avaliação externa são relevante instrumento para a construção do Relato Institucional, do PDI, dos PPC's, e são retrato de indistinta colaboração entre os agentes.

Observando o que prevê a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065, no que tange a sugestão de roteiro e a definição das especificidades e prazos, a instituição, por meio da CPA, cumpre o proposto e já em relatório parcial busca atender a divulgação das análises das comissões externas *in loco* e o planejamento para alcançar as proposições dos avaliadores.

A ampla divulgação junto ao Município de Guarapuava e região acerca dos resultados finais dos processos de avaliação externa acompanhada de respectivos esclarecimentos à comunidade acadêmica e à comunidade externa interessada, vem contribuindo para com a compreensão sobre os critérios de avaliação e regulação do Ministério da Educação, e de maneira importante, para com o crescimento institucional e o desenvolvimento regional, e de indistinta colaboração entre os agentes.

A oferta de novos cursos e a exponencial procura pela Instituição – a citar, novos alunos, obtenção de novos títulos e transferência externa – podem ser também resultado da compreensão dessa métrica de qualidade no Ensino Superior.

A tabela a seguir apresenta dados relacionados a matrículas nessas modalidades, no período compreendido entre 2015/01 e 2017/01:

Cursos	Matriculados									
	2015/1		2015/2		2016/1		2016/2		2017/1	
	Obtenção de Novo Título	Transferências	Obtenção de Novo Título	Transferências	Obtenção de Novo Título	Transferências	Obtenção de Novo Título	Transferências	Obtenção de Novo Título	Transferências
Administração	1	15	2	3	2	6	0	2	2	5
Arquitetura e Urbanismo	8	4	1	1	5	2	0	3	3	4
Biomedicina	11	0	0	0	3	4	2	0	1	1
Comunicação Social - PP	0	0	0	0	2	0	0	2	0	0
Direito	8	36	23	13	57	18	5	14	20	4
Enfermagem	0	15	2	18	0	3	0	1	1	9
Engenharia Agrônômica	13	9	8	10	2	10	1	2	3	5
Engenharia Civil	0	0	0	0	9	4	3	8	7	8
Engenharia de Produção	1	2	0	6	2	0	0	0	1	0
Engenharia Elétrica	0	0	0	0	3	1	0	3	3	3
Engenharia Mecânica	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Medicina Veterinária	6	0	4	4	3	5	0	2	3	4
Nutrição	0	1	1	0	3	6	0	2	6	3
Psicologia	14	5	2	18	3	6	0	0	4	2
Campo Real	62	87	43	73	94	66	11	39	54	49

Fonte: CPA/2017

As informações apresentadas na tabela demonstram o ingresso de novos alunos nas modalidades Obtenção de Novo Título e Transferência externa, tendo destaque nas matrículas no curso de Direito e Engenharia Agrônômica. O curso de Psicologia apresentou destaque na procura por transferência externa no ano de 2015, e a procura por novos cursos ofertados pela Instituição a partir do ano de 2015, com destaque para Engenharia Civil e Medicina Veterinária, bem como, a procura pelos cursos, em especial a expressiva procura pelo curso de Direito demonstrada entre os anos de 2015 e 2017, demonstram a credibilidade da Instituição junto à comunidade.

Índices levantados a partir de instrumento de pesquisa de opinião pública, conduzida pela CPA e aplicada por amostragem no município de Guarapuava e em outros 7 municípios da região⁶, tendo como critério de seleção os relatórios do perfil do ingresso, apontam informações que fortalecem critérios para manutenção dos mecanismos de divulgação da Instituição, bem como, apontam fragilidades a serem consideradas e superadas.

Sobre a amostra da Pesquisa de Opinião pública:

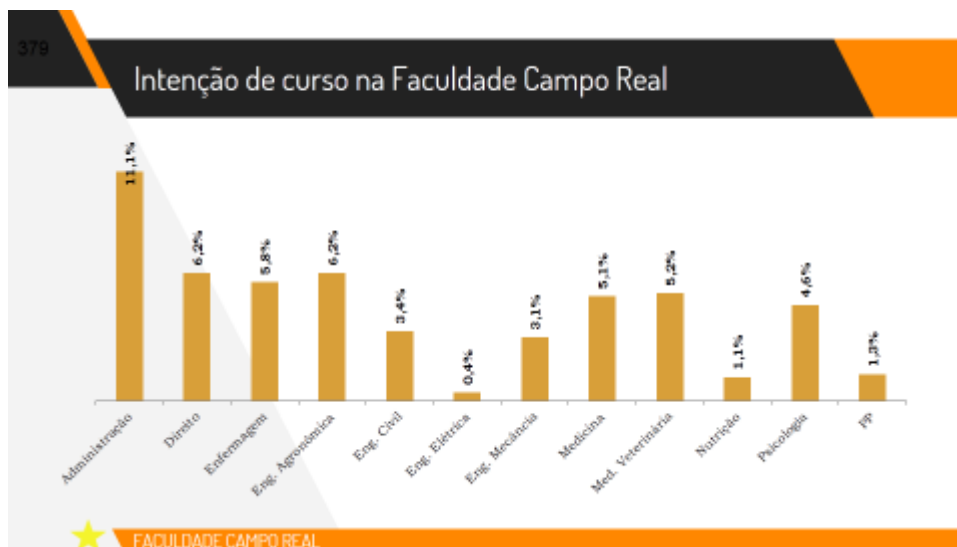
⁶ Guarapuava – pop. 167.328 / Candói – pop. 14.483 / Irati – pop. 56.207 / Laranjeiras do Sul – pop. 30.777 / Pinhão – pop. 30.208 / Pitanga – pop. 32.638 / Prudentópolis – pop. 48.720 / Turvo – pop. 13.937.

- Corresponde a população em idade representativa (de 12 a 60 anos);
- Corresponde a população ativa na Indústria, Comércio e Serviços;
- Estratificação calculada com base no percentual de homens/mulheres da população total;
- ERRO AMOSTRAL EM 8,0% - INTERVALO DE CONFIANÇA DE 95%.

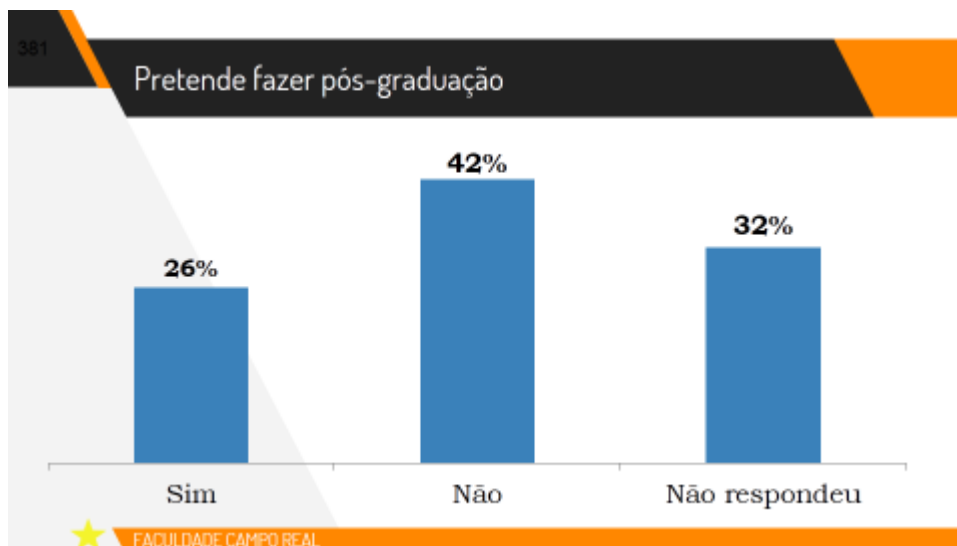
Sobre alguns dos dados levantados pela pesquisa:



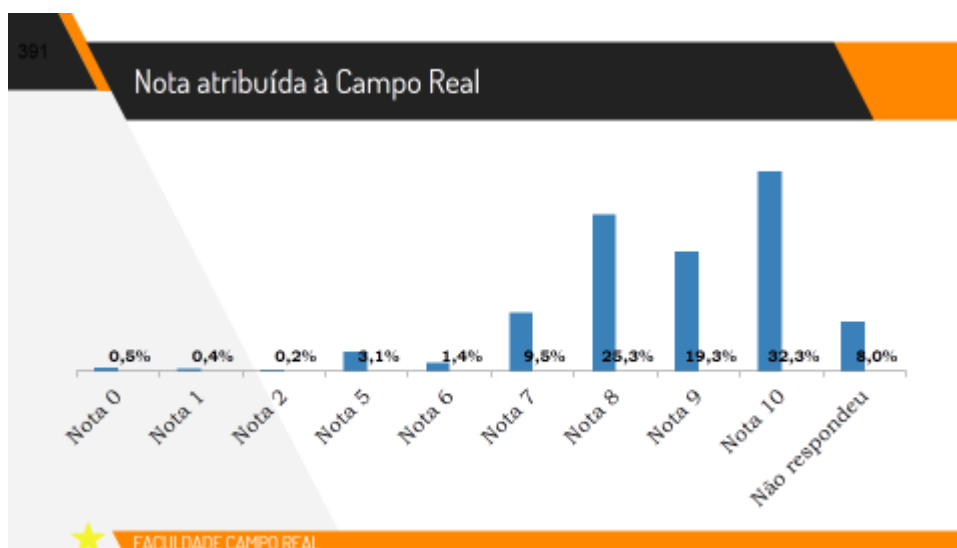
Fonte: CPA/2017



Fonte: CPA/2017



Fonte: CPA/2017



Fonte: CPA/2017

As informações apresentadas nos gráficos tratam de extrato dos instrumentos da pesquisa de opinião pública e são importante fonte para amplo planejamento das ações institucionais junto à região, contribuindo significativamente no diagnóstico de fragilidades e potencialidades da IES.

A Faculdade Campo Real teve o reconhecimento da Associação Comercial e Empresarial de Guarapuava - ACIG, em 2014, quando recebeu o Prêmio Mérito Empresarial como a melhor Média Empresa de Guarapuava, e, em 2016, o Prêmio Mérito Empresarial, período em que concorreu na categoria Empresa de Grande Porte. No ano

de 2017, foi classificada na categoria Inovação, por já ter recebido o prêmio nos anos anteriores. Um prêmio que tem a credibilidade de toda a região, pela seriedade e transparência, tendo, entre os critérios para a comprovação das informações solicitadas, a verificação minuciosa de informações institucionais, muitas delas contidas nos documentos organizados e fornecidos pelos processos de autoavaliação conduzidos pela CPA. Mais uma vez, a organização desses dados e seu caráter público, possibilitaram a divulgação das informações de maneira eficiente e transparente.

A divulgação do processo de autoavaliação é realizada e divulgada conforme cronograma traçado pela CPA, previsto no Calendário Acadêmico. Baseada nesses indicadores, a CPA estabelece suas principais atividades, traçando um conjunto de iniciativas. As informações obtidas, após trabalho de organização, análise e interpretação, permite compor uma visão diagnóstica das dimensões avaliadas na instituição, identificando possíveis causas de problemas, bem como, caminhos para superá-los.

Espaços privilegiados na Instituição - a citar: editais internos situados em locais de maior trânsito da comunidade acadêmica e externa têm amostras de informações (por meio de textos e imagens) derivadas das deliberações a partir dos resultados e das proposições de melhorias, sejam elas decorrentes do processo de autoavaliação ou de avaliação externa.

A divulgação dos resultados é pública, para tanto, também são elaborados materiais institucionais impressos, disponibilizados à comunidade acadêmica. Esses ficam à disposição do público no site da instituição. São eles: os informativos ENADE, os informativos de avaliação institucional e os relatórios anuais de autoavaliação institucional.

Os Seminários Acadêmicos de Autoavaliação Institucional realizados por curso e promovidos pela CPA, as reuniões com representantes discentes nos colegiados de curso e representantes de turma e as reuniões com pessoal técnico-administrativo de cada um dos setores da instituição, têm sido de relevante importância para o alcance dos propósitos de ampla divulgação dos resultados e das deliberações já alcançadas a partir desses resultados. De toda forma, tem destaque a busca coletiva por novas soluções a partir dessa divulgação das informações.

É possível concluir que a análise e divulgação dos resultados dos processos de autoavaliação institucional e avaliações externas da instituição atende a princípios como criação e manutenção de espaços de discussão dos resultados, de liberdade política, de garantia de transparência e de construção coletiva do conhecimento.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1 EIXO 1

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

4.1.1 Dimensão 8

Planejamento e Avaliação

Planejamento e Avaliação, especialmente em Relação aos processos, Resultados e Eficiência da Autoavaliação Institucional.

Itens avaliados

- a) Planejamento geral com os objetivos institucionais e sua efetividade;
- b) Procedimentos da Autoavaliação e a participação da comunidade acadêmica;
- c) Relação entre Autoavaliação e o Planejamento geral;

Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional;
- c) Relatórios de Autoavaliação Institucional.

Análise

Obedecendo imediatamente a determinação do MEC – Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a autoavaliação foi implantada na Faculdade Campo Real no ano de 2004, o que propiciou o clima institucional da avaliação e foi se adaptando às demandas ministeriais que primam por um processo mais acurado e sistematizado. Atualmente pontua-se o planejamento geral da Autoavaliação em plena consonância com os objetivos institucionais e sua efetividade e, para assegurar essa atividade acadêmica conta-se com o apoio incontinenti e comprometimento da gestão institucional.

Após a elaboração do Relatório Parcial de Autoavaliação, sucedeu-se o trabalho de divulgação dos resultados, por meio de reuniões e discussões críticas ao processo avaliativo e estabelecimento de metas e ações futuras.

Foi elaborado e divulgado um cronograma de ações em função dos resultados do Processo e Avaliação Interna, em consonância com as dimensões avaliadas.

O compromisso da Instituição em relação ao incremento de uma cultura avaliativa fortaleceu-se e todas as coordenações promoveram reformulações e readequações nos Projetos Pedagógicos de seus cursos.

Nos procedimentos da Autoavaliação e a participação da comunidade acadêmica, registra-se a periodicidade semestral para a realização das ações de avaliação interna, visando o diagnóstico mais preciso e construtivo do corpo docente, do corpo discente e do projeto pedagógico, com aplicação de questionários aos alunos e docentes, para maior conhecimento das dificuldades e propostas de ação de melhorias.

É oportuno observar que a credibilidade no processo de avaliação institucional conduzido pela CPA e nas deliberações consequentes pode ser verificada pelos índices de participação dos acadêmicos, descritos no item 3.3 supra.

Sobre a relação entre a autoavaliação e o planejamento geral, foi identificado que resultou na geração de juízos críticos sobre a Instituição, sinalizando fragilidades e oportunidades com vistas à melhoria constante da qualidade dos serviços educacionais prestados à comunidade acadêmica. A autoavaliação permitiu também a criação de

mecanismos ao corpo discente, docente e técnico-administrativo participar de forma efetiva dos processos de avaliação da Instituição.

Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, dos Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional e do Relatório de Autoavaliação Institucional.

Fragilidades

- a) Adesão ao mecanismo eletrônico para avaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*;
- b) Incipiente acesso ao link de acompanhamento do egresso.

Potencialidades

- a) Avaliação Institucional implantada em 2004, em conformidade com a Lei nº 10.861, de abril de 2004;
- b) Alto comprometimento do corpo discente com a autoavaliação;
- c) Direção Geral comprometida com a Avaliação Institucional;
- d) Resultado da Autoavaliação divulgado no site da Instituição, pelo NAPP, pelo NUPE, pelo Corpo Docente, pelos Informativos da CPA e nos Seminários Acadêmicos sobre Avaliação Institucional;
- e) Planejamento incorpora ações em função do resultado da autoavaliação;
- f) Docentes recebem semestralmente relatórios individuais do resultado quantitativo da avaliação institucional discente.

4.1.2 EIXO 2

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

4.1.3 Dimensão 1

A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

A Faculdade Campo Real foi criada com a missão de formar pela excelência no Ensino, Pesquisa e Extensão, profissionais com sólidos princípios éticos e valores humanos, com espírito inovador que atendam às demandas das comunidades locais e aos desafios globais.

Itens Avaliados

- a) Missão e Valores Institucionais
- b) Objetivos e Finalidades
- c) Políticas
- d) Compromissos da IES
- e) Contexto sócio econômico
- f) Definição das Políticas Institucionais no PPI
- g) Articulação entre o PDI e o PPI em relação às atividades acadêmicas
- h) Conhecimento do PDI e PPI pela comunidade acadêmica
- i) Atualização do Regimento Interno
- j) Relatórios da Comissão de Ingresso
- k) Perfil do ingressante
- l) Acompanhamento do Egresso

Fonte

- a) Plano de Desenvolvimento Institucional
- b) Regimento Interno
- c) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional
- d) Relatório de Autoavaliação Institucional

Análise

O perfil institucional como linha norteadora das ações acadêmicas e administrativas está definido no Projeto Pedagógico Institucional, e permeia os demais documentos da Instituição, como o Plano de Desenvolvimento Institucional, Projetos Pedagógicos dos cursos e o Regimento Interno, que explicitam a finalidade, objetivos e compromisso com sua missão pública, enquanto Instituição de Ensino Superior.

O Projeto Pedagógico Institucional, enquanto instrumento político, teórico e metodológico, e o Plano de Desenvolvimento Institucional direcionador das estratégias e metas orientam as atividades administrativas e acadêmicas em sintonia com os objetivos institucionais e a visualização dos entraves, possibilidades e potencialidades no fazer acadêmico. O compromisso da instituição está visível nesses documentos que guiam seu dia a dia.

A Faculdade, desde sua fundação, tem dedicado esforços para elevar a quantidade de cursos oferecidos, primando pela busca da excelência nos serviços ofertados, comprometida com uma educação de qualidade e com o desenvolvimento da região e do país. Atualmente, a Faculdade oferta 14 cursos (Arquitetura e Urbanismo, Direito, Administração, Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda, Psicologia, Enfermagem, Nutrição, Engenharia de Produção, Biomedicina, Engenharia Agrônômica, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Medicina Veterinária). Bacharelado em Direito foi o primeiro curso autorizado a funcionar, e os mais recentes, Engenharia civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica.

Participou, no ano de 2014, dos processos para pleitear autorização junto Ministério da Educação para oferta do Curso de Medicina, obtendo índice de classificação que credencia a Instituição para a oferta do referido curso. Aguarda a conclusão do processo para andamento ao trâmites institucionais.

O contexto sócio econômico da região onde está inserida demonstra a necessidade de grandes transformações nas suas estruturas sociais, sendo a educação o grande pilar para essas mudanças e cumprindo a Faculdade o dever que lhe foi socialmente outorgado.

As políticas educacionais estão bem definidas no Projeto Pedagógico Institucional que se encontra articulado com o Plano de Desenvolvimento Institucional. Essas políticas são visíveis e factíveis no Projeto Pedagógico Institucional, nas suas políticas e no PDI através da seleção das áreas estratégicas, dos objetivos e metas, a existência de previsão de atuação para o ensino, pesquisa, extensão, gestão e avaliação institucional. Em relação ao conhecimento do Plano de Desenvolvimento Institucional poderia haver maior divulgação para o corpo discente, somente a Missão, a Visão que estão permanentemente divulgados no *site* e em cartazes por toda a instituição e, para o corpo docente estão disponíveis no Portal do Professor e Sala dos Professores. O Projeto Pedagógico Institucional teve versão resumida impressa e disponibilizada para alunos e professores, na sala dos professores, recepções e biblioteca da instituição. Os representantes de turma também receberam em mãos a versão sintetizada e impressa do Projeto Pedagógico Institucional. A instituição constatou por meio de levantamento junto ao corpo docente, que nem todos os professores conhecem o Plano de Desenvolvimento Institucional. A partir dessa constatação foram discutidos com o grupo da CPA a definição de ações como meio de promover um maior conhecimento das referências documentais pela comunidade acadêmica.

A sistemática do Projeto de Autoavaliação e as atividades desenvolvidas, numa primeira fase do trabalho avaliativo proposto no decorrer do ano de 2010, demonstram que os princípios, objetivos e metodologia (em uma proposta de continuidade detalhada para ocorrer nas fases seguintes, projetadas para os anos seguintes), a importância de se ter o conjunto das dimensões institucionais compondo o grande objeto das análises avaliativas e dos encaminhamentos decorrentes.

O desenvolvimento institucional, o encaminhamento, a superação das expectativas e da satisfação, contribuíram para com a visibilidade da IES como um todo e podem ser demonstradas na evolução do número de alunos.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ACADÊMICOS MATRICULADOS (CAMPO REAL)



Fonte: Relatórios da CPA – 2017

Situação Acadêmica Campo Real: Evolução do número de acadêmicos matriculados por curso e IES.

Curso	2010/1	2010/2	2011/1	2011/2	2012/1	2012/2	2013/1	2013/2	2014/1	2014/2	2015/1	2015/2	2016/1	2016/2	2017/1
Administração	477	466	487	449	456	426	455	439	461	442	461	429	393	364	385
Arquitetura e Urbanismo	Curso iniciou em 2014/2														
Biomedicina	81	90	134	123	185	177	231	207	225	197	195	177	192	187	187
Comunicação Social - PP	104	79	120	89	103	64	109	81	138	104	139	113	149	128	167
Direito	396	383	403	383	474	437	495	473	643	623	806	767	871	880	1017
Enfermagem	94	101	124	123	160	133	132	121	123	126	169	174	183	182	243
Engenharia Agrônômica	133	156	247	258	357	356	480	465	605	602	680	645	694	706	725
Engenharia Civil	Curso iniciou em 2016/1														
Engenharia de Produção	64	58	87	82	127	112	145	140	180	171	194	181	170	157	179
Engenharia Elétrica	Curso iniciou em 2016/1														
Engenharia Mecânica	Curso iniciou em 2016/1														
Letras	31	30	17	14	Curso extinto										
Medicina Veterinária	Curso iniciou em 2014/1														
Nutrição	65	57	85	79	98	93	94	85	103	97	121	111	125	124	158
Psicologia	48	49	76	75	110	107	149	134	191	178	230	229	244	238	268
Campo Real	1493	1469	1780	1675	2070	1905	2290	2145	2751	2679	3321	3140	3618	3573	4236

Fonte: Relatórios da CPA – 2017



CALOUROS

Gráfico 3: Evolução do número de calouros de 2010/1 a 2017/2.



Fonte: CPA, 2017.

Fonte: Relatórios da CPA – 2017



GERAL



Fonte: Relatórios da CPA – 2017

Os dados apresentados permitiram a comparação entre o número de matriculados ingressantes entre 2010/01 e 2017/01, e pode-se afirmar que o conjunto de alunos aumentou na Faculdade Campo Real, aumento de 239% entre 2010 e 2016, percentual expressivo e positivo. Em 2017, o número de matrículas foi ampliado, o que se verifica nos gráficos.

No ano de 2014, a IES avançou para próximo de 2751 alunos, expressando a continuidade do crescimento por meio das políticas implantadas a partir de 2010. Em 2016, o ano letivo foi finalizado com 3573 alunos, em fevereiro de 2017 iniciou o ano letivo com 4236 alunos, confirmando a assertividade das ações institucionais e exponencial credibilidade.

Sobre a evolução do número de alunos ingressantes pela Faculdade Campo Real nos últimos anos, destacam-se com um aumento absoluto os anos de 2012 e 2015, tendo continuidade em 2017. A compreensão dessa realidade passa pela consideração de alguns fatores:

- 1) Expansão da educação superior brasileira, com uma ampla possibilidade de acesso à benefícios financeiros estudantis;
- 2) Eficiente campanha de vestibular, com ampla divulgação da faculdade e dos cursos em toda a região;
- 3) Investimento na política de expansão e divulgação dos cursos da faculdade;
- 4) Exigência, pelo novo perfil do aluno, de condições de infraestrutura favoráveis ao desenvolvimento dos projetos pedagógicos de cursos.
- 5) Satisfação dos discentes e de egressos em relação a seus cursos e a instituição como um todo (satisfação retratada na Avaliação Institucional);
- 6) Reconhecimento do trabalho realizado pela IES, com atribuição do Prêmio Mérito Empresarial em sua categoria pela Associação comercial do Município de Guarapuava;
- 7) Destaque atribuído aos Cursos pelo Guia do Estudante;
- 8) Bons índices atribuídos pelo Ministério da Educação à faculdade e aos cursos, diferenciando a IES no Município e em toda a região.

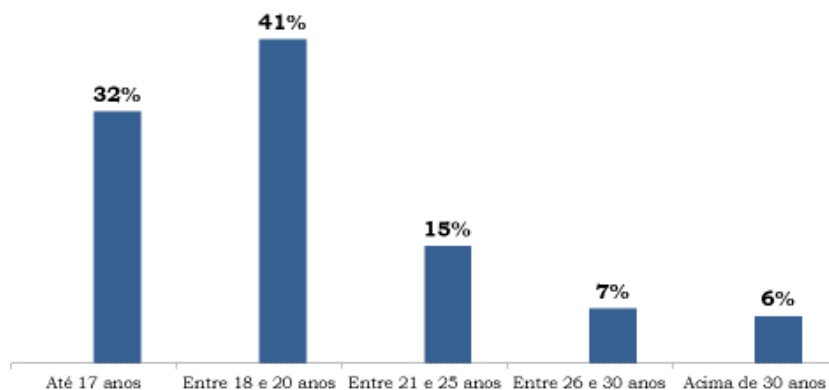
O perfil do egresso está descrito e assegurado no Projeto Pedagógico de Curso, contudo, o perfil do ingressante não estava definido no Projeto Pedagógico Institucional. A partir de 2010 foi definido no início de cada semestre e gerados a partir da análise de indicadores como dados de identificação (gênero, idade e cidade de origem/endereço), formação acadêmica (Rede de ensino e tipo de escolaridade do Ensino Médio).

Ressalta-se que o ingresso ocorre por vestibular, transferência externa, obtenção de novo título, ou pelo Programa Universidade para Todos – PROUNI, os três últimos sem a necessidade de vestibular.

Seguem algumas informações descritas no perfil do ingresso, componentes do perfil do ingresso descritos no PPI e nos PPC's de cada curso. As informações tratam de extratos do instrumento de pesquisa "Perfil do Ingresso" e são importante fonte para amplo planejamento das ações institucionais, a citar, o planejamento do setor de captação

de alunos – Comissão de Ingresso, contudo, contribuindo significativamente nas ações diagnósticas para o planejamento de ensino, de acolhimento e de manutenção desses novos alunos.

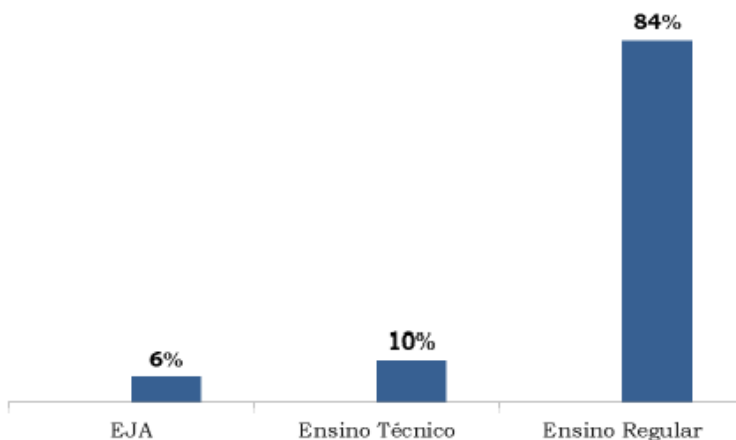
IDADE



Fonte: Relatórios da CPA – 2016

Em relação à idade, os gráficos demonstram que 37% dos ingressantes têm idade até 17 anos, e que entre 18 e 20 anos, somam 41%. Dessa forma, próximo de 80% dos alunos ingressantes têm idade entre 17 e 20 anos. Que entre 21 e 25, somam 15%, entre 26 e 30, 7%, sendo que 6% tem idade acima de 30 anos.

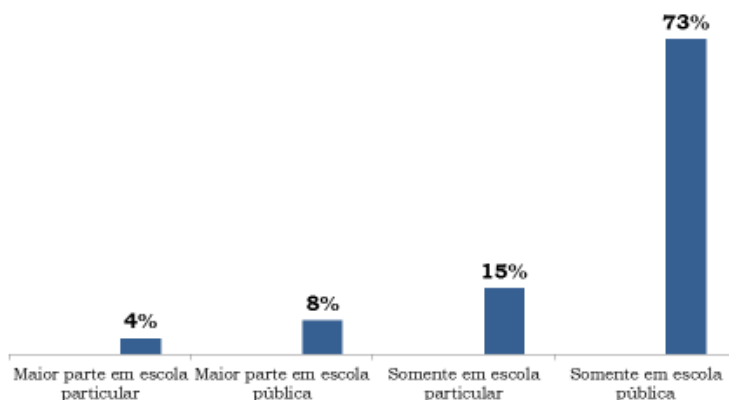
MODALIDADE DE ENSINO



Fonte: Relatórios da CPA – 2016

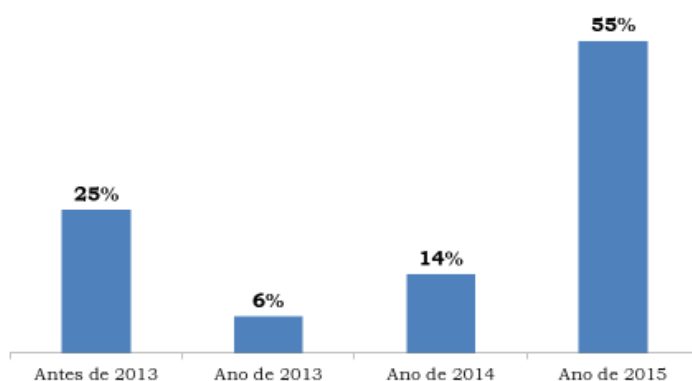
Sobre a modalidade de ensino do E.M., o gráfico apresenta a informação de 84% dos ingressantes cursou ensino regular, 10% ensino técnico e 6% Educação de jovens e Adultos E.J.A..

QUE TIPO DE ESCOLA CURSOU O E.M.?



Fonte: Relatórios da CPA – 2016

ANO DE FORMAÇÃO NO E.M.

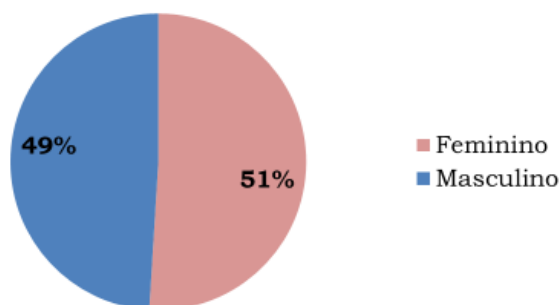


Fonte: Relatórios da CPA – 2016

Os gráficos apresentam informações do Perfil do Ingressante acerca da modalidade, tipo de escola em que cursou o Ensino Médio – E.M. e ano de conclusão do E.M. Sobre o tipo de escola em que cursou o E.M. 73% estudou somente em escola pública, 15% somente em escola particular, 8% cursou a maior parte em escola pública e 4% a maior parte em escola particular. Sobre o ano de formação/conclusão do E.M., 55%

dos ingressantes concluiu no ano de 2015, 14% em 2014, 6% em 2013, e os demais anterior ao ano de 2013.

GÊNERO

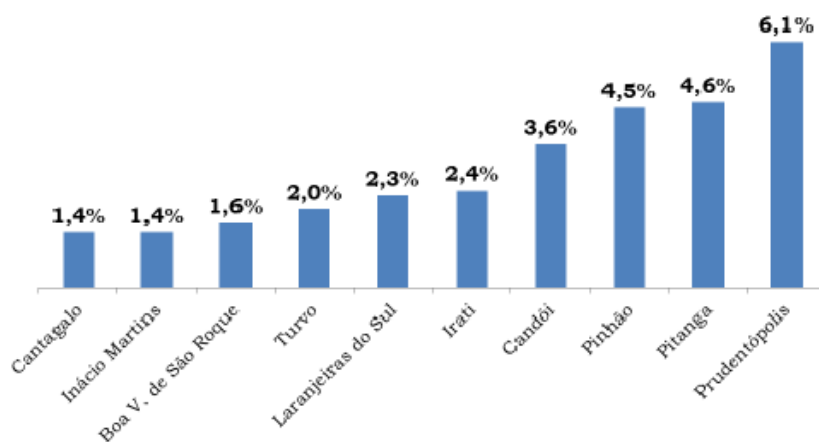


Fonte: Relatórios da CPA – 2016

Acerca do gênero, em 2016 os ingressantes masculinos eram 49% e os femininos 51%. Os dados revelam que os dois sexos têm uma igualdade proporcional, com uma pequena predominância feminina. Esse dados permaneceram com percentual similar nos relatórios de anos anteriores.

Fator relevante no perfil do ingresso é o percentual de alunos não residentes em Guarapuava, como apresentado no gráfico a seguir:

CIDADE DE ORIGEM



Fonte: Relatórios da CPA – 2016

Os resultados apresentados no gráfico confirmam a importância da Faculdade não só para Guarapuava como também para toda a região, apontando a crescente procura pela instituição de alunos vindos de outras cidades, o que pode ser considerado também um diferencial.

Observa-se que em 2016 do total de alunos ingressantes residentes nas principais da região, exceto Guarapuava, percentual importante reside nas cidades descritas no gráfico, com destaque para o Município de Prudentópolis. Esse diferencial tem relevância tanto para o desenvolvimento regional, quanto de maneira particular para o colegiados de cada curso, no encaminhamento das metodologias e práticas de ensino. Em 2016, o número de alunos residentes em Guarapuava manteve-se com índice próximo de 60%.

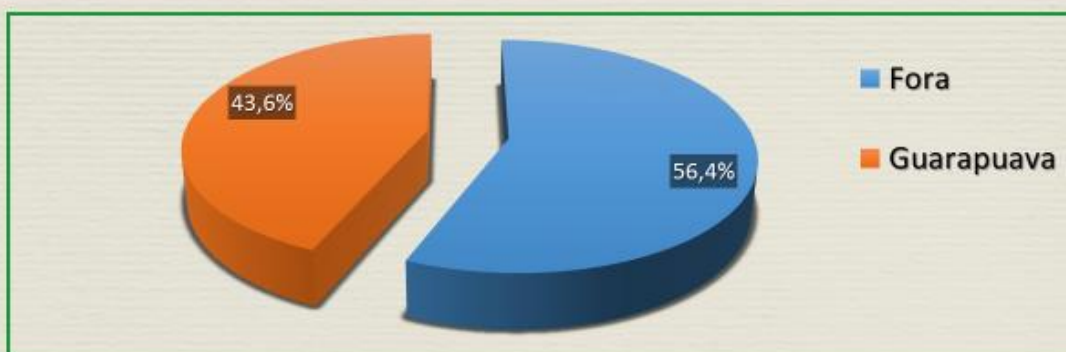
A figura a seguir, ilustra a dinâmica de interrelação entre os Municípios do estado do Paraná e o percentual de alunos ingressantes no ano de 2017, residentes nos municípios destacados:



Fonte: Relatórios da CPA 2017



PERFIL DO INGRESSO

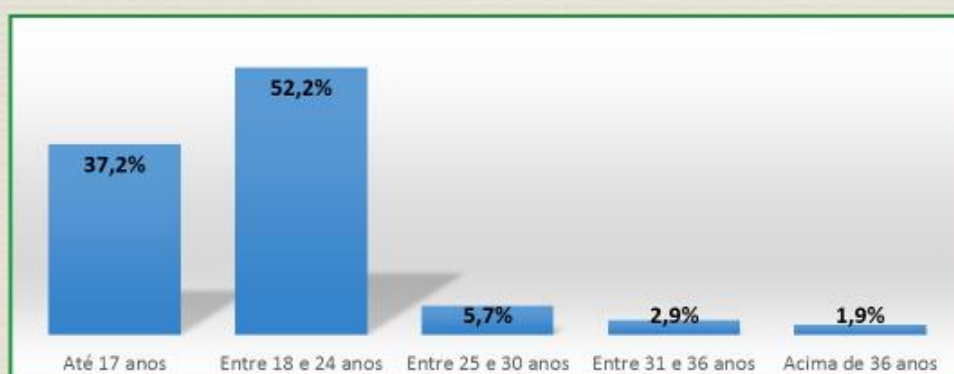


Fonte: Relatórios da CPA – 2017

A figura e o gráfico imediatamente anteriores apresentam as principais cidades do estado do Paraná de onde são naturais/residentes os alunos ingressantes na Faculdade campo Real, com indicação dos respectivos percentuais de alunos de cada cidade. Verifica-se que no ano de 2017 os residentes na cidade de Guarapuava somam 43,6% do total de alunos ingressantes. Os demais são residentes nas cidades identificadas na figura/mapa.

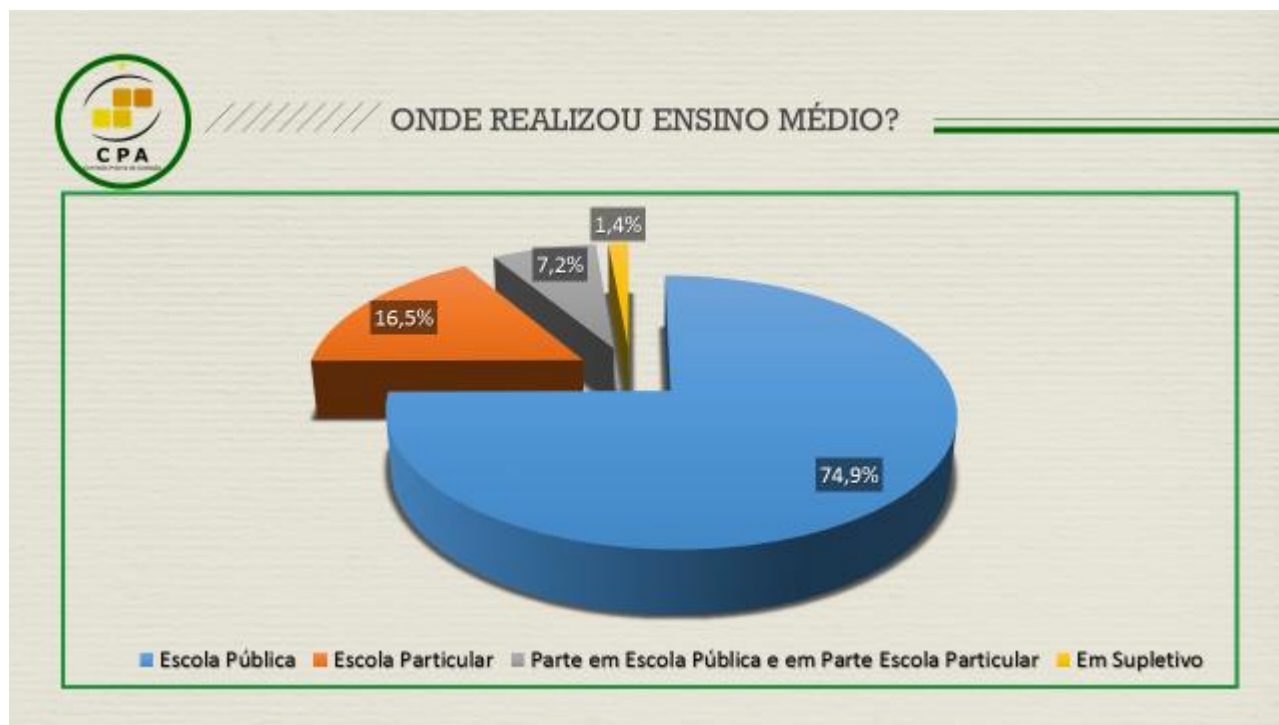


IDADE



Fonte: Relatórios da CPA – 2017

Acerca da idade dos alunos ingressantes, o gráfico apresenta informações que demonstram que 52,2% dos alunos têm idade entre 18 e 24 anos e 37,2%, tem até 17 anos, somando a maioria, com perfil bastante jovem.



Fonte: Relatórios da CPA – 2017

O gráfico acima informa que 74,9% dos alunos ingressantes no ano de 2017 realizou ensino médio em escola pública, 16,5% em escola particular, com 7,2% do percentual tendo cursado ensino médio parte em escola privada, parte em pública, e tendo 1,4% cursado supletivo.

4.1.4 Evolução Institucional a partir dos processos de planejamento e avaliação institucional

O documento produzido pela Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior – CEA (BRASIL.MEC, 2003) assinala que são princípios do SINAES: integração, participação, promoção de valores democráticos, respeito à diversidade, busca da autonomia, afirmação da identidade e dimensão formativa - Lei nº 10.861 (BRASIL, 2004).

A Faculdade Campo Real, ao assumir esse compromisso, fortaleceu as ações de gestão em consonância com esses princípios.

Em linhas gerais, as análises e considerações apresentadas pelos processos de avaliação institucional são importante objeto de gestão, de suporte para o Relato Institucional, para o acompanhamento do cumprimento no disposto no PDI, e principal base para elaboração de sua versão atualizada. A atualização do PDI se utilizando dessas informações foi retrato da devida atenção ao conjunto de informações disponíveis.

Diante do cenário regional e nacional destaca-se o alto percentual de preenchimento e manutenção de vagas pela Faculdade Campo Real, com conseqüente imagem pública fortalecida pelo caráter público dos conceitos dos relatórios de avaliação externa e do conceito final da instituição divulgado na mídia. Agrega-se a isso, a crescente demanda de profissionais interessados em integrar o corpo docente e o corpo técnico-administrativo da instituição.

Sobre a manutenção das vagas, os relatórios da CPA demonstram que os índices de evasão têm apresentando expressivo avanço institucional, reflexo de eficientes políticas institucionais.

Estudo sobre a Evasão dos Cursos e IES								
Curso	Situação	Iniciou 2016/1	Formandos 2016/1	Permanecem em 2016/2	Evasão		%	
Administração	Calouros	54	44	54	0	-2	0.0%	-0.6%
	Veteranos	339		297	-2		-0.6%	
Arquitetura e Urbanismo	Calouros	64	0	63	1	4	1.6%	2.0%
	Veteranos	135		132	3		2.2%	
Biomedicina	Calouros	48	2	47	1	3	2.1%	1.6%
	Veteranos	144		140	2		1.4%	
Comunicação Social - PP	Calouros	47	22	48	-1	-1	-2.1%	-0.8%
	Veteranos	102		80	0		0.0%	
Direito	Calouros	169	30	174	-5	-7	-3.0%	-0.8%
	Veteranos	702		674	-2		-0.3%	
Enfermagem	Calouros	49	0	48	1	1	2.0%	0.5%
	Veteranos	134		134	0		0.0%	
Engenharia Agrônômica	Calouros	118	19	118	0	-5	0.0%	-0.7%
	Veteranos	576		562	-5		-0.9%	
Engenharia Civil	Calouros	99	0	94	5	5	5.1%	5.1%
	Veteranos	0		0	0		#DIV/0!	
Engenharia de Produção	Calouros	21	0	20	1	13	4.8%	7.6%
	Veteranos	149		137	12		8.1%	
Engenharia Elétrica	Calouros	39	0	39	0	0	0.0%	0.0%
	Veteranos	0		0	0		#DIV/0!	
Engenharia Mecânica	Calouros	22	0	19	3	3	13.6%	13.6%
	Veteranos	0		0	0		#DIV/0!	
Medicina Veterinária	Calouros	79	0	78	1	1	1.3%	0.4%
	Veteranos	159		159	0		0.0%	
Nutrição	Calouros	35	1	36	-1	0	-2.9%	0.0%
	Veteranos	90		88	1		1.1%	
Psicologia	Calouros	43	0	43	0	6	0.0%	2.5%
	Veteranos	201		195	6		3.0%	
Campo Real	Calouros	887	118	881	6	21	0.7%	0.6%
	Veteranos	2731		2598	15		0.5%	

Fonte: Relatórios da CPA – 2017

Estudo sobre a Evasão dos Cursos e IES							
Curso	Situação	Início 2017/1	Formandos 2017/1	Permanecem em 2017/2	Evasão	%	
Administração	Calouros	107	33	79	28	56	26.2%
	Veteranos	286		225	28	56	9.8%
Arquitetura e Urbanismo	Calouros	66	0	48	18	29	27.3%
	Veteranos	192		181	11	29	5.7%
Biomedicina	Calouros	61	0	47	14	23	23.0%
	Veteranos	130		121	9	23	6.9%
Comunicação Social - PP	Calouros	55	40	38	17	25	30.9%
	Veteranos	124		76	8	25	6.5%
Direito	Calouros	210	36	183	27	108	12.9%
	Veteranos	812		695	81	108	10.0%
Enfermagem	Calouros	102	0	84	18	33	17.6%
	Veteranos	152		137	15	33	9.9%
Engenharia Agrônômica	Calouros	125	26	92	33	92	26.4%
	Veteranos	619		534	59	92	9.5%
Engenharia Civil	Calouros	73	0	59	14	33	19.2%
	Veteranos	122		103	19	33	15.6%
Engenharia de Produção	Calouros	41	0	34	7	14	17.1%
	Veteranos	128		121	7	14	5.5%
Engenharia Elétrica	Calouros	31	0	20	11	16	35.5%
	Veteranos	39		34	5	16	12.8%
Engenharia Mecânica	Calouros	36	0	24	12	17	33.3%
	Veteranos	20		15	5	17	25.0%
Medicina Veterinária	Calouros	113	0	89	24	47	21.2%
	Veteranos	237		214	23	47	9.7%
Nutrição	Calouros	41	1	31	10	19	24.4%
	Veteranos	115		105	9	19	7.8%
Psicologia	Calouros	68	1	57	11	25	16.2%
	Veteranos	204		189	14	25	6.9%
Campo Real	Calouros	1129	137	885	244	537	21.6%
	Veteranos	3180		2750	293	537	9.2%

Fonte: Relatórios da CPA – 2017



Fonte: Relatórios da CPA – 2017

Estudo sobre a Evasão dos Cursos e IES								
Curso	Situação	Iniciou 2017/2	Formandos 2017/2	Permanecem em 2018/1	Evasão		%	
Administração	Calouros	79	54	65	14	25	17.7%	10.0%
	Veteranos	225		160	11		4.9%	
Arquitetura e Urbanismo	Calouros	48	0	52	-4	4	-8.3%	1.7%
	Veteranos	181		173	8		4.4%	
Biomedicina	Calouros	47	39	45	2	3	4.3%	2.3%
	Veteranos	121		81	1		0.8%	
Comunicação Social - PP	Calouros	38	6	37	1	2	2.6%	1.9%
	Veteranos	76		69	1		1.3%	
Direito	Calouros	183	70	164	19	27	10.4%	3.3%
	Veteranos	695		617	8		1.2%	
Enfermagem	Calouros	84	33	83	1	-4	1.2%	-2.1%
	Veteranos	137		109	-5		-3.6%	
Engenharia Agrônômica	Calouros	92	71	80	12	13	13.0%	2.3%
	Veteranos	534		462	1		0.2%	
Engenharia Civil	Calouros	59	0	44	15	24	25.4%	14.8%
	Veteranos	103		94	9		8.7%	
Engenharia de Produção	Calouros	34	21	33	1	-2	2.9%	-1.5%
	Veteranos	121		103	-3		-2.5%	
Engenharia Elétrica	Calouros	20	0	24	-4	-4	-20.0%	-7.4%
	Veteranos	34		34	0		0.0%	
Engenharia Mecânica	Calouros	24	0	21	3	6	12.5%	15.4%
	Veteranos	15		12	3		20.0%	
Medicina Veterinária	Calouros	89	0	85	4	8	4.5%	2.6%
	Veteranos	214		210	4		1.9%	
Nutrição	Calouros	31	29	34	-3	3	-9.7%	2.8%
	Veteranos	105		70	6		5.7%	
Psicologia	Calouros	57	40	54	3	0	5.3%	0.0%
	Veteranos	189		152	-3		-1.6%	
Campo Real	Calouros	885	363	821	64	105	7.2%	3.2%
	Veteranos	2750		2346	41		1.5%	

Fonte: Relatórios da CPA – 2017

As informações apresentadas na tabela demonstram importantes índices de manutenção de vagas pela Instituição.

Os problemas revelados nas análises efetuadas nos resultados dos processos de autoavaliação institucional, demonstram-se na maioria operacionais e de infraestrutura, enquanto que as potencialidades se concentram em aspectos essenciais da vida acadêmica como a qualidade do corpo docente, do ensino, dos serviços e do atendimento dos setores da faculdade.

O trabalho de Avaliação Institucional está orientado por princípios como a continuidade, a perspectiva formativa e a credibilidade. Baseia-se no conhecimento da

realidade em um processo ativo e ininterrupto e que exige investimentos, avaliação formativa, redirecionamento e aperfeiçoamento. Pode-se inferir que essa ação avaliativa é uma estratégia pedagógica que tem a mais alta significação, pelo fato de ter possibilitado a geração de uma expressiva massa de informações atualizadas para o uso do replanejamento dos cursos, observando-se as novas exigências impostas num novo redesenho universitário. Isso significou ampliar e intensificar o processo de integração de diferentes setores resgatando princípios de trabalho coletivo, marca dessa faculdade, bem como contribuir para o atendimento às demandas dos Coordenadores de Curso que necessitam de subsídios para o desenvolvimento de suas atividades.

A integração dos processos avaliativos está compreendida e fortalecida no contexto da dinâmica avaliativa da faculdade, dialogando com a avaliação contínua do aluno, do docente e das diferentes dimensões da instituição. A autonomia desse processo tem um componente político ligado à autonomia da IES, observando-se que a prática de avaliação de iniciativa da instituição e que possibilita uma reflexão contínua sobre suas ações de forma a produzir decisões fundamentadas em estudos da realidade, fortalece a instituição no diálogo com os órgãos oficiais e especificamente com os responsáveis pela avaliação externa.

Outro ponto a ser considerado é que a autoavaliação realizada não é completa nem definitiva. A continuidade do processo avaliativo tem sido fundamental para aprofundar aspectos revelados, ampliar o universo da avaliação e revelar a evolução institucional.

Os procedimentos de avaliação legitimados a partir da deliberação de ações e aquisições desenvolvidas no processo de Gestão, propiciam o cumprimento dos objetivos e metas propostos no PDI (e a conseqüente evolução institucional), tais como:

- **Planejamento e Gestão Acadêmica e Administrativa**

Novos cursos e manutenção da qualidade - Elevação da oferta e da qualidade dos serviços acadêmicos (inserção de 3 cursos de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo e Medicina durante a vigência do PDI e elevação do IGC institucional de 3,00 para 3,04);

Acesso às informações - Facilitação do acesso às informações de controle acadêmico, com formação de pessoal técnico-administrativo para o setor de controle acadêmico e planejamento e normatização dos processos de controle acadêmico, a partir da implantação da política de conservação do acervo acadêmico (Portaria MEC nº 1224/2013);

Equilíbrio Financeiro - Manutenção do equilíbrio financeiro por meio da ampliação do Programa de Financiamento Estudantil com recursos próprios da IES e da redução da evasão;

Comunicação Interna - Desenvolvimento de mecanismos de melhoria da comunicação interna com a implantação de chats online e de acompanhamento das discussões realizadas em reuniões de Conselhos por plataforma online;

Programa de Formação Permanente - Reformulação da política de formação permanente dos docentes e técnico-administrativo;

Laboratórios - Implantação de Laboratórios para os novos cursos implantados na vigência do PDI 2013-2017.

▪ **Planejamento Organização e Gestão do Ensino**

Ensino - Melhorias no Ensino por meio da troca de experiências com instituições semelhantes – a citar: Seminários das Coligadas UB;

Processos de Ensino - Melhorias no planejamento, acompanhamento e supervisão dos processos de ensino de graduação, supervisão e atualização constante dos PPCs, por meio da criação do NUPE – Núcleo de Planejamento de Ensino, responsável pelo acompanhamento e melhoria acadêmica, e pelo fortalecimento dos NDEs com a criação de espaço e agenda próprios para reuniões;

Central de Estágios - Reavaliação e definição dos processos relativos ao ensino de graduação com a sistematização do CET – Central de Estágios e Trabalhos de Curso;

Participação na Autoavaliação Institucional - Melhoria do processo de participação da autoavaliação institucional, com a valorização da participação por meio dos

retornos realizados nos Seminários Acadêmicos de Autoavaliação Institucional e a reformulação do instrumento de avaliação;

Consolidação e Expansão dos Cursos - Consolidação da qualidade e expansão dos cursos de graduação com a implantação dos cursos de Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Arquitetura e Urbanismo e Medicina;

Trabalho Docente - Orientação, acompanhamento e supervisão do trabalho do docente com a reformulação do Plano de Qualificação Docente, criação do NUPE, dentre outras atividades; Pós-Graduação - Manutenção e ampliação dos cursos de pós-graduação lato sensu com a expansão dos cursos para 14 turmas concomitantes;

Transformação de Categoria Administrativa - Transformação da categoria administrativa da Faculdade para Centro Universitário, por meio do protocolo do processo para credenciamento do Centro Universitário Campo Real.

▪ **Atividades de Pós-graduação e Extensão**

Dedicação Docente - Otimização dos professores com tempo integral e parcial, por meio do aumento de cursos e projetos de extensão na IES;

Atividades Complementares e Sociais - Intensificação da política institucional de responsabilidade com a ampliação das atividades complementares e sociais e a criação de projetos institucionais específicos;

Atividades de Extensão - Ampliação das atividades de extensão por meio do aumento das parcerias e da oferta de atividades de extensão;

Acompanhamento do Egresso - Ampliação da política de acompanhamento do egresso com a criação de formulário e instrumento próprios de acompanhamento.

Sobre as ações desenvolvidas no processo de Gestão que propiciaram o atendimento às insatisfações/expectativas dos alunos, identificadas no processo de autoavaliação institucional, são algumas:

Cantina/Restaurante – Esse item foi o que obteve o maior índice de insatisfação nas avaliações realizadas e, por se tratar de setor que tem terceirizada a oferta dos serviços, foi solicitada aos administradores do setor que respondessem às insatisfações e expectativas dos alunos. Foi priorizada a ampliação e reestruturação dos respectivos espaços, a maior variedade e oferta de produtos, a ampliação do número de colaboradores para o atendimento, e o melhoria do atendimento;

Estacionamento – Esse item recebeu expressivo investimento, dada a compreensão institucional sobre sua necessidade. A realocação do estacionamento dos professores e demais colaboradores, ampliou o espaço destinado aos alunos. A aquisição de novo espaço para esse fim – próximo à instituição - demonstram a preocupação para com a ampliação do seguro acesso à instituição, maior agilidade e conforto dos alunos;

Laboratórios e ambientes para atividades práticas – A prioridade da Faculdade nesse quesito foi, além da implantação dos novos laboratórios, a ampliação e a reestruturação dos espaços existentes. O Centro Tecnológico contou com a inauguração de novos laboratórios e atendem às aulas dos cursos de Engenharias e de Arquitetura e Urbanismo. O Bloco da Saúde passou por reestruturação e a realocação de laboratórios que atenderão aos cursos de Biomedicina, Enfermagem, Nutrição, Psicologia e Medicina. O curso de Publicidade e Propaganda teve seus laboratórios realocados, reestruturados e modernizados;

BZZ – Agência Experimental – A Agência Experimental do curso de Publicidade e Propaganda foi inaugurada em novo espaço, atendendo as necessidades do curso, de maior e melhor espaço;

Empresa Jr e Centro Empreendedor – Realocação e reestruturação da Empresa Junior do Curso de Administração e Criação do Centro Empreendedor;

Salas de Aula – Atendendo o plano de Expansão, aquisição de novo espaço espaço físico, para construção de novas salas de aula;

Espaços de Convivência – Ampliação e reestruturação dos espaços de convivência da instituição;

Auditório Campo Real – Inauguração de novo espaço para atividades coletivas institucionais;

Casa da Memória – Situada na Fazenda Experimental – Guardará e preservará acervo que conte parte da história das fazendas de Guarapuava.

Condições de acessibilidade – Nesse sentido, os projetos arquitetônicos foram revistos e modificados para garantir a adequação às normas e a supressão de barreiras arquitetônicas. Entre os requisitos atendidos estão piso tátil, elevadores/plataformas, rampas, rebaixamento de meio-fio, ampliação de vagas de estacionamento destinadas para esse fim, aquisição de carteiras para esse fim.

Ações Realizadas

Leitura e análise do Projeto Pedagógico Institucional, Plano de Desenvolvimento Institucional, Relatórios da Avaliação Institucional, entrevistas com acadêmicos e professores da instituição.

Fragilidades

- a) Divulgação incipiente do PDI
- b) Baixa apropriação do PDI pelos discentes
- c) Baixa apropriação do PDI pelos docentes

Potencialidades

- a) O lema “Excelência no Ensino Superior” é amplamente divulgado;
- b) As metas são claras em relação aos objetivos institucionais;
- c) Sintonia entre os Projetos desenvolvidos e as Políticas definidas no PPI;
- d) O Plano de Desenvolvimento Institucional e o projeto Institucional são documentos norteadores do fazer acadêmico e coerentes entre si;
- e) Construído o perfil do ingressante;

- f) Acompanhamento do Egresso em construção;
- g) Revisão do Regimento Interno;
- h) A Missão e os valores institucionais são amplamente divulgados para a comunidade acadêmica;
- i) Revisão e atualização do PDI.

4.1.5 Dimensão 3

Responsabilidade Social

A Responsabilidade Social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição Social, ao Desenvolvimento Econômico e social, à defesa do Meio ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural.

Itens Avaliados

- a) Transferência de conhecimento para o desenvolvimento regional e nacional;
- b) Relação com os setores públicos, produtivos e com o mercado de trabalho;
- c) Relação com instituições sociais, culturais e educativas;
- d) Ações voltadas para o desenvolvimento da democracia e da promoção da cidadania;
- e) Ações desenvolvidas para a inclusão e assistência aos integrantes da comunidade acadêmica;
- f) Inclusão social;

Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Projeto Pedagógico dos Cursos;

- c) Relatório de Atividades;
- d) Convênios/Acordos para fins de responsabilidade social;
- e) Relatórios de dados de bolsa, desconto e financiamento estudantil;
- f) Relatório de Autoavaliação Institucional.

Análise

A Faculdade, por meio dos projetos pedagógicos, formaliza orientação e propicia aos acadêmicos desenvolvimento de atitude com relação à responsabilidade social, para isso organiza e desenvolve projetos, tanto de forma autônoma, quanto em forma de parceria com instituições, ONG's, órgãos públicos e privados, visando implementar as políticas contidas nos documentos oficiais vigentes. Com isso, busca assegurar a transferência de conhecimentos para o desenvolvimento regional e nacional.

As questões ambientais estão relacionadas às mais diversas áreas, sendo muito importante a oportunidade multidisciplinar de momentos que proporcionem reflexão e um olhar especial a esta causa. Diante disso, a Instituição por meio de Programa de Extensão e respectivos projetos promoveu ações, entre elas a VI Mostra de Ações em Defesa do Meio Ambiente, com ampla adesão de Instituições de Ensino e Empresas locais. O evento foi enriquecido com a inscrição e apresentação de projetos de pesquisa pelos alunos e docentes (bem como, participação aberta e adesão de alunos e professores de outras instituições), que trataram de questões relacionadas ao tema central "Meio Ambiente". Relacionado à causa, foram realizadas exposições de Arte promovidas pelo Projeto Arte em Campo, da Faculdade. O Projeto Arte em Campo, por meio de programa institucionalizado promoveu diversas exposições com obras de artistas locais e apresentações culturais diversas, com o intuito de incentivar e divulgar a arte e cultura de Guarapuava e região.

A implantação da Clínica Multidisciplinar – Realclin proporcionou mais um espaço para o desenvolvimento de ações do Programa de Extensão Saúde Integral e projetos sociais, por realizar atendimento clínico prioritariamente junto à comunidade

economicamente menos privilegiada do município de Guarapuava. Complementa a formação profissional dos alunos dos cursos da Saúde, incentivando a iniciação à pesquisa científica e oportunizando a aplicação prática dos conteúdos teóricos, sendo também campo para os estágios curriculares obrigatórios.

Preocupada com a permanência dos discentes no ensino superior, a Instituição mantém Programas de Financiamento e de Bolsas acessados pelos alunos de forma significativa. Esses programas visam alcançar pessoas oriundas de famílias com baixo poder aquisitivo e oportuniza inclusão e permanência no meio acadêmico. Essa é uma forma de inclusão de alunos que estavam em situação desfavorecida visando prepará-los para o mercado de trabalho. Algumas ações têm respaldo de parcerias com órgãos públicos e setores produtivos.

INCENTIVOS/BOLSAS/FINANCIAMENTOS/DESCONTOS/CONVÊNIOS																		
Curso\Modalidade de descontos	26º G.A.C.	Adaptação	Amigo Real	Bolsa de Estudos / Estágios	Bolsas / Diversos	Convênio Empresa	Crédito	Crédito Fies / Repasse	Dep Financ. Faculdade	Direção Geral	FIES	Financiamento Campo Real	Funcionário	Obtenção Novo Título	Pontualidade	Programa Próximo Passo	ProUni	Retido
Administração	1	1	3	0	1	30	2	1	16	39	42	18	5	0	235	0	50	6
Arquitetura e Urbanismo	0	0	7	0	0	5	4	5	10	27	71	47	2	24	208	0	24	3
Biomedicina	0	1	5	1	0	1	2	6	3	12	66	39	0	6	144	0	34	3
Comunicação Social - PP	0	2	2	1	0	6	1	3	5	8	48	18	1	2	142	0	29	3
Direito	7	1	15	4	0	36	10	1	58	110	211	104	7	109	822	2	152	20
Enfermagem	1	0	4	2	0	5	4	3	6	15	61	59	0	4	200	1	26	2
Engenharia Agrônômica	0	0	19	2	1	27	7	2	25	70	216	91	3	40	555	6	102	11
Engenharia Civil	0	4	6	0	0	7	5	3	12	27	62	26	1	14	186	0	17	1
Engenharia de Produção	0	1	3	1	0	28	5	2	7	18	66	10	2	6	142	0	26	15
Engenharia Elétrica	1	1	0	0	0	7	1	2	4	9	7	6	1	8	63	0	16	1
Engenharia Mecânica	0	0	0	0	0	0	3	2	2	6	11	7	0	0	48	0	8	2
Medicina Veterinária	0	1	8	5	1	2	5	5	18	26	115	45	5	13	268	3	31	3
Nutrição	0	3	1	2	0	2	5	1	6	16	37	25	0	7	137	1	23	2
Psicologia	0	3	3	1	0	3	5	1	9	17	97	45	2	15	168	1	32	0
Campo Real	10	18	76	19	3	159	59	37	181	400	1110	540	29	248	3318	14	570	72

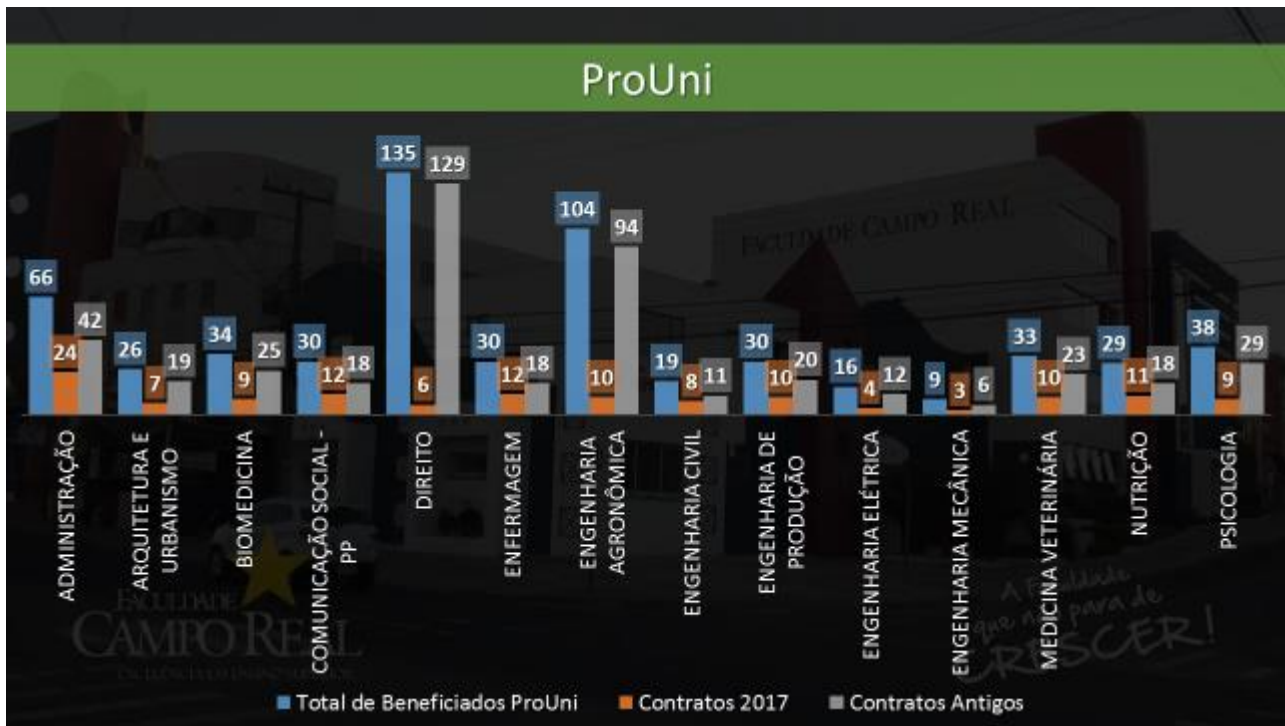
Fonte: Relatórios da CPA – 2016

ProUni

Curso	Total de Beneficiados		Contratos 2017		Contratos Antigos	
	qtde	%	qtde	%	qtde	%
Administração	66	11.0%	24	17.8%	42	9.1%
Arquitetura e Urbanismo	26	4.3%	7	5.2%	19	4.1%
Biomedicina	34	5.7%	9	6.7%	25	5.4%
Comunicação Social - PP	30	5.0%	12	8.9%	18	3.9%
Direito	135	22.5%	6	4.4%	129	27.8%
Enfermagem	30	5.0%	12	8.9%	18	3.9%
Engenharia Agrônômica	104	17.4%	10	7.4%	94	20.3%
Engenharia Civil	19	3.2%	8	5.9%	11	2.4%
Engenharia de Produção	30	5.0%	10	7.4%	20	4.3%
Engenharia Elétrica	16	2.7%	4	3.0%	12	2.6%
Engenharia Mecânica	9	1.5%	3	2.2%	6	1.3%
Medicina Veterinária	33	5.5%	10	7.4%	23	5.0%
Nutrição	29	4.8%	11	8.1%	18	3.9%
Psicologia	38	6.3%	9	6.7%	29	6.3%
Campo Real	599	100.0%	135	100.0%	464	100.0%

Fonte: Relatórios da CPA – 2017

A tabela apresenta dados acerca dos incentivos, bolsas, financiamentos, descontos e convênios de acesso dos acadêmicos, respectivos números e percentuais por curso. Verifica-se que no ano de 2016, 570 alunos acessaram bolsa do Programa Universidade para Todos (PROUNI), e que 1110 acessaram Programa de Financiamento do Ministério da Educação Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). O Convênio Empresa, desconto que beneficia alunos que são funcionários de empresas locais conveniadas com a Instituição, teve 159 beneficiados. Foram 3318 acadêmicos que obtiveram descontos pela pontualidade no pagamento das parcelas, 29 funcionários da Instituição se beneficiaram de políticas de descontos, sendo que outros 19 acadêmicos se beneficiaram por meio de estágio remunerado. O Programa Institucional Amigo Real beneficiou 76 alunos, e 72 obtiveram redução do valor da mensalidade em virtude da retenção no período, por não alcançar desempenho acadêmico para o avanço de período no curso.



Fonte: Relatórios da CPA – 2017

O gráfico apresenta em números absolutos os alunos beneficiados no ano de 2017 pelo ProUni por curso, com destaque para o número de beneficiados no curso de Direito e Engenharia Agrônoma.

A oferta de cursos visando o desenvolvimento regional, a concessão de bolsas, a existência de fontes de financiamento estudantil e a diversidade de ações para o desenvolvimento das finalidades institucionais são ações que realçam a Responsabilidade Social institucional.

Há preocupação da instituição em trabalhar o tema responsabilidade social nas atividades de ensino e para oficializar essa ação oferecem, durante o percurso do acadêmico, seminários e encontros que versam sobre o tema e possibilitam vivência e aplicabilidade com as ações de responsabilidade social.

Destaca-se que a Ação Social da Instituição é cada vez mais reconhecida e requisitada pela comunidade local e da região. Foi reconhecida também pela ABMES – Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior e pelo Movimento Nós Podemos Paraná, do sistema FIEP, sendo condecorada com o Selo de Instituição Parceira para os Objetivos do Milênio.

Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, dos Projetos Pedagógicos de Curso, dos Relatórios de Atividades Complementares, dos Convênios e Termos de compromisso para fins de responsabilidade social, dos Relatórios de dados de bolsa, desconto e financiamento estudantil e do Relatório de Autoavaliação Institucional.

Fragilidades

a) Insuficiência de informações sistematizadas sobre benefícios sociais resultantes das ações institucionais.

Potencialidades

- a) Oferta de cursos visando o desenvolvimento regional;
- b) Concessão de bolsas;
- c) Existência de fontes de financiamento estudantil;
- d) Difusão para a comunidade acadêmica das ações voltadas para o desenvolvimento social;
- e) Conscientização do corpo discente quanto a sua responsabilidade social, ainda enquanto acadêmicos, e posteriormente, como profissionais;
- f) Programa Institucionalizado de incentivo e divulgação da Arte e Cultura;
- g) Programa Institucionalizado de ações que promovem e incentivam a defesa do meio ambiente;
- h) Diversificação de propostas de atividades sociais promovidas pela Instituição;
- i) Reconhecimento da sociedade em relação à responsabilidade social da Instituição;
- j) Representatividade da IES em órgãos de classe e conselhos;
- k) Parcerias estáveis;

- l) Incipiente continuidade de ações junto ao mesmo público-alvo beneficiado.
- m) Serviços gratuitos à comunidade prestados pela Clínica Escola, BZZ (Agência Experimental do Curso de Publicidade e Propaganda) e Escritório de Prática Jurídica.
- n) Implantação de programa de incentivo financeiro aos alunos vinculados com Projetos Sociais;
- o) Suprimento, por parte da IES, das fontes de financiamento estudantil reduzidas pelo governo federal;
- p) Continuidade de ações junto ao mesmo público-alvo beneficiado;
- q) Implantação de instrumento de avaliação discente das ações realizadas.

5. EIXO 3

POLÍTICAS ACADÊMICAS

5.1 Dimensão 2

A Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-graduação, a Extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

5.1.1 Ensino

Itens Avaliados

- a) Organização didático-pedagógica;
- b) Práticas Pedagógicas na construção do conhecimento;
- c) Práticas de avaliação do Processo ensino-aprendizagem;
- d) Currículo e o perfil desejado;

- e) Busca e aplicação de tecnologias no ensino;
- f) Participação dos docentes no desenvolvimento do PPC.

Fonte

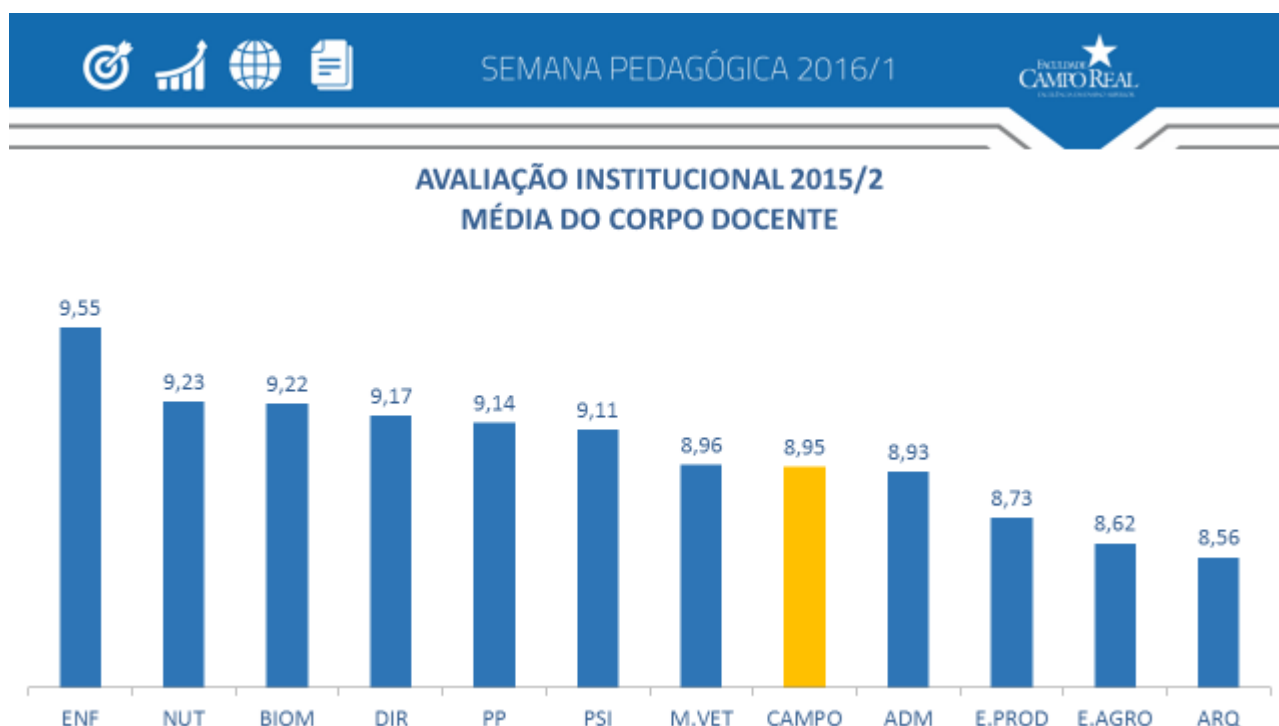
- a) PDI e PPI;
- b) Projeto Pedagógico dos cursos;
- c) Relatórios do ENADE;
- d) Diretrizes Curriculares Nacionais;
- e) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional;
- f) Relatórios de Autoavaliação Institucional

Análise

O currículo e a organização didático-pedagógica dos cursos estão de acordo com os objetivos da instituição e as diretrizes curriculares Nacionais. A integralização mínima e máxima plenamente atendidas dentro dos requisitos legais, os planos de ensino e a bibliografia atualizados. A reforma curricular é uma prática que faz parte do repensar dos cursos, por força da legislação vigente, ou pela constatação da necessidade de adequações sentida pelo colegiado e Núcleo Docente Estruturante dos Cursos (NDEs). A melhoria no currículo objetiva o aperfeiçoamento no perfil do egresso. Essa mudança parte do grupo de professores, que são responsáveis pelas atualizações das disciplinas, ementas, bibliografias. A avaliação da aprendizagem está coerente com os Projetos Pedagógicos dos cursos, com foco na aprendizagem e está prevista no Regimento Interno da IES. O Projeto Pedagógico Institucional e o Regimento Interno, também estão a disposição da comunidade acadêmica na biblioteca. Percebe-se que, em alguns casos, a interdisciplinaridade é, ainda, uma prática que merece aprimoramento. É preciso criar

mecanismos que favoreçam a aproximação de diferentes disciplinas para o enriquecimento do processo de aprendizagem.

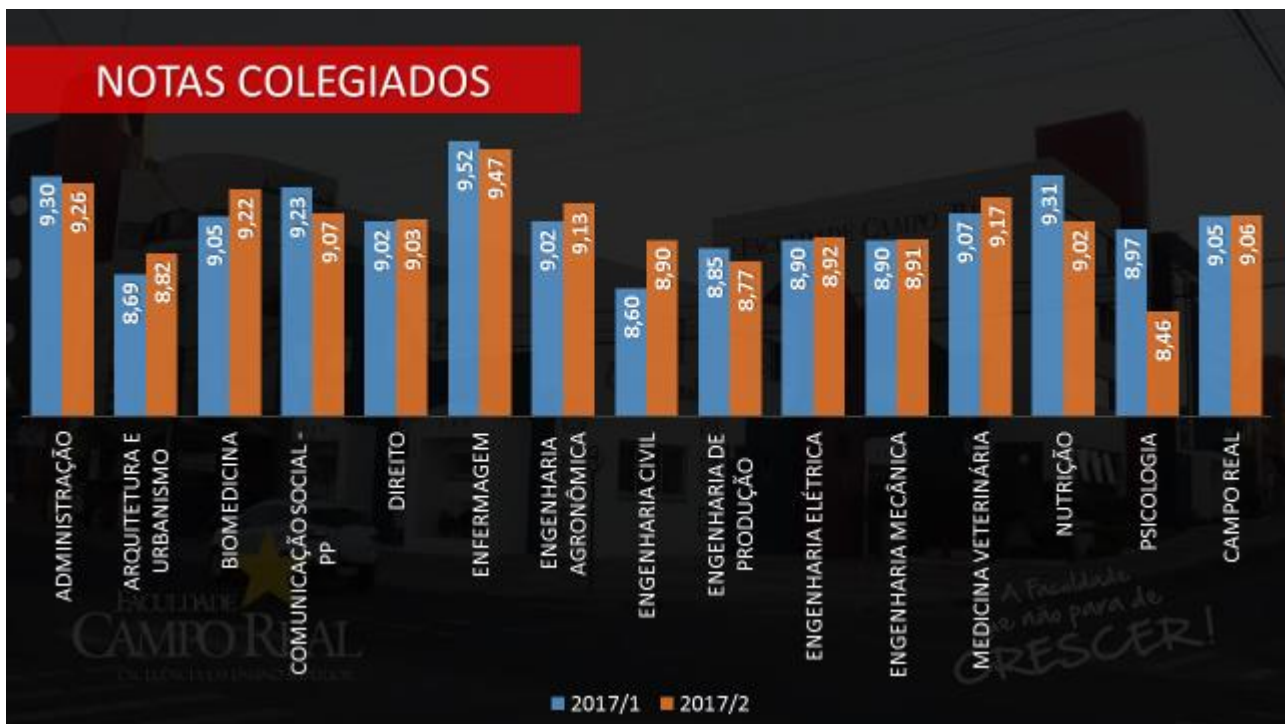
Grande parte do corpo docente da Faculdade tem na sua formação inicial, ou continuada, disciplinas ou cursos na área da docência. A construção do perfil docente ampliou o conhecimento e a análise dessas informações. A manutenção da qualidade do corpo docente mostrou a necessidade da contratação de docentes com perfil em conformidade com os interesses da instituição. Atendendo a essa condição, houve aumento da contratação de professores não residentes em Guarapuava, cujo deslocamento e hospedagem ocorre conforme necessidade prevista no horário semanal das aulas.



Fonte: Relatórios da CPA – 2015

MÉDIA DO CORPO DOCENTE					
Cursos	2015/2	2016/1	Varição de 2015/2 para 2016/1	2016/2	Varição de 2016/1 para 2016/2
Administração	8.93	8.96	0.3%	9.19	2.6%
Arquitetura e Urbanismo	8.56	8.76	2.3%	8.56	-2.3%
Biomedicina	9.22	9.17	-0.5%	9.14	-0.3%
Comunicação Social - PP	9.14	9.00	-1.5%	8.98	-0.2%
Direito	9.17	9.15	-0.2%	9.02	-1.4%
Enfermagem	9.55	9.24	-3.2%	9.53	3.1%
Engenharia Agrônômica	8.62	8.82	2.3%	8.85	0.3%
Engenharia Civil	...	9.00	...	8.72	-3.1%
Engenharia de Produção	8.73	8.52	-2.4%	9.03	6.0%
Engenharia Elétrica	...	9.15	...	8.87	-3.1%
Engenharia Mecânica	...	9.07	...	8.71	-4.0%
Medicina Veterinária	8.96	9.12	1.8%	9.23	1.2%
Nutrição	9.23	9.34	1.2%	9.26	-0.9%
Psicologia	9.11	8.62	-5.4%	8.80	2.1%
Campo Real	8.95	8.98	0.3%	9.00	0.2%

Fonte: Relatórios da CPA – 2016



Fonte: Relatórios da CPA – 2017

NOTAS COLEGIADOS

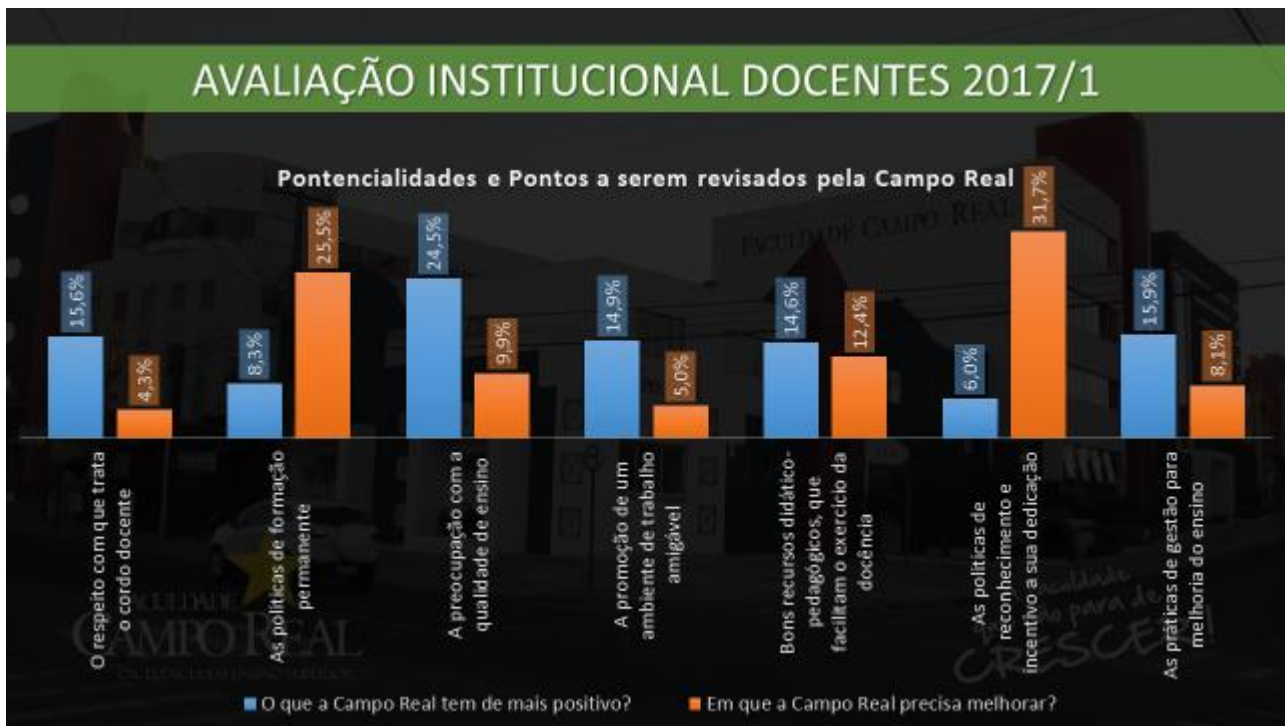
MÉDIA DO CORPO DOCENTE PELA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Cursos	2015/2	2016/1	Varição de 2015/2 para 2016/1	2016/2	Varição de 2016/1 para 2016/2	2017/1	Varição de 2016/2 para 2017/1	2017/2	Varição de 2017/1 para 2017/2
Administração	8.93	8.96	0.3%	9.19	2.6%	9.30	1.2%	9.26	-0.4%
Arquitetura e Urbanismo	8.56	8.76	2.3%	8.56	-2.3%	8.69	1.5%	8.82	1.5%
Biomedicina	9.22	9.17	-0.5%	9.14	-0.3%	9.05	-1.0%	9.22	1.9%
Comunicação Social - PP	9.14	9.00	-1.5%	8.98	-0.2%	9.23	2.8%	9.15	-0.9%
Direito	9.17	9.15	-0.2%	9.02	-1.4%	9.02	0.0%	9.03	0.1%
Enfermagem	9.55	9.24	-3.2%	9.53	3.1%	9.52	-0.1%	9.47	-0.5%
Engenharia Agrônômica	8.62	8.82	2.3%	8.85	0.3%	9.02	1.9%	9.13	1.2%
Engenharia Civil	...	9.00	...	8.72	-3.1%	8.60	-1.4%	8.90	3.5%
Engenharia de Produção	8.73	8.52	-2.4%	9.03	6.0%	8.85	-2.0%	8.77	-0.9%
Engenharia Elétrica	...	9.15	...	8.87	-3.1%	8.90	0.3%	8.92	0.2%
Engenharia Mecânica	...	9.07	...	8.71	-4.0%	8.90	2.2%	8.91	0.1%
Medicina Veterinária	8.96	9.12	1.8%	9.23	1.2%	9.07	-1.7%	9.17	1.1%
Nutrição	9.23	9.34	1.2%	9.26	-0.9%	9.31	0.5%	9.02	-3.1%
Psicologia	9.11	8.62	-5.4%	8.80	2.1%	8.97	1.9%	8.46	-5.7%
Campo Real	8.95	8.98	0.3%	9.00	0.2%	9.05	0.6%	9.06	0.1%

Fonte: Relatórios da CPA – 2017

No gráfico e na tabela intitulados “Média do Corpo Docente” e “Notas Colegiados”, tem-se a avaliação feita pelos alunos em relação a sua satisfação com o corpo docente dos cursos. A partir dessa análise é possível verificar que a instituição tem adotado medidas assertivas em relação à contratação e manutenção de corpo docente atualizado e competente. Destacam-se os cursos de Biomedicina, Direito, Nutrição, Medicina Veterinária e Administração que mantêm-se com média acima de 9.00, além do curso de Administração, que vem despontando com melhora progressiva no período pesquisado.

Acerca da autoavaliação realizada semestralmente pelo corpo docente, as informações oferecem importante subsídio para que se possa ampliar os níveis de satisfação dos professores e a consequente melhoria dos processo de ensino.



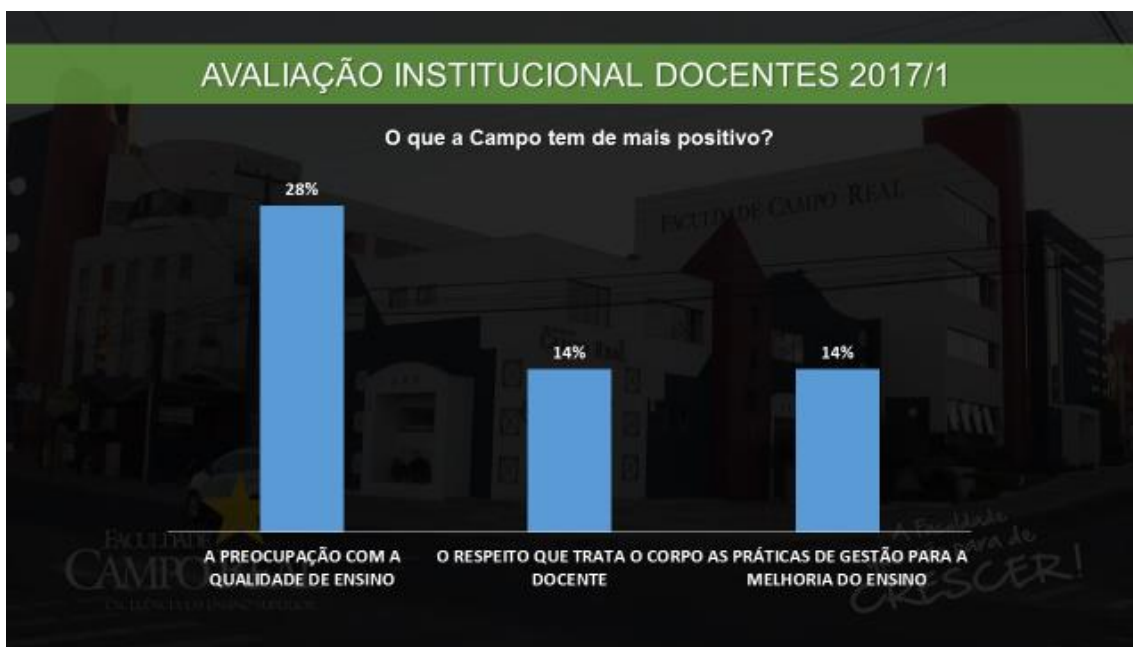
Fonte: Relatórios CPA 2017



Fonte: Relatórios CPA 2017

Do instrumento utilizado para este processo, destaca-se o gráfico que indica índices de satisfação dos professores acerca das potencialidades e pontos a serem revisados pela Instituição, sobressaindo-se as políticas de reconhecimento e incentivo a

dedicação como algo a ser revisto, especialmente na melhor comunicação das ações já praticadas. Questionados sobre a preocupação da instituição em manter o professor amparado e valorizado por meio de políticas de ensino para sua dedicação, 45,2% dos professores afirmou que sempre, e 39,7% afirmou que na maioria das vezes, somando um índice de satisfação de 84,9% dos professores que responderam a pesquisa.



Fonte: Relatórios CPA 2017



Fonte: Relatórios CPA 2017

Os dados apresentados demonstram que ao serem indagados sobre o que a Campo Real tem de mais positivo, os professores que indicaram a preocupação com a qualidade de ensino somaram 28%, e ambas com 14% da indicação dos professores, encontramos a indicação do respeito com que a IEs tratar o corpo docente e as práticas de gestão para a melhoria do ensino. Sobre questão que indagava sobre ambiente de trabalho favorecer o relacionamento interpessoal, 62% dos professores que afirmaram que sempre, 31% na maioria das vezes, somando 93% de satisfação, índice expressivo e que reflete o bom relacionamento entre professores, coordenadores, direção geral, demais funcionários. Esta tem sido uma preocupação refletida nas ações do Setor de Gestão de Pessoas da Instituição.

Ainda, buscando atender os interesses institucionais, a faculdade aprimorou o uso de novas tecnologias educacionais para aproximar o presencial do virtual na graduação. Em entrevista com alguns membros discentes e docentes que utilizam essa prática, observou-se um saldo altamente positivo, pois alguns alunos que apresentavam dificuldade com o uso de tecnologias, hoje já se comunicam de maneira virtual, obtendo bom desempenho no uso desses recursos e maior ganho na aprendizagem.

No início de 2016, a Instituição instituiu o NÚCLEO DE PLANEJAMENTO DO ENSINO (NUPE), por meio da Resolução Nº 1/2016 – SEC, que em seu artigo I prevê:

Art. 1º O Núcleo de Planejamento do Ensino é comissão multidisciplinar ligada à Coordenação Acadêmica e à Direção Geral da Faculdade Campo Real, bem como à Comissão Própria de Avaliação (CPA). Tem como objetivo geral orientar, planejar e executar processos de melhoria do ensino-aprendizagem de todos os cursos da Instituição, assessorando os coordenadores de Curso e a Direção no desenvolvimento de suas atividades didático-pedagógicas centradas no ensino.

Do planejamento, organização e execução de atividades atribuídas ao NUPE, subscrevemos o que o artigo 4º delibera:

“**Art. 4º** O processo de planejamento, organização e execução de qualquer atividade contará com o acompanhamento da Coordenação Acadêmica e da Direção da IES.

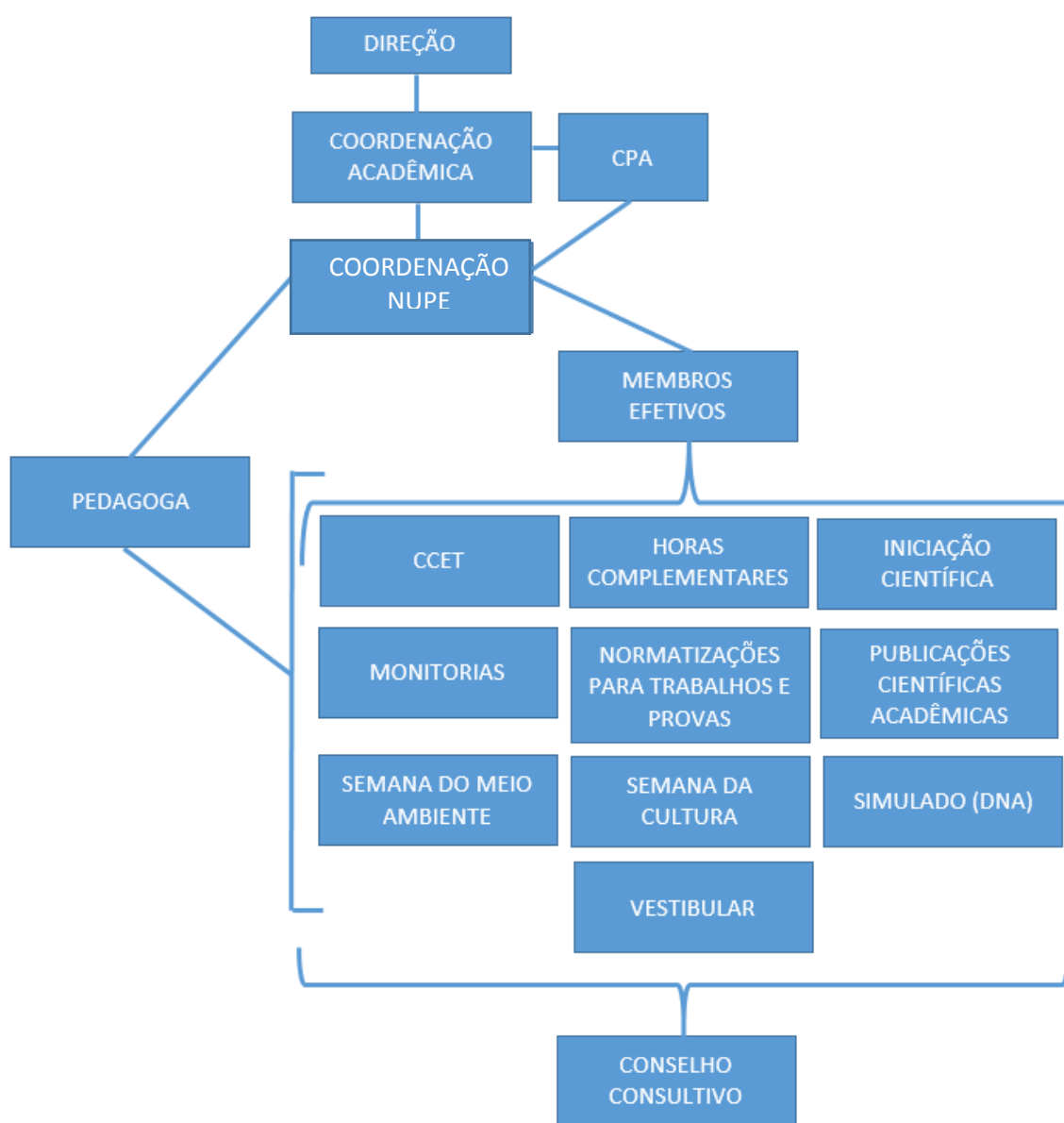
I - O NUPE deverá apresentar, durante a reunião semanal dos coordenadores de curso, o planejamento das atividades, bem como regulamentações a serem discutidas.

II - Todas as atividades deverão seguir um calendário próprio a partir do calendário acadêmico da IES aprovado em todos os conselhos.

III - A pauta de reuniões e atividades será encaminhada semanalmente aos Setores da IES, bem como aos Coordenadores de Curso e Direção.

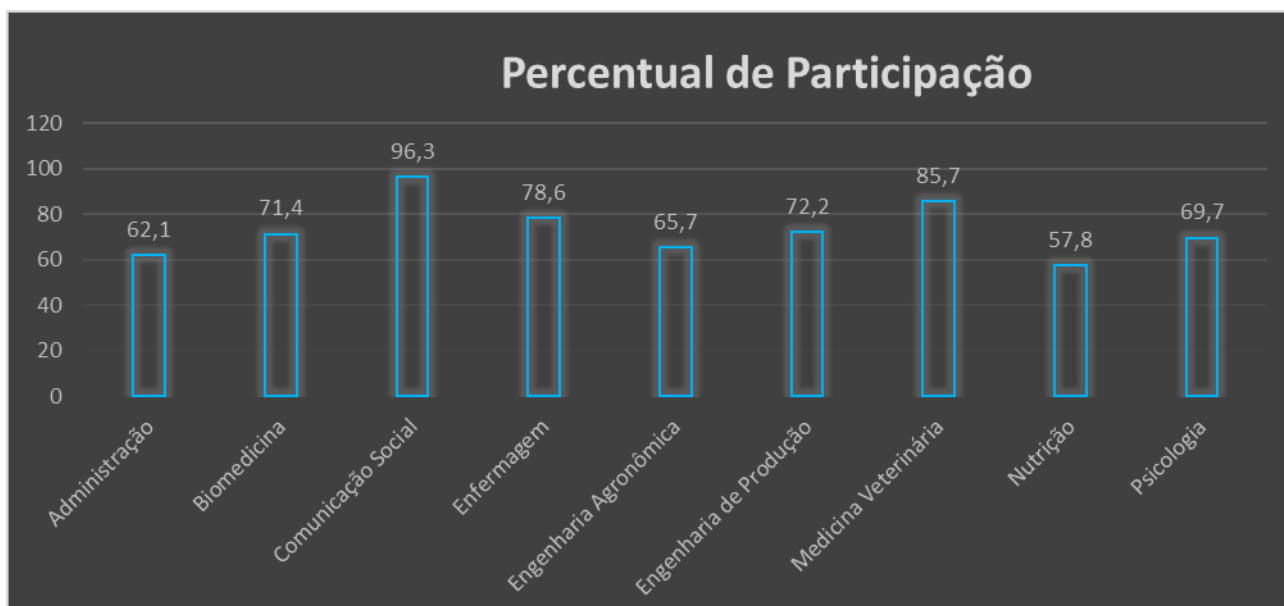
IV - Todas as atividades levarão em consideração o processo pedagógico voltado para ensino-aprendizagem, para tanto, deverão estar intimamente relacionadas aos princípios educacionais, culturais e sociais da LDB 9394/96 e estarão ligadas às matrizes curriculares dos cursos de graduação”.

O organograma abaixo mostra a composição geral do NUPE:

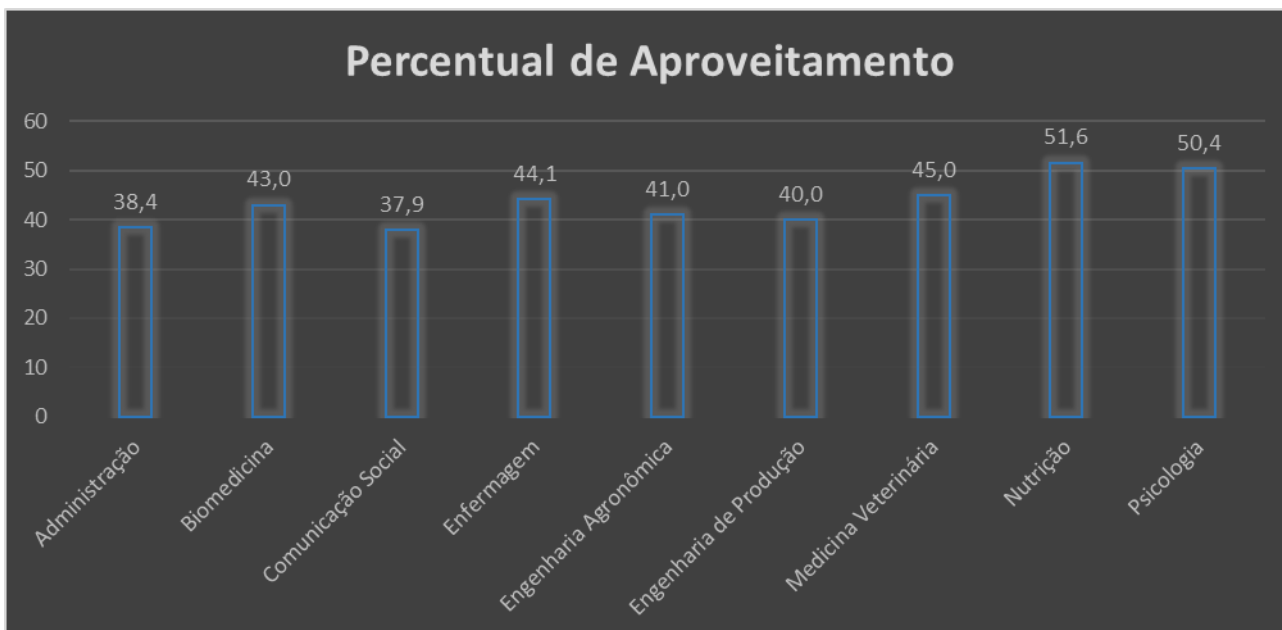


Sobre as obrigações do NUPE, estão dispostas no Art. 8º do documento que o institui, e estão centradas no tripé: planejamento, organização e execução, seguido do processo de acompanhamento das atividades dos colegiados.

Práticas que estimulam a leitura e a escrita, a citar os encaminhamentos para a resolução de questões previstas no “Simulados Preparatórios de Carreiras” (testes avaliativos previstos semestralmente no calendário acadêmico), buscam novas metodologias e nova organização das metodologias de ensino e aprendizagem. Os gráficos a seguir apresentam a adesão/participação dos acadêmicos à proposta, bem como os percentuais de desempenho/aproveitamento, por curso. Estes dados fornecem diagnóstico para continuidade ou redirecionamento das ações docentes e discentes:

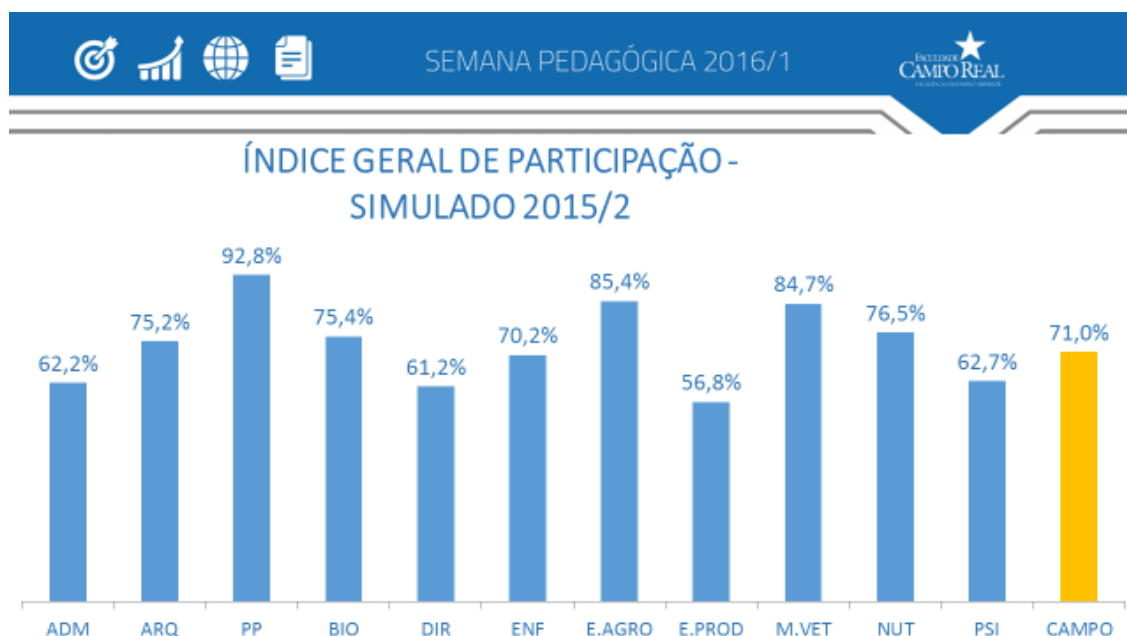


Fonte: Relatórios da CPA – 2015/01



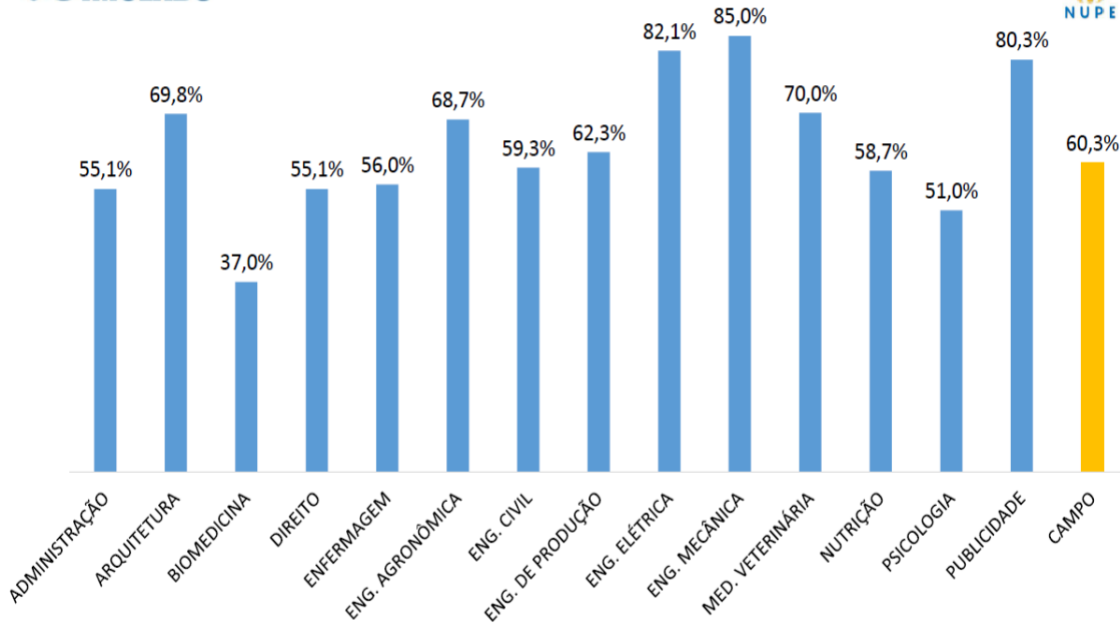
Fonte: Relatórios da CPA – 2015/01

A leitura dos dados de 2015/01 apresenta o curso de Comunicação Social com o maior índice de participação no processo, indicando onde se devem fortalecer as ações dos cursos, tanto em participação como em desempenho. Sobre o índice de aproveitamento, percebe-se destaque para o curso de Nutrição, e necessidade de melhores práticas de ensino nos cursos de Administração e Comunicação Social.



Fonte: Relatórios da CPA – 2015/02

POR CURSO

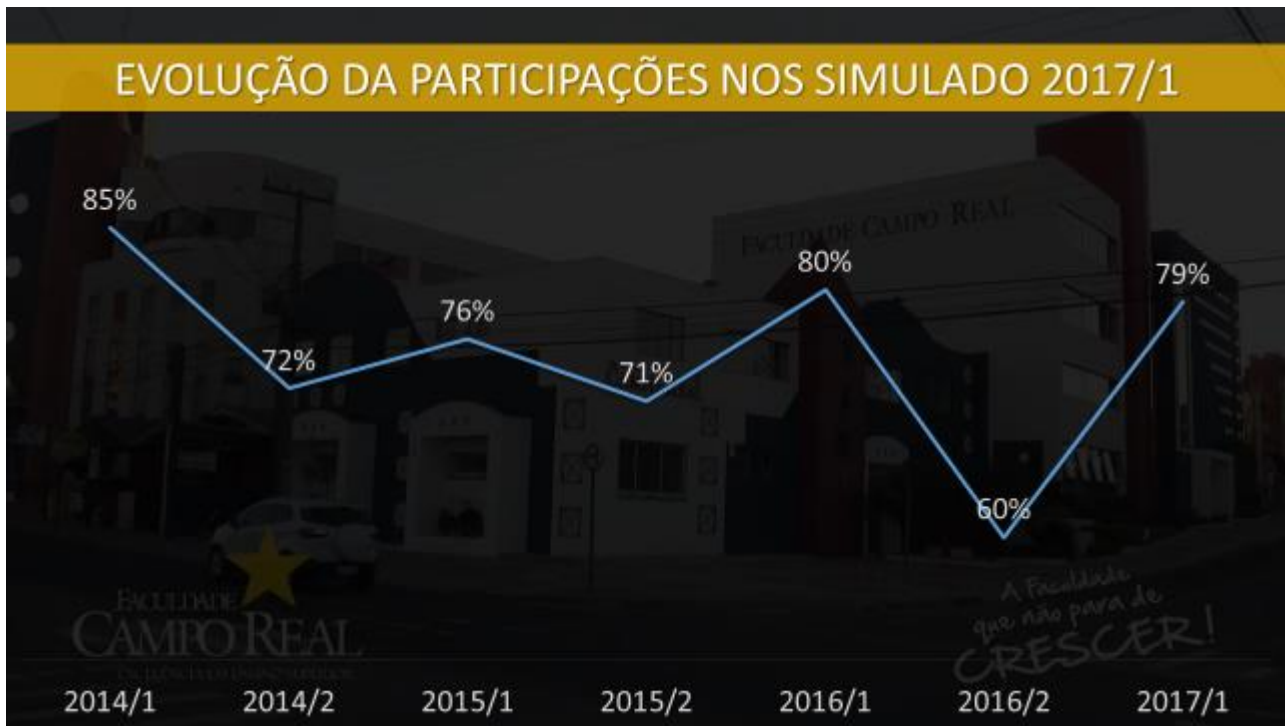


Fonte: Relatórios da CPA – 2016/02

PARTICIPAÇÃO NO SIMULADO 2017/1



Fonte: Relatórios da CPA – 2017



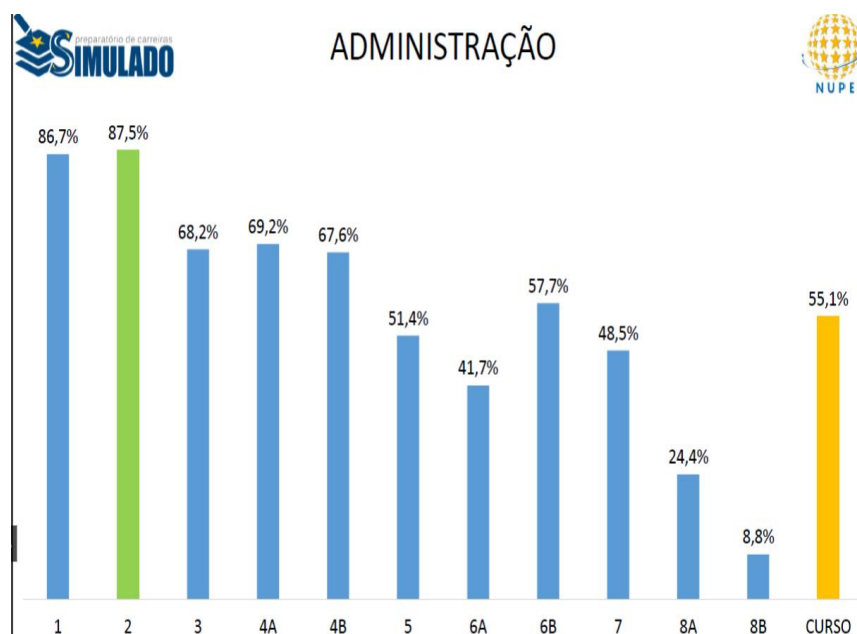
Fonte: Relatórios da CPA – 2017

A leitura dos dados sobre a participação dos acadêmicos no Simulado Preparatório de Carreiras de 2015/02 a 2016/02, além do índice de participação geral 2016/02, apresenta o curso de Comunicação Social e Engenharia Mecânica com maior índice de participação, respectivamente, indicando onde se deve fortalecer as ações dos cursos, nesse caso, com destaque para o curso de Engenharia de Produção, com 56,8% de participação dos acadêmicos, menor participação entre os cursos em 2015/02, e Biomedicina com 37% de participação dos acadêmicos, menor participação entre os cursos em 2016/02. Em 2017, a atividade passou a ser realizada anualmente, com destaque de participação para os curso de Administração e Arquitetura e Urbanismo, com mais de 90% de participação do total dos alunos. Os índice gerais de participação demonstram que no ano de 2017 obteve-se novamente índice importante e significativo de participação dos alunos.



Fonte: Relatórios da CPA – 2016/02

Não só a participação, mas também o aproveitamento por curso é analisado de acordo com o desempenho apresentado pelos acadêmicos. O gráfico acima demonstra, então, a relação de aproveitamento na prova comparativamente entre cursos na edição do simulado de 2016/02.



Fonte: Relatórios da CPA – 2016/02

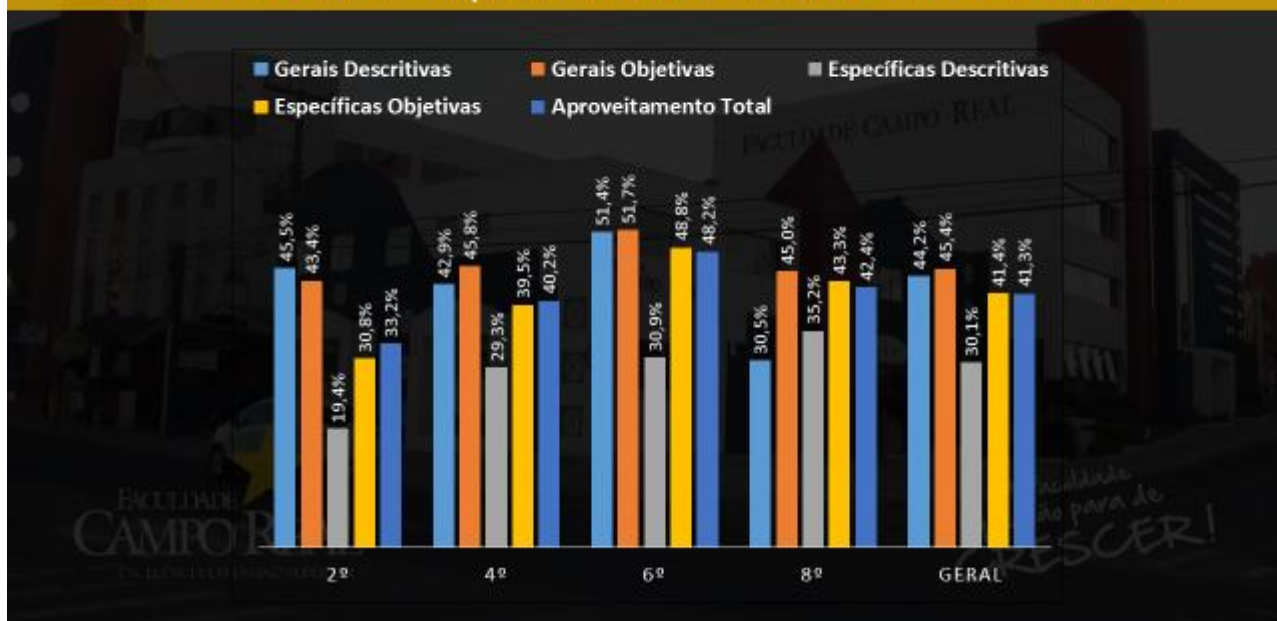
Da mesma maneira, são levantados os dados de desempenho nas provas das turmas que compõem os cursos, para que sejam direcionadas ações pedagógicas pontuais em todos os momentos da formação dos acadêmicos. O gráfico selecionado demonstra índices de participação das turmas do curso de Administração, o que é importante indicador de interesse e comprometimento com as ações insitucionais e de corresponsabilidade com a aprendizagem.



Fonte: Relatórios da CPA – 2016/02

Sobre desempenho análises de desempenho específicos nos cursos, no gráfico anterior, a fim de exemplificar, pode-se analisar o desempenho no curso de Administração em 2016/02, a partir do instrumento avaliativo. Fica evidente, a partir dos dados levantados que ação específicas devem ser tomadas no que diz respeito a questões específicas e gerais descritivas especialmente a partir do 7º semestre do curso.

Simulado 2017 – Aproveitamento Curso de Biomedicina



Fonte: Relatórios da CPA – 2017

Acerca desta análise por curso, o gráfico demonstra o desempenho específico das turmas de Biomedicina em 2017, o que demonstra necessidade de ações voltadas, a citar, para melhoria de desempenho nas questões descritivas de conhecimento específico, que não ultrapassaram índice de 30% de aproveitamento. Importante diagnóstico para NDE, colegiado, acadêmicos.

APROVEITAMENTOS NOS CONHECIMENTOS GERAIS, QUESTÕES DISCURSIVAS SIMULADO 2017/1



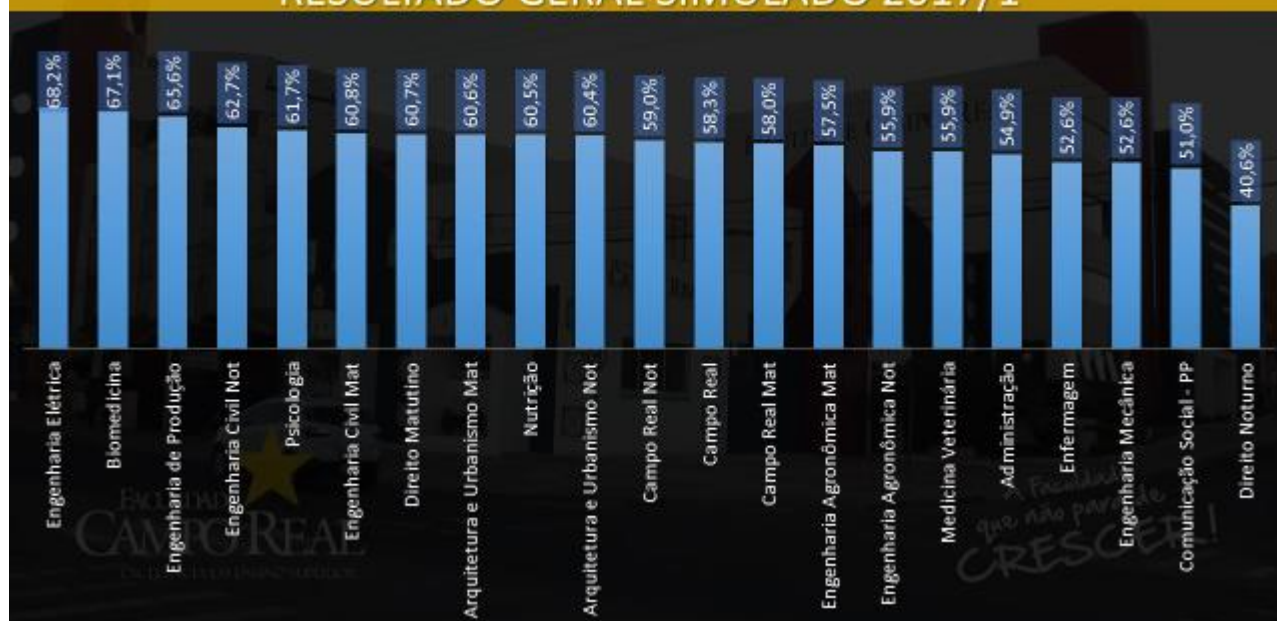
Fonte: Relatórios da CPA – 2017

APROVEITAMENTOS NOS CONHECIMENTOS GERAIS, QUESTÕES OBJETIVAS SIMULADO 2017/1



Fonte: Relatórios da CPA – 2017

APROVEITAMENTOS NOS CONHECIMENTOS GERAIS RESULTADO GERAL SIMULADO 2017/1

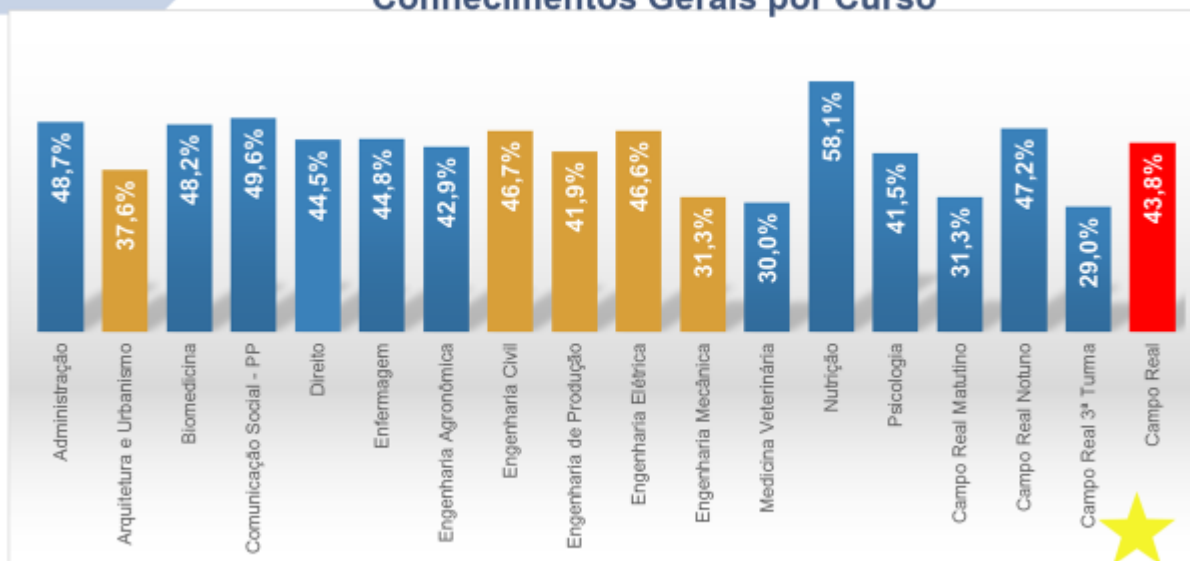


Fonte: Relatórios da CPA – 2017

As questões de conhecimentos gerais recebem análise paralela e o gráfico demonstra que o curso de Direito obteve o menor aproveitamento (39,2%) nas questões discursivas, 40% e o curso de Enfermagem obteve o menor aproveitamento (32,9%) na questões objetivas. Os índices gerais de aproveitamento em conhecimentos gerais posicionam os cursos de Engenharia Mecânica (52,6%), Comunicação Social - PP (51%) e Direito Noturno (40,6%) com os menores índices de aproveitamento. Importantes indicadores para direcionamento de ações.

A partir dos índices de desempenho em conhecimentos gerais identificados no Simulado, optou-se por realizar no final do ano letivo de 2017 nova atividade avaliativa, unificada para todos os cursos, que acrescentasse diagnóstico para fortalecer planejamento de ações para o próximo ano letivo.

Aproveitamento da Atividade Avaliativa de Conhecimentos Gerais por Curso



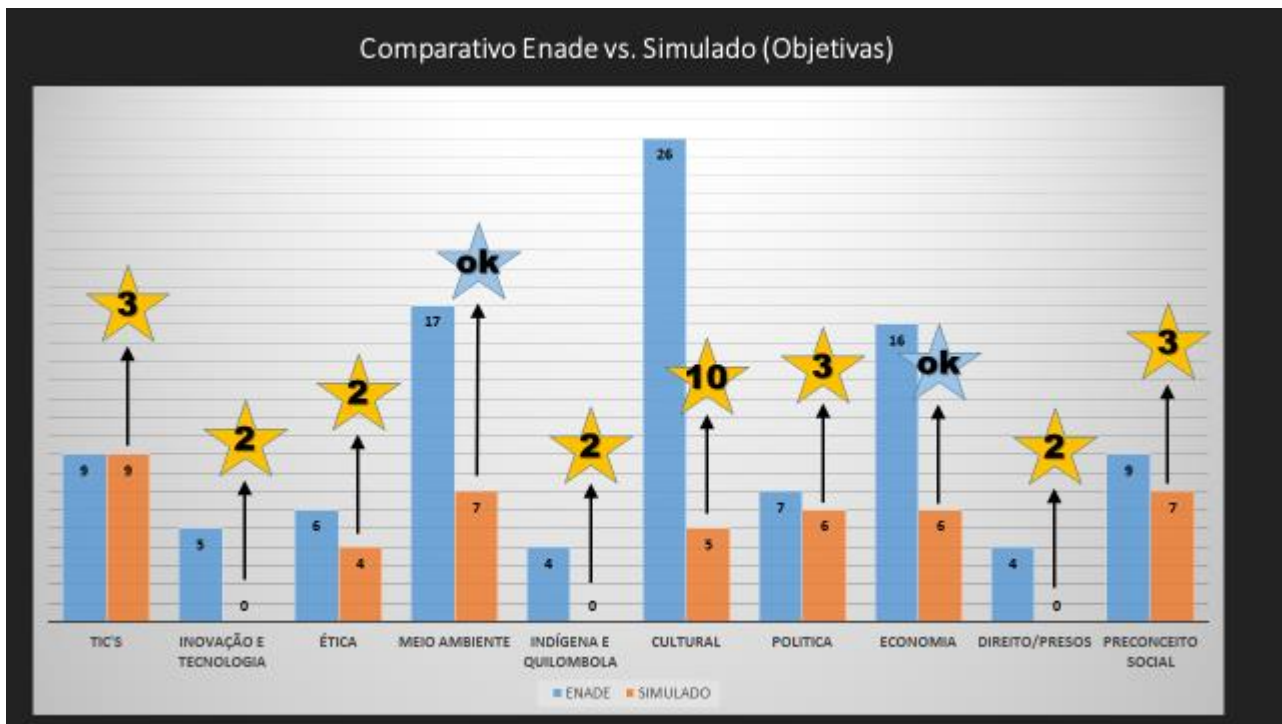
5º, 10º, 6º, 13º lugares entre os 14 cursos da faculdade, respectivamente.

23

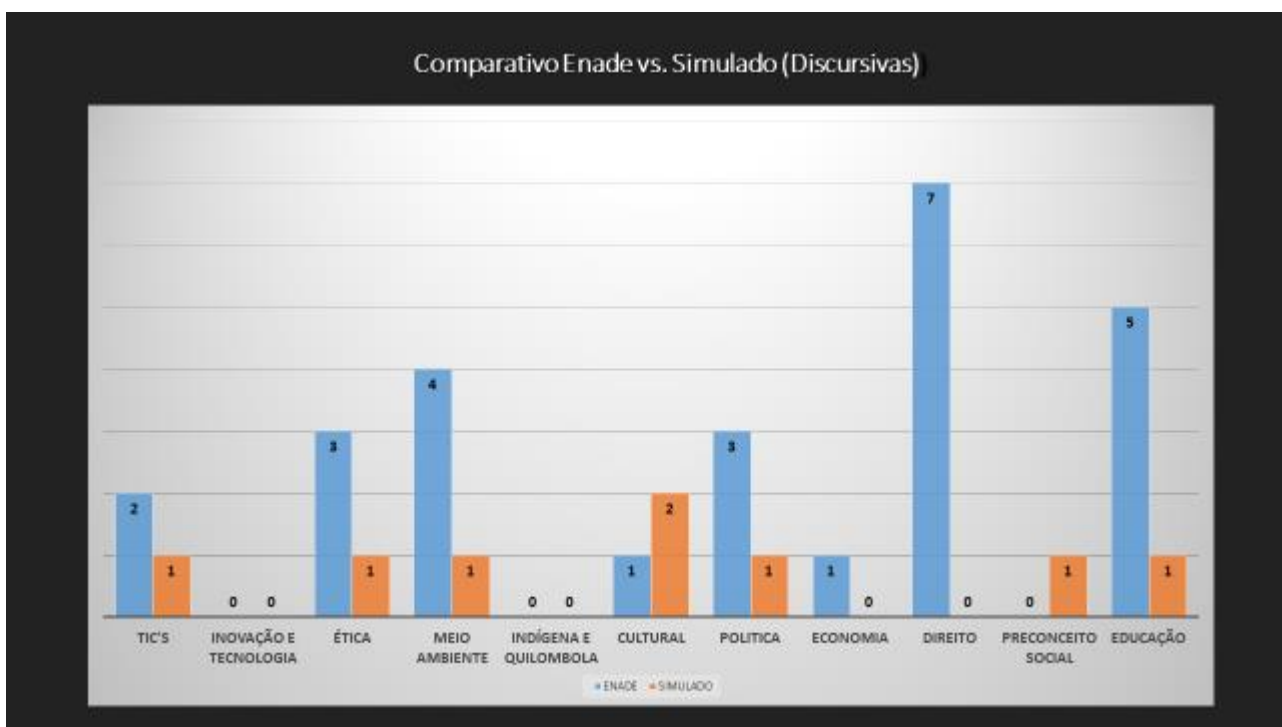
Fonte: Relatórios da CPA – 2017

O gráfico apresenta dados acerca do aproveitamento dos cursos na atividade avaliativa de conhecimentos gerais, realizada no final do semestre letivo, em 2017/02. O curso de Nutrição destacou-se com o melhor índice de aproveitamento, com 58% dos alunos obtendo score. Os cursos de Medicina Veterinária (30%), Engenharia Mecânica (31,3%) e Arquitetura e Urbanismo (37,6%) obtiveram os menores índices de aproveitamento. Os índices alicerçam necessidade planejamento para que se reverta o desempenho insatisfatório.

Paralelamente, realizou-se levantamento das áreas de conhecimento de maior incidência na últimas edições do ENADE, no que se refere a Conhecimentos Gerais, com parâmetro das áreas prestigiadas nas provas do Simulado Preparatório de Carreiras.



Fonte: Relatórios da CPA – 2017

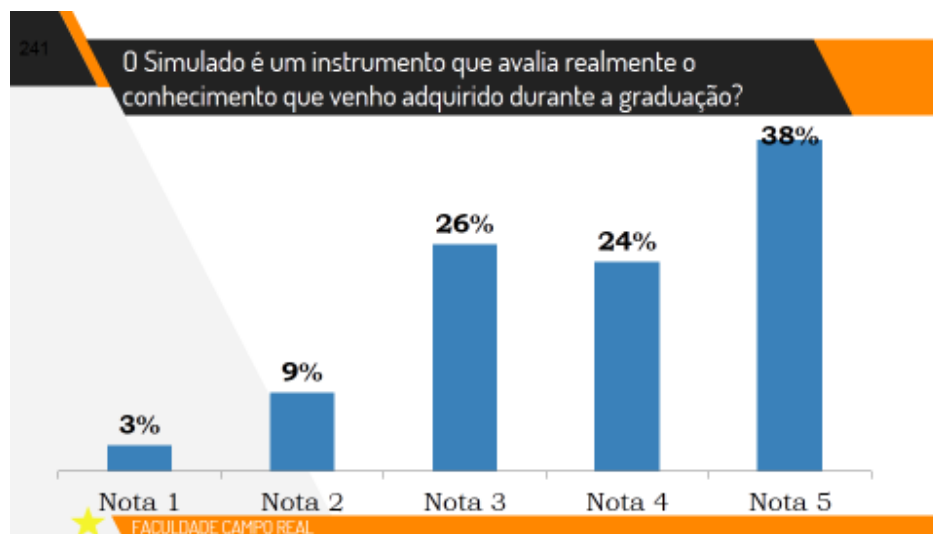


Fonte: Relatórios da CPA – 2017

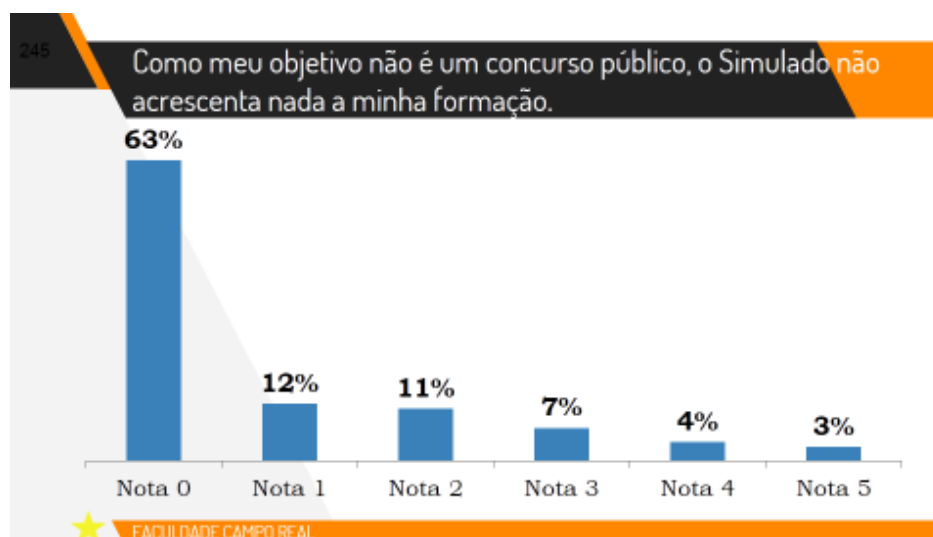
As informações dos gráficos acima demonstram que em algumas áreas, como Inovação e Tecnologia, Indígena e Quilombola e Direito, não há coerência entre os temas

abordados no ENADE e no Simulado. Diagnóstico a ser revisto na elaboração dos próximos cadernos/edições do simulado.

Após a aplicação do simulado, a instituição ainda preocupa-se em coletar dados referentes à percepção do acadêmico frente a todo o processo de avaliação perpetrado por esse instrumento. Nesse sentido, é aplicada uma Pesquisa Pós-Simulado, que indica a visão do acadêmico sobre a prova e as dificuldades enfrentadas por eles na resolução das questões propostas.



Fonte: Relatórios da CPA – 2016/02



Fonte: Relatórios da CPA – 2016/02

Os gráficos acima, que ilustram duas das questões inquiridas aos discentes, demonstram a satisfação dos alunos frente ao instrumento avaliativo e sua percepção de que ele é válido não só para seu desenvolvimento acadêmico, mas também profissional.

Para que todo esse processo não se restrinja somente a uma ação isolada, a coordenação pedagógica, a partir do trabalho do NUPE, realiza periodicamente a análise das matrizes de provas mensais e bimestrais. Nessa análise, são conferidos alguns quesitos básicos que aproximem as avaliações da instituição e a avaliação feita pelo ENADE. Assim, é verificado se as avaliações contêm questões com peso avaliativo descrito, se há questões discursivas a serem respondidas pelos alunos e se constam da prova questões que seguem o padrão de itens ENADE.

213

Turmas ENADE Geral

	PESO	DISCURSIVA	ENADE
ADM03	100%	100%	100%
ADM04	100%	67%	67%
ARQ02	100%	100%	75%
BIO02	100%	67%	67%
DIR05	100%	100%	80%
DIR06	100%	100%	86%
ENF04	75%	100%	75%
ENGA03	83%	83%	83%
ENGA04	88%	88%	100%
ENGC01	100%	100%	100%
ENGC02	100%	100%	86%
ENGE02	100%	100%	83%
ENGM02	100%	100%	86%
ENGP02	100%	100%	86%
ENGP08	100%	100%	100%
MEDVET03	100%	100%	86%
MEDVET04	100%	100%	100%
NUT02	100%	100%	83%
PSIO6	100%	75%	100%
PP02	100%	100%	100%

FACULDADE CAMPO REAL

Fonte: Relatórios da CPA – 2016/02

No gráfico acima, pode-se observar o levantamento feito para as turmas com participação prevista para o ENADE. Nele, percebe-se o envolvimento dos docentes e dos colegiados na formação dos acadêmicos em relação aos padrões de avaliação do INEP.

Sendo a aprendizagem e desempenho dos acadêmicos proporcionalmente ligada à qualidade e quantidade de leitura realizada, são organizados dados referentes ao número

de empréstimos realizados na Biblioteca acadêmica, o que oferece também importante dado acerca da condução dos planos de ensino.

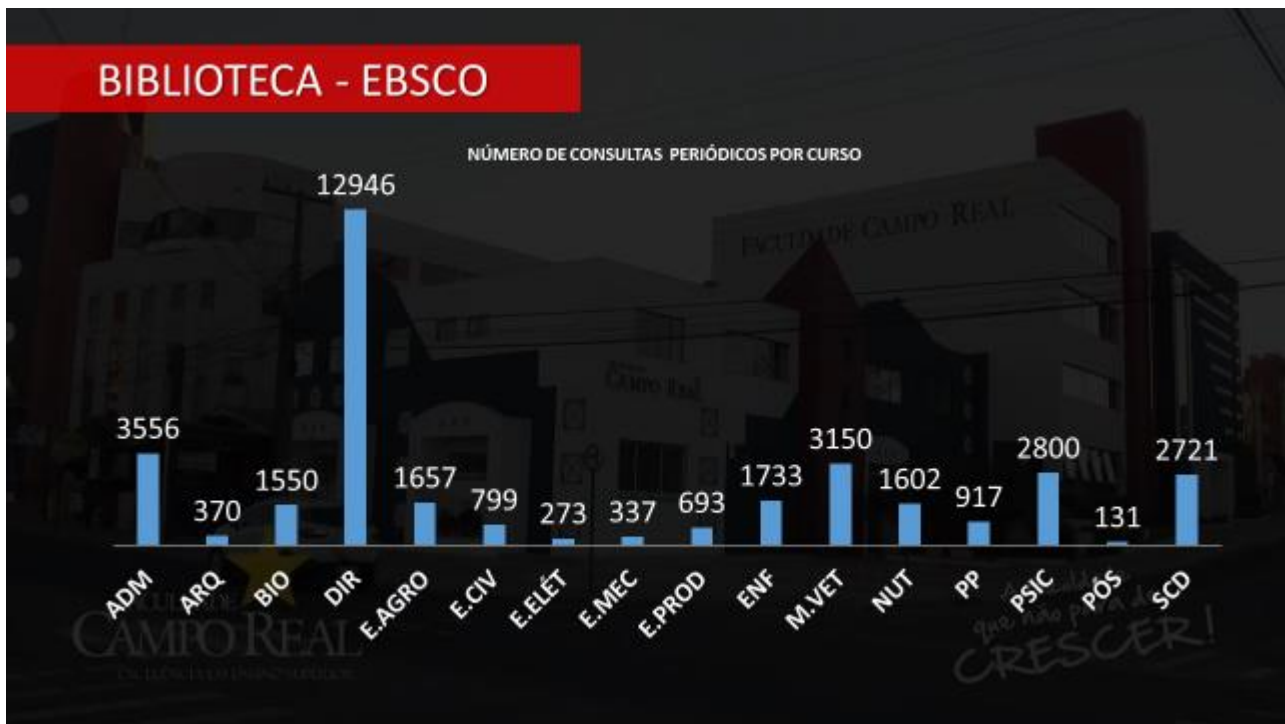


Fonte: Relatórios da CPA – 2017

O gráfico apresenta o número absoluto de empréstimos por aluno, por curso, e geral do Instituição no ano letivo de 2017. Observa-se que o curso de Direito destaca-se com a média de 14 empréstimos por aluno, seguido dos cursos de Nutrição e Psicologia, com pouco mais de 11 empréstimos por aluno. O curso de Engenharia Agrônoma apresentou o menor número de empréstimos, com pouco mais de 2 empréstimos por aluno.

A aquisição da Plataforma Ebsco intensificou as ações da Instituição para estímulo à leitura e à fontes alternativas de acesso às obras e periódicos. Trata-se de uma base de dados contendo MEDLINE Complete, a mais abrangente fonte de periódicos de medicina em texto completo do mundo, provendo artigos na íntegra de aproximadamente 2.570 periódicos indexados. Destes, mais 2.450 possuem indexação de capa a capa na MEDLINE. A MEDLINE Complete oferece informações médicas reconhecidas sobre

medicina, enfermagem, nutrição, veterinária, biologia, o sistema de saúde, ciências pré-clínicas e muito mais. Utiliza a indexação MeSH (Títulos de assuntos médicos) com árvore, hierarquia em árvore, subtítulos e recursos de expansão para pesquisar citações em mais de 5.000 revistas biomédicas especializadas. Esta base de dados possui também texto completo para muitos dos periódicos mais utilizados na MEDLINE, inclusive o *Annals of Internal Medicine*. Possui ainda mais de 2.800.000 artigos em texto completo retroativos a 1902. E uma segunda base, Fonte Acadêmica. Possui uma abrangência em todas as áreas do conhecimento, com ênfase em particular para agricultura, ciências biológicas, ciências econômicas, história, direito, literatura, medicina, filosofia, psicologia, administração pública, religião e sociologia. Alguns dos títulos de periódicos nesta coleção exclusiva são: Acta Reumatológica Portuguesa, Acta Scientiarum, Direito, Estado e Sociedade, Educação, Estudos Ibero-Americanos, Letras de Hoje, Recursos Hídricos, Religião e Sociedade, Revista Brasileira de Finanças, Revista Eletrônica de Enfermagem and Revista NERA. Em constante expansão de fascículos retrospectivos, esta base de dados inclui uma coleção completa de artigos retroativos em psicologia do periódico Teoria e Prática, desde 1999. Possui resumos detalhados em várias línguas, além de uma ampla indexação de cada artigo, beneficiando o usuário e tornando mais relevantes suas buscas na base de dados. É atualizada semanalmente e até o momento oferece texto completo para mais de 360 publicações acadêmicas científicas. As duas bases são acessadas de qualquer computador pelos alunos e professores da instituição facilitando o acesso para a pesquisa.



Fonte: Relatórios da CPA – 2017

O gráfico apresenta o número absoluto de acessos por curso à Plataforma Ebsco, com destaque para o curso de Direito, com 12946 acessos. O curso de Administração apresenta segunda posição, com 3556 acessos. A ampla divulgação da aquisição da plataforma e os acessos já realizados com produtividade devem acrescentar o necessário para que se amplie a utilização e o conhecimento acerca do recurso.

A partir das novas práticas propostas pela Instituição, subsidiadas pelo programa de Formação Permanente e de formação e estudo individuais dos docentes (também compartilhadas com os demais), busca-se metodologias com ênfase para a leitura, a escrita, o raciocínio e as práticas interdisciplinares. Já foram verificadas que essas práticas acrescentaram melhores encaminhamentos nas metodologias de ensino, estudo e de desempenho dos acadêmicos.

Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, das Diretrizes Curriculares Nacionais, Relatórios do ENADE, análise dos relatórios semestrais de Autoavaliação Institucional e Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2016.

Fragilidades

- a) Baixa apropriação dos Projetos Pedagógicos de cursos pelos discentes;
- b) Incipientes as práticas de interdisciplinaridade em alguns cursos.

Potencialidades

- a) O Projeto Pedagógico dos cursos refletem fundamentos, princípios e diretrizes dos Projetos de Desenvolvimento Institucional e Projeto Pedagógico Institucional;
- b) Coerência entre organização curricular, os objetivos e o perfil do egresso;
- c) Revisão e atualização sistemática das matrizes curriculares;
- d) Regular investimento quanto à utilização e disponibilidade de novas tecnologias no ensino;
- e) Cumprimento das metas para o ensino com alcance de pequeno e médio prazo;
- f) Programa de Formação Permanente para Coordenadores contemplando elaboração e adequação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- g) Aumento das práticas interdisciplinares;
- h) Implantação do NÚCLEO DE PLANEJAMENTO DO ENSINO (NUPE)

Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, das Diretrizes Curriculares Nacionais, Relatórios do ENADE, análise dos relatórios semestrais de Autoavaliação Institucional e Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2016.

Fragilidades

- a) Baixa apropriação dos Projetos Pedagógicos de cursos pelos discentes;
- b) Incipientes as práticas de interdisciplinaridade em alguns cursos.

Potencialidades

- a) O Projeto Pedagógico dos cursos refletem fundamentos, princípios e diretrizes dos Projetos de Desenvolvimento Institucional e Projeto Pedagógico Institucional;
- b) Coerência entre organização curricular, os objetivos e o perfil do egresso;
- c) Revisão e atualização sistemática das matrizes curriculares;
- d) Regular investimento quanto à utilização e disponibilidade de novas tecnologias no ensino;
- e) Cumprimento das metas para o ensino com alcance de pequeno e médio prazo;
- f) Programa de Formação Permanente para Coordenadores contemplando elaboração e adequação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- g) Aumento das práticas interdisciplinares;
- h) Implantação do NÚCLEO DE PLANEJAMENTO DO ENSINO (NUPE).

5.1.2 Pesquisa

Itens avaliados

- a) Políticas e Práticas Institucionais para a iniciação científica;
- b) Articulação da iniciação científica com as demais atividades acadêmicas;
- c) Critérios para o desenvolvimento da iniciação científica, participação docente e discente e divulgação dos trabalhos.

Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Projeto Pedagógico dos Cursos;
- c) Projeto de Iniciação Científica;
- e) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional;
- f) Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2017.

Análise

As Políticas e práticas Institucionais para a Iniciação científica da IES estão definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional e no projeto Pedagógico Institucional. A Faculdade oferece formas de o aluno ingressar na investigação acadêmica, como por exemplo a Iniciação Científica e por meio de Grupos de Estudos que poderão ser realizados com execução de projetos de pesquisa sob orientação de professores com qualificação acadêmica e prática de pesquisa, ou ainda com planos de trabalho, em que a pesquisa do aluno se integre a um projeto desenvolvido por professores.

Diante da análise dos resultados, constataram-se alguns pontos de destaque tais como a existência de um grupo de docentes aptos para atuarem na Iniciação Científica, a institucionalização e impressão da Revista Científica *Propagare* e da Revista de Iniciação Científica. Essas ações permitem à comunidade acadêmica enveredar rumo à Iniciação Científica, para isso basta determinação das partes diretamente envolvidas.

Sobre o Encontro de Iniciação Científica promovido pela IES, a CPA coletou e organizou os dados de participação, por curso, em cada uma das modalidades:



Fonte: Relatórios da CPA – 2017



Fonte: Relatórios da CPA – 2017



Fonte: Relatórios da CPA – 2017



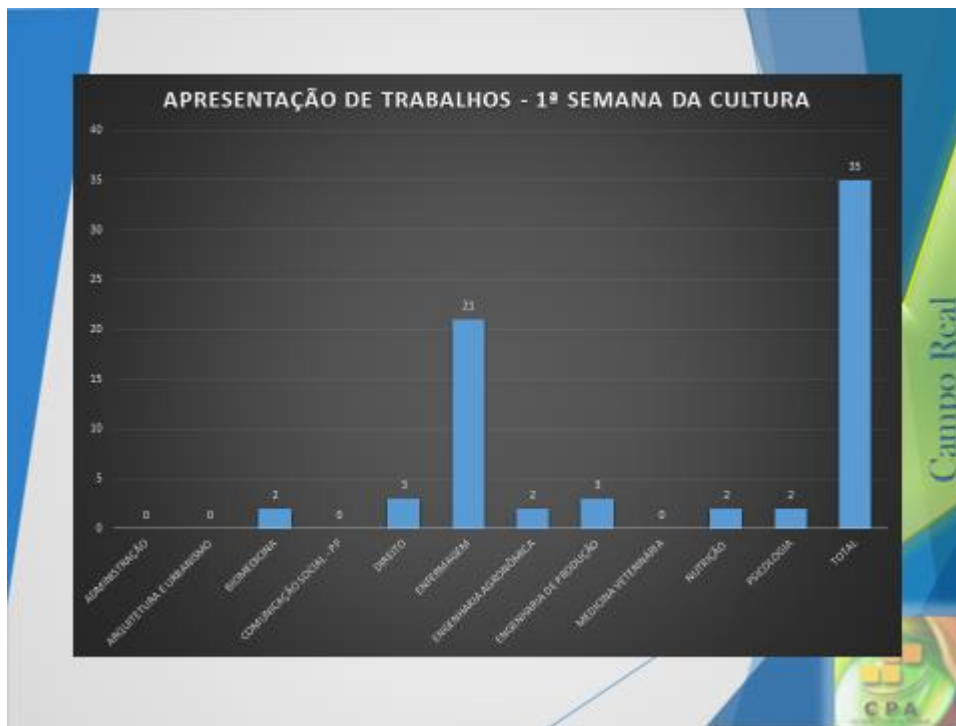
Fonte: Relatórios da CPA – 2017



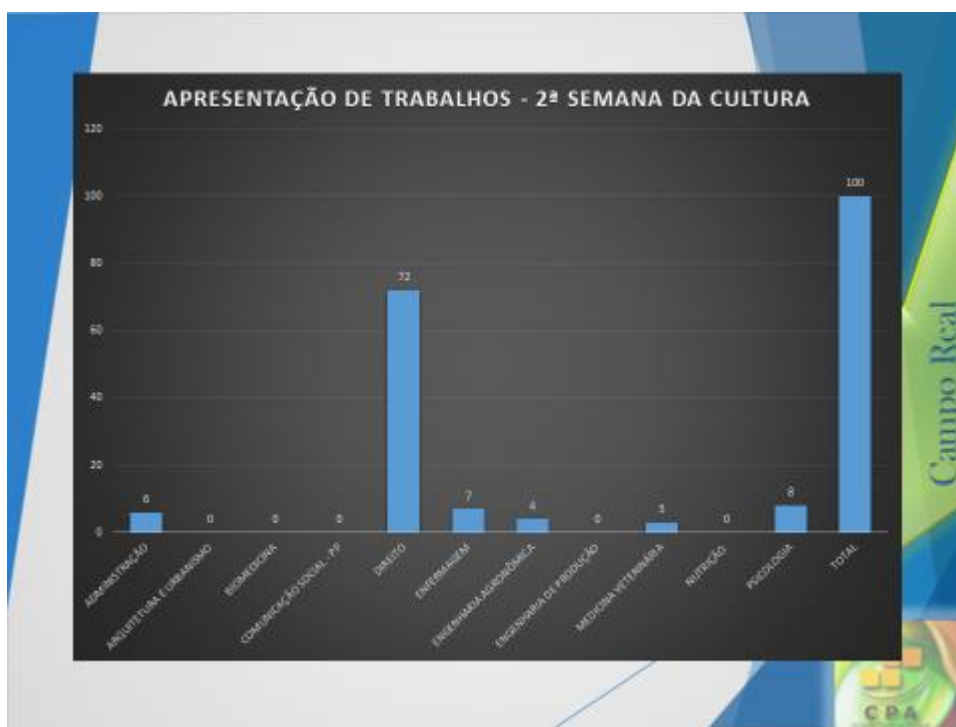
Fonte: Relatórios da CPA – 2017

Com base nos dados apresentados nos gráficos, percebe-se a regularidade da participação dos alunos nos Encontros de Iniciação Científica promovidos pela IES, bem como, proporção entre o aumento do número de alunos e a participação no evento. A leitura dos gráficos aponta também, para notável necessidade de estímulo às propostas de iniciação científica em alguns cursos.

Com a proposta de estimular a iniciação científica, dois outros eventos também previstos nos Planos de Ensino das disciplinas e promovem a participação dos alunos, por meio de painéis científicos, sendo eles a Semana Ambiental e a Semana da Cultura. Vale antecipar que para 2016, um terceiro evento paralelo ao Encontro de Iniciação Científica permitiu submissão de trabalhos de iniciação científica, este na modalidade painel científico, contudo, com submissão obrigatória de resumo expandido; trata-se do III Simpósio Integrado de Saúde. A CPA coletou e organizou os dados de participação nos eventos já realizados, que têm os índices de participação expressos nos gráficos a seguir:



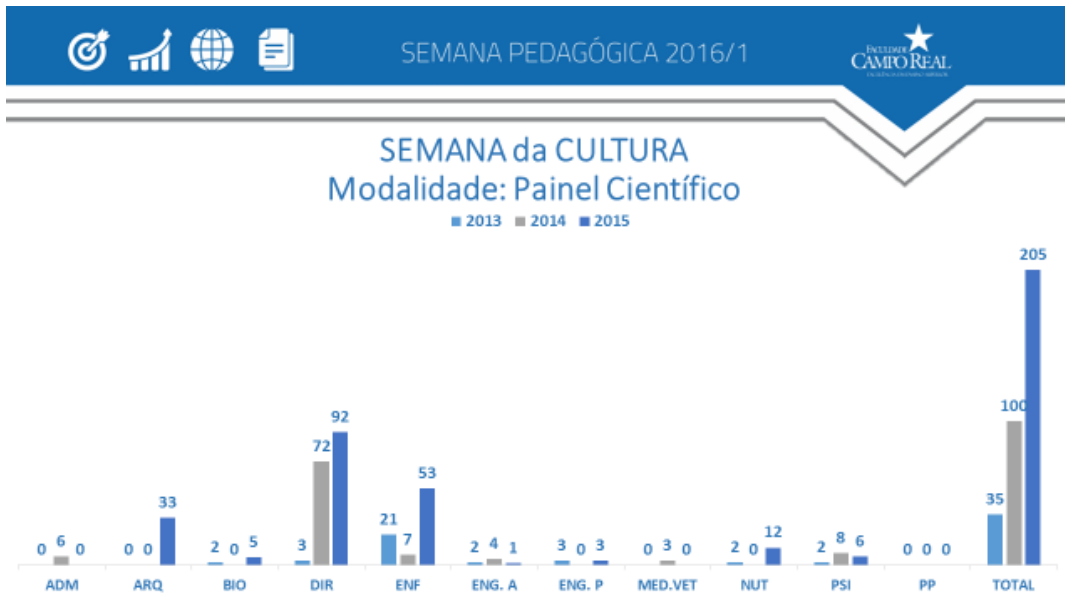
Fonte: Relatórios do CPA - 2014



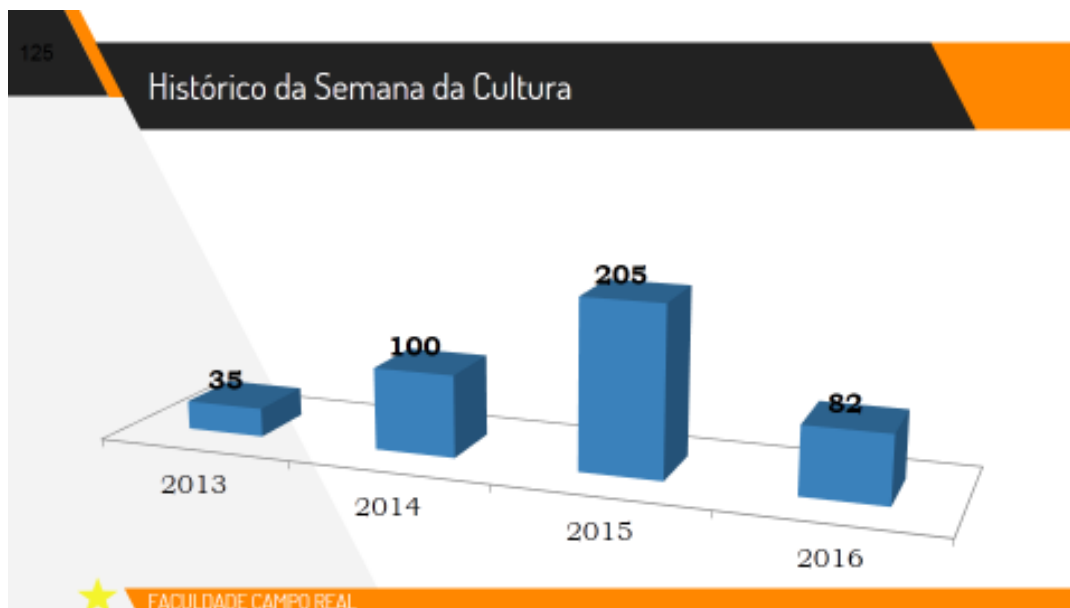
Fonte: Relatórios do CPA - 2014

Os gráficos demonstram a evolução na participação dos alunos no evento Semana da Cultura, na apresentação de trabalhos na modalidade painel científico, quando obteve-se no ano de 2013 um total de 35 trabalhos apresentados, evoluindo, no ano de 2014,

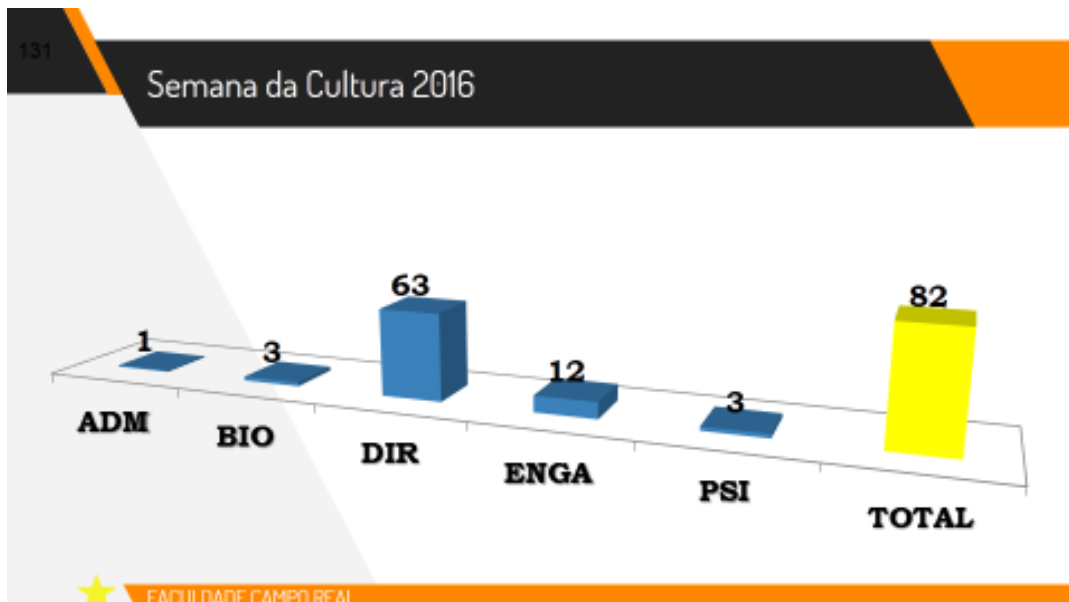
para um total de 100 trabalhos, resguardando-se destaque para a participação do curso de Direito.



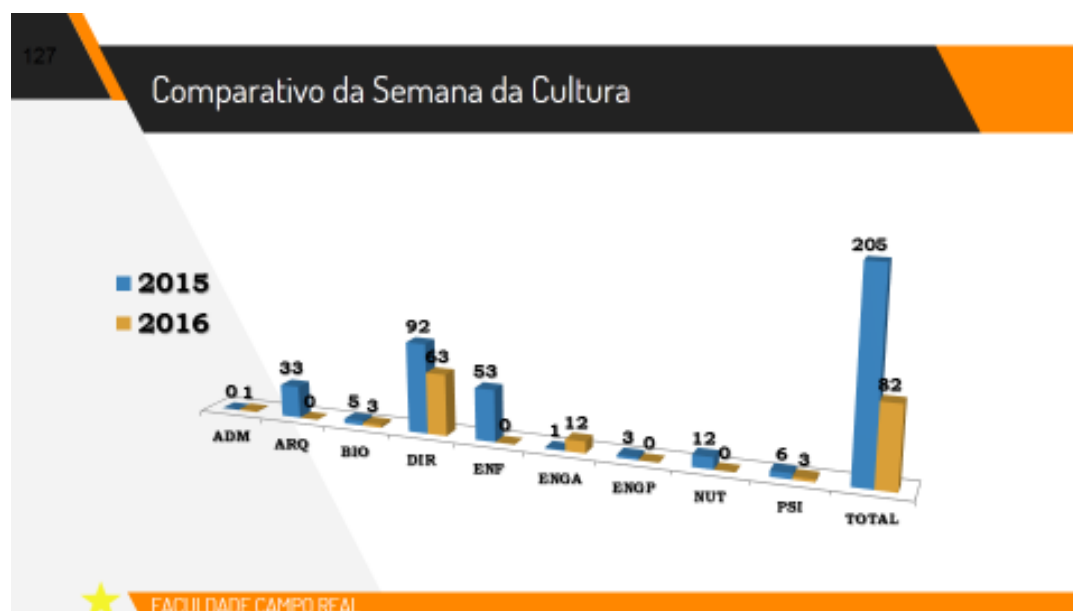
Fonte: Relatórios do CPA – 2015



Fonte: Relatórios do CPA – 2016

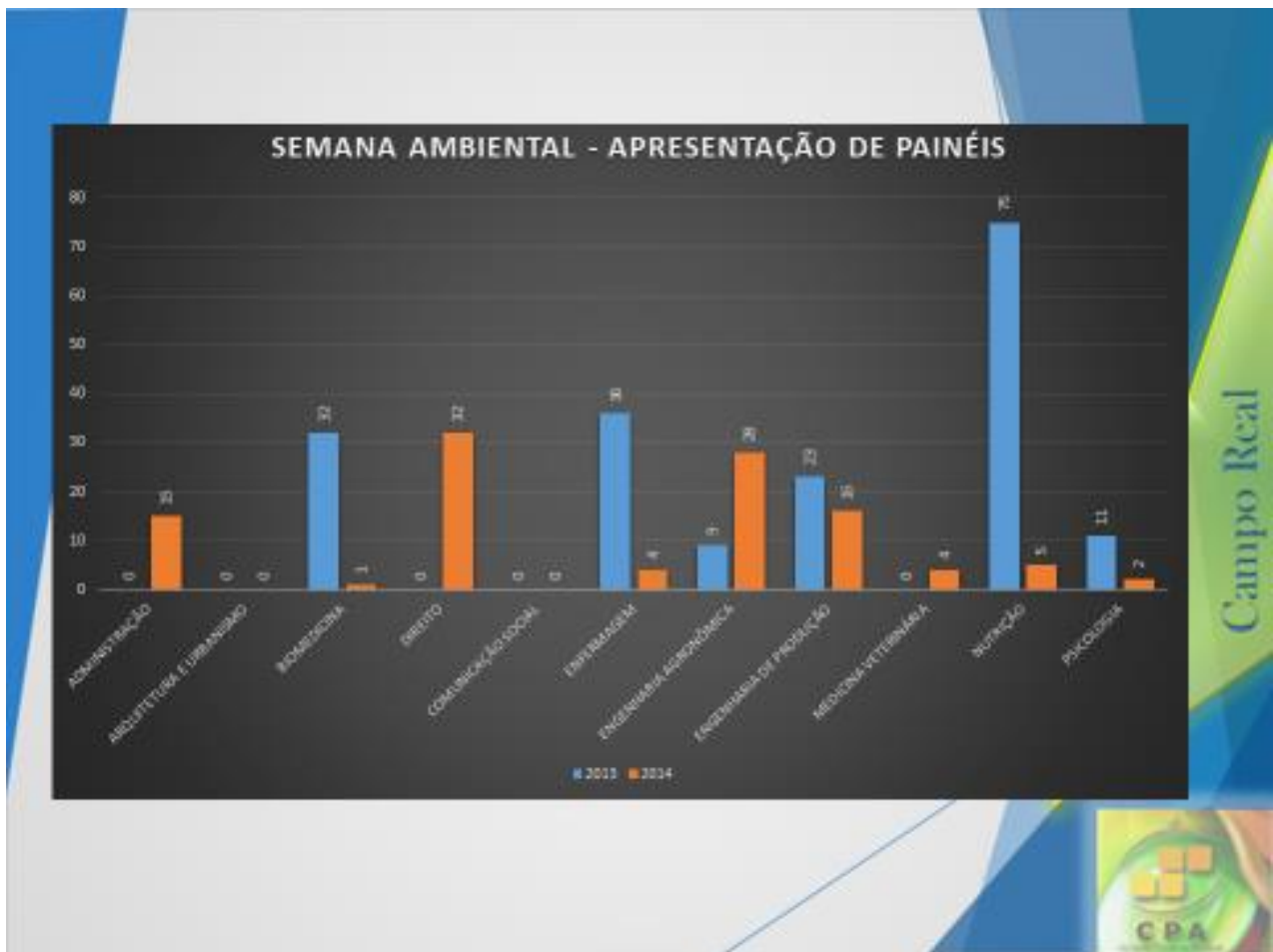


Fonte: Relatórios do CPA – 2016



Fonte: Relatórios do CPA – 2016

O dados levantados e organizados em 2016 apresentam a evolução da participação na mostra científica da Semana da Cultura, percebendo-se o avanço na adesão também nessa proposta institucional. Apresenta, ainda, importante informação para redirecionamentos nos cursos com baixa participação. Observa-se que o Curso de Publicidade e Propaganda vem apresentando trabalhos em formato de documentários e exposições fotográficas, o que não exige a necessidade estímulo a participação nas modalidades propostas pela Mostra Científica.



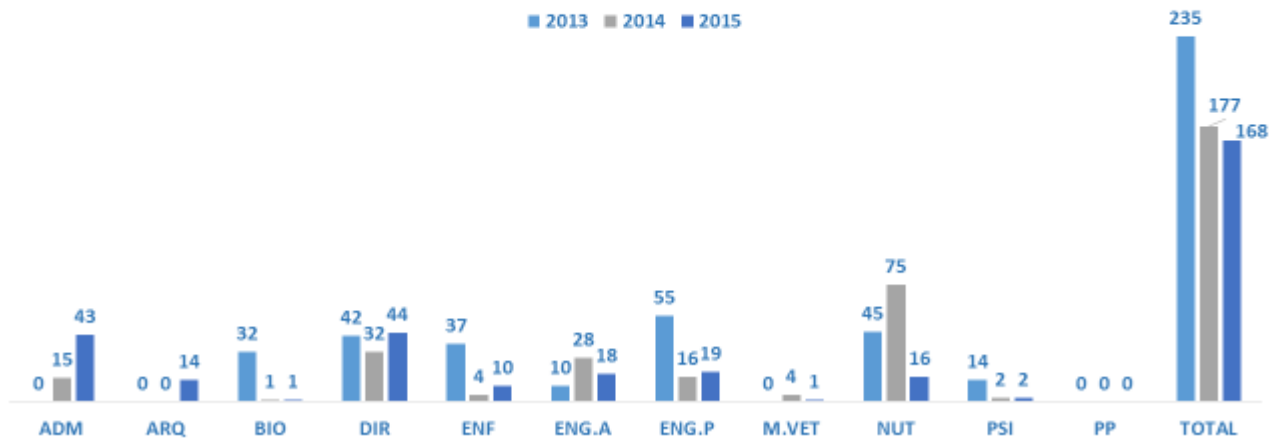
Fonte: Relatórios do CPA – 2014

A leitura do gráfico demonstra avanço na participação de trabalhos de iniciação à pesquisa na modalidade painel científico no evento Semana Ambiental entre os anos de 2013 e 2014, com destaque para os cursos de Administração, Engenharia Agrônoma e Engenharia de Produção.

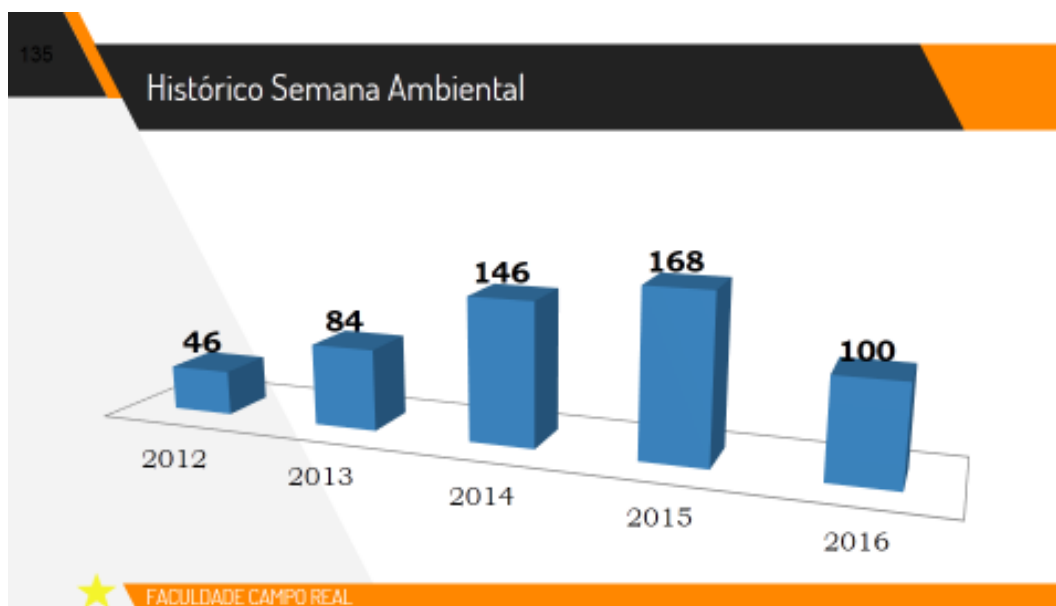


SEMANA AMBIENTAL Modalidade: Painel Científico

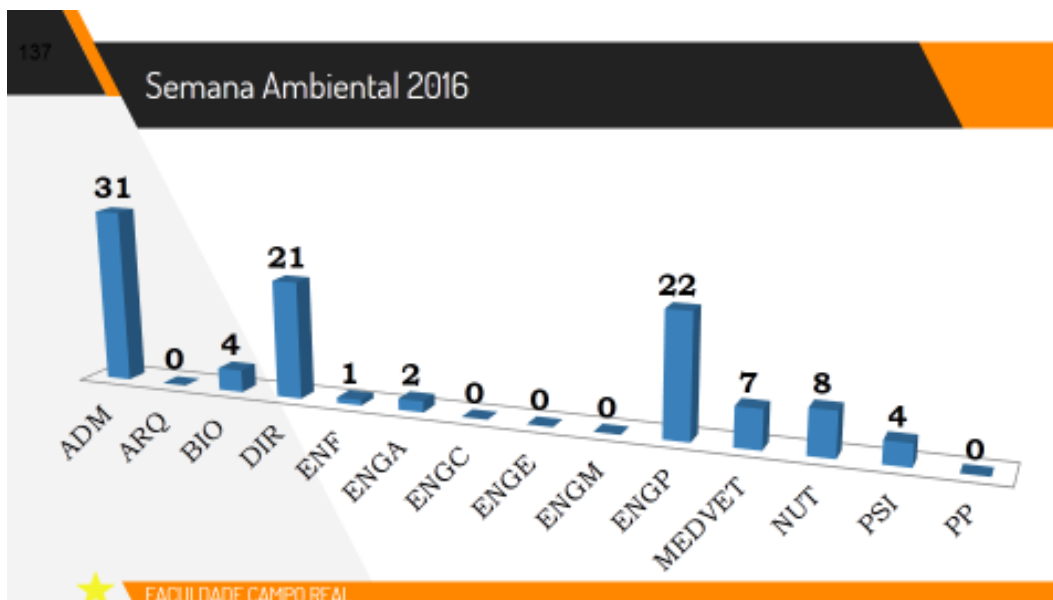
■ 2013 ■ 2014 ■ 2015



Fonte: Relatórios do CPA – 2015



Fonte: Relatórios do CPA – 2016



Fonte: Relatórios do CPA – 2016

A leitura dos dados organizados com a inclusão das informações obtidas no evento de 2016, apresentam diminuição na participação dos cursos, exceto entre os cursos de Direito e Administração e engenharia de Produção. Nos demais, verifica-se necessidade de fortalecimento da proposta. Vale observar que a inclusão de Comissões Científicas específicas para cada evento científico acrescentou qualidade expressiva aos trabalhos.

A partir do ano de 2017, optou-se por trabalhos de IC - modalidade comunicação oral e painel científico - em um único evento, o Encontro de Iniciação Científica realizado no segundo semestre de cada ano, com a manutenção de resumos expandidos. Observou-se que os aspectos quali-quantitativos dos trabalhos estão estabelecidos, atendendo às expectativas institucionais no encontro realizado para este fim, previsto no calendário acadêmico para o mês de outubro de cada ano letivo.

Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, Projeto Pedagógico dos Cursos, Projeto de Iniciação Científica, análise dos relatórios semestrais de Autoavaliação Institucional e Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2017.

Fragilidades

- a) Incipiente fonte de fomento;
- b) Incipiente participação de alguns cursos;
- c) Incipiente continuidade dos projetos de iniciação à pesquisa.

Potencialidades

- a) Existência de um grupo de docentes capacitados para a Iniciação Científica;
- b) Institucionalização de um Programa de Iniciação Científica;
- c) Institucionalização da Revista de Iniciação Científica;
- d) Institucionalização da *Revista Propagare* - Revista Científica da Faculdade Campo Real.
- e) Implantação de mecanismo institucionalizado eletrônico para a divulgação da produção acadêmica;
- f) Institucionalização de 02 eventos acadêmicos para apresentação de projetos de iniciação a pesquisa – Simpósio Integrado de Saúde (Maio/2016) e Evento de Iniciação Científica (Outubro).
- f) Inserção gradativa de projetos de iniciação a pesquisa como atividade regular nos Planos de Ensino das disciplinas.
- g) Aumento dos “Grupo de Estudos” ofertados, com produção específica de cada grupo.
- h) Implantação de programa de incentivo financeiro aos alunos vinculados à pesquisa;
- i) Aumento da produção científica dos professores;
- j) Aumento do número de professores em programas de pós-graduação stricto sensu;
- k) Incentivo financeiro para participação de professores em eventos científicos, nacionais e internacionais.

5.1.3 Extensão

Itens Avaliados

- a) Políticas institucionais de extensão;
- b) Articulação da extensão com as demais atividades acadêmicas;
- c) Participação dos discentes nas ações extensionistas na formação discente;
- d) A contribuição das ações de extensão para a comunidade acadêmica;
- e) Relevância das atividades de extensão para a comunidade acadêmica;
- f) Relevância das atividades de extensão para a comunidade em que a instituição está inserida.

Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- c) Regulamento das Atividades Complementares;
- d) Projetos de Extensão;
- e) Relatórios de Atividades dos Cursos;
- f) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional;
- g) Relatório de Autoavaliação Institucional

Análise

A extensão se consolida como uma responsabilidade da Instituição com o seu entorno, por meio da qual se torna um canal para compartilhar os saberes, visando a

transformações sociais, econômicas e políticas e é fator integrador das diversas atividades acadêmicas que têm como compromisso:

- a) Promover ações que favoreçam a parceria entre a Faculdade e a comunidade;
- b) Comprometer a comunidade acadêmica com o desenvolvimento social local e do país;
- c) Estimular parcerias que viabilizem atividades com setores da sociedade para incentivar a cooperação com o mundo do trabalho e a solidariedade;
- d) Compor parcerias em busca de ampliação de oportunidades e o seu autossustento;
- e) Avaliar, sistematicamente, o programa de extensão, verificando se reflete os objetivos esperados.

As atividades de extensão que são desenvolvidas têm reflexos na integração da comunidade acadêmica. Essas ações buscam divulgar junto à comunidade, especialmente junto àqueles que integram o meio acadêmico, o resultado de trabalhos produzidos pelos alunos, sob a orientação dos docentes a exemplo da Semana de Iniciação Científica que é um evento anual e envolve todos os cursos e toda a comunidade acadêmica. As monografias dos egressos que obtiveram destaque têm espaço para apresentação e discussão.

A Faculdade estimula e cria oportunidade para que os alunos exerçam a prática do seu aprendizado juntamente com a comunidade. Atividades que se classificam como eventos, projetos e cursos de extensão contam com participação dos alunos, supervisão dos coordenadores de curso e do coordenador das atividades de extensão e pós-graduação. É acompanhado também pela coordenação de atividades complementares, que integra tais atividades e mantém o controle da efetividade.

Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, Projeto Pedagógico dos Cursos, Projetos de Extensão, análise dos relatórios semestrais de Autoavaliação Institucional e Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2017.

Fragilidades

- a) Incipiente avaliação sistematizada para os projetos de extensão;
- b) Incipiente demanda para cursos de extensão em algumas áreas;
- c) Incipiente oferta de atividades na modalidade “Cursos de Extensão” em algumas áreas.

Potencialidades

- a) Extensão articulada com a matriz curricular dos cursos;
- b) A existência de um órgão que coordena as atividades de extensão;
- c) Implantação de um Programa Institucionalizado para as Atividades de extensão;
- d) Oferta de cursos e projetos de extensão em todo as áreas;
- e) Participação da comunidade acadêmica nos projetos de extensão;
- f) Incentivo aos professores para que promovam maior número de cursos de extensão. A citar, no mês de março/2016 já foram ofertados e realizados 5 cursos.
- g) Envolvimento da comunidade externa nos projetos de extensão; a citar, procura da comunidade externa por cursos, que passaram a ser ofertados desde o início de 2016 (Cooperativa Agrária Agroindustrial);
- h) Oferta de atividades de extensão em consonância com as sugestões de docentes e discentes.

5.1.4 Pós-graduação

Itens Avaliados

- a) Políticas Institucionais para a Pós-graduação;
- b) Integração entre a Graduação e Pós-graduação;
- c) Expansão e manutenção da pós-graduação;

- d) Cursos ofertados no período 2010-2017;
- e) Incentivo à qualificação do professor para o magistério superior.

Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Projeto Pedagógico dos Cursos;
- c) Relatório de Oferta de Cursos. Período 2010-2017
- d) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional
- e) Relatório de Autoavaliação Institucional

Análise

As políticas de pós-graduação da IES estão definidas nos documentos oficiais norteadores da *praxis* institucional – PDI, PPI e Regimento Interno e as práticas implementadas estão em consonância com o definido.

Vale ressaltar que os cursos oferecidos estão em plena sintonia tanto com a formação acadêmica, quanto com as demandas regionais, visando atingir também a comunidade externa.

As fragilidades da Pós-graduação institucional foram detectadas principalmente na inexistência de avaliação sistematizada para os cursos de Pós-graduação *lato sensu* e a falta de uma política que incentive a produção intelectual, artística e cultural.

Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, dos Projetos Pedagógicos de Curso, Projetos de Extensão, Relatório de Oferta de cursos no período 2010-2017, Relatórios de Autoavaliação Institucional.

Fragilidades

- a) Inexistência de mecanismo eletrônico para avaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*;
- b) Insuficiência de avaliação sistematizada para os cursos de pós-graduação *lato sensu*;
- c) Insuficiente política de incentivo para a produção intelectual, artística e cultural.

Potencialidades

- a) Incentivo à participação e frequência do corpo discente, docente e administrativo nos cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos pela IES.
- b) Incentivo à participação e frequência da comunidade externa.
- c) Aumento do número de cursos ofertados;
- d) Implementação do modelo de projeto pedagógico como requisito para abertura de novos cursos.
- e) Ação coordenada entre todos os coordenadores dos cursos de pós graduação, mediados pela Coordenação de Pós Graduação, Pesquisa e Extensão;
- f) Implementação de regulamento geral para a elaboração dos trabalhos finais;
- g) Implantação de instrumento de avaliação dos cursos de Pós Graduação, módulo a módulo;
- h) Fomento da realização de visitas técnicas e aulas em campo relacionadas aos módulos ministrados;
- i) Inserção da Pós graduação no Evento de Iniciação Científica da Instituição
- i) Titulação dos professores acima do mínimo legal.

5.2 Dimensão 4

A Comunicação com a sociedade

Itens Avaliados

- a) Políticas para a comunicação;
- b) Recursos e qualidade da comunicação interna;
- c) Estratégias e recursos na comunicação externa;
- d) Serviço de Ouvidoria;
- e) Comprometimento da comunicação interna e externa com a missão e os objetivos institucionais;
- f) Imagem pública da Instituição nos meios de comunicação social.

Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Site da Instituição
- c) Manual do Docente;
- d) Manual do Discente;
- e) Relatório de Autoavaliação Institucional.

Análise

As políticas para a comunicação estão definidas através de canais de comunicação e sistema de informação que funcionam e garantem a clareza da organização, da gestão e a visão de futuro. Existem mecanismos definidos para a coleta, sistematização e divulgação da informação e sua respectiva periodicidade.

Para garantir a articulação entre os diversos setores institucionais utilizam-se os serviços da Tecnologia da Informação e Comunicação *internet* e *intranet* que além de

divulgação funcionam como mecanismos que colaboram na tomada de decisões, bem como nas funções de acompanhamento e controle.

Nas estratégias e recursos na comunicação externa a IES mantém práticas consolidadas de divulgação com visão de futuro e que permitam dialogar com o entorno a fim de identificar demandas, bem como formas de apoio acadêmico e institucional e utiliza meios de comunicação fidedignos e eficazes que democratizam e facilitam o acesso às informações, aos trabalhos e as atividades realizadas na IES.

Há a divulgação pública dos critérios de seleção e admissão de estudantes.

Com a implantação da ouvidoria, tornou mais rápida e prática a resolução de pedidos e reclamações dos acadêmicos e docentes. A ouvidoria é um canal onde os alunos, docentes e instituição estão interligados para melhoria da comunicação interna.

Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, dos Projetos Pedagógicos de Curso, do Manual do Docente e do Discente e do Relatório de Autoavaliação Institucional.

Fragilidades

- a) A divulgação das informações institucionais de interesse dos discentes nem sempre atingem o alvo, ou seja, os acadêmicos;
- b) Insipiente inclusão digital na zona rural na região de Guarapuava.

Potencialidades

- a) Existência de órgão estruturado para a comunicação e marketing;
- b) Ampliação do corpo técnico-administrativo no Setor;
- c) O site permite interatividade entre a comunidade acadêmica, a comunidade externa e a Faculdade;
- d) Email institucional como instrumento de comunicação entre seus pares;

- e) Imagem pública da Faculdade é forte, conhecida pelo slogan “Excelência no Ensino Superior”;
- f) “Contato com o Diretor”, canal eficiente de comunicação;
- g) “Fale Conosco” – Canal eficiente de comunicação;
- h) “Trabalhe Conosco” – Canal eficiente de comunicação;
- i) “Manual do Acadêmico” – Manual eficiente de informação para o discente;
- j) “Campo Real Passo a Passo” – Manual eficiente de informação para o docente;
- k) “Infocampo” – Informativo institucional com circulação gratuita e regional;
- l) “DNA da Notícia” – Informativo do curso de Biomedicina com circulação gratuita e direcionada;
- m) “Informativo da CPA” - Informativo da Comissão Própria de Avaliação - com circulação gratuita e direcionada à comunidade acadêmica;
- n) “Informativo da REALCLIN” – Informativo da Clínica de Saúde da Faculdade, com circulação gratuita, direcionada à comunidade acadêmica (em especial aos alunos e professores dos cursos da Saúde) e à comunidade externa;
- o) Mídias Sociais – www.facebook/faculdadecamporeal - www.twitter.com/campo_real - www.youtube.com/estudiocamporeal – *Instagran* - Canais eficientes de comunicação e de “feedback”.

5.3 Dimensão 9

Política de Atendimento aos Discentes

Políticas de Atendimento a Estudantes e Egressos

Itens avaliados

- a) Políticas de acesso, seleção e permanência de discentes;
- b) Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino;
- c) Dados estatísticos da evolução dos cursos;
- b) Acompanhamento do egresso.

Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Projetos de cursos;
- c) Relatórios do NAPP - Núcleo de Apoio Psicopedagógico;
- d) Relatórios de Acompanhamento do Egresso;
- e) Link do Egresso;
- f) Relatório de Autoavaliação Institucional.

Análise

As políticas de apoio ao discente e ao egresso estão definidas no PDI, no PPI, no PPC, no Regimento Interno e documentos oficiais congêneres visando dar conhecimento à comunidade interna e externa dos programas de apoio aos alunos (acadêmicos e os egressos). Para dar continuidade às políticas contam-se com equipes formadas por profissionais especializados visando assegurar o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos alunos, realizando orientações de aconselhamento e acompanhamento a adaptação, especialmente aos ingressantes.

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPP), acompanha as políticas de acesso, seleção e permanência de discentes que estão definidas e implementadas. Os dados

estatísticos da evolução dos cursos é resultado da interpretação e análise do processo avaliativo institucional, bem como de demanda legal referente aos cursos.

A instituição faz parcerias com instituições de ensino médio, públicas e privadas, permitindo e facilitando aos professores promoverem ações junto às escolas. Entre essas ações destacam-se as palestras, seminários e mostras de profissões, como também disponibiliza o acesso ao uso das dependências da Faculdade em horários alternativos para a implementação dos estudos em laboratórios, biblioteca, salas de aula, salão nobre.

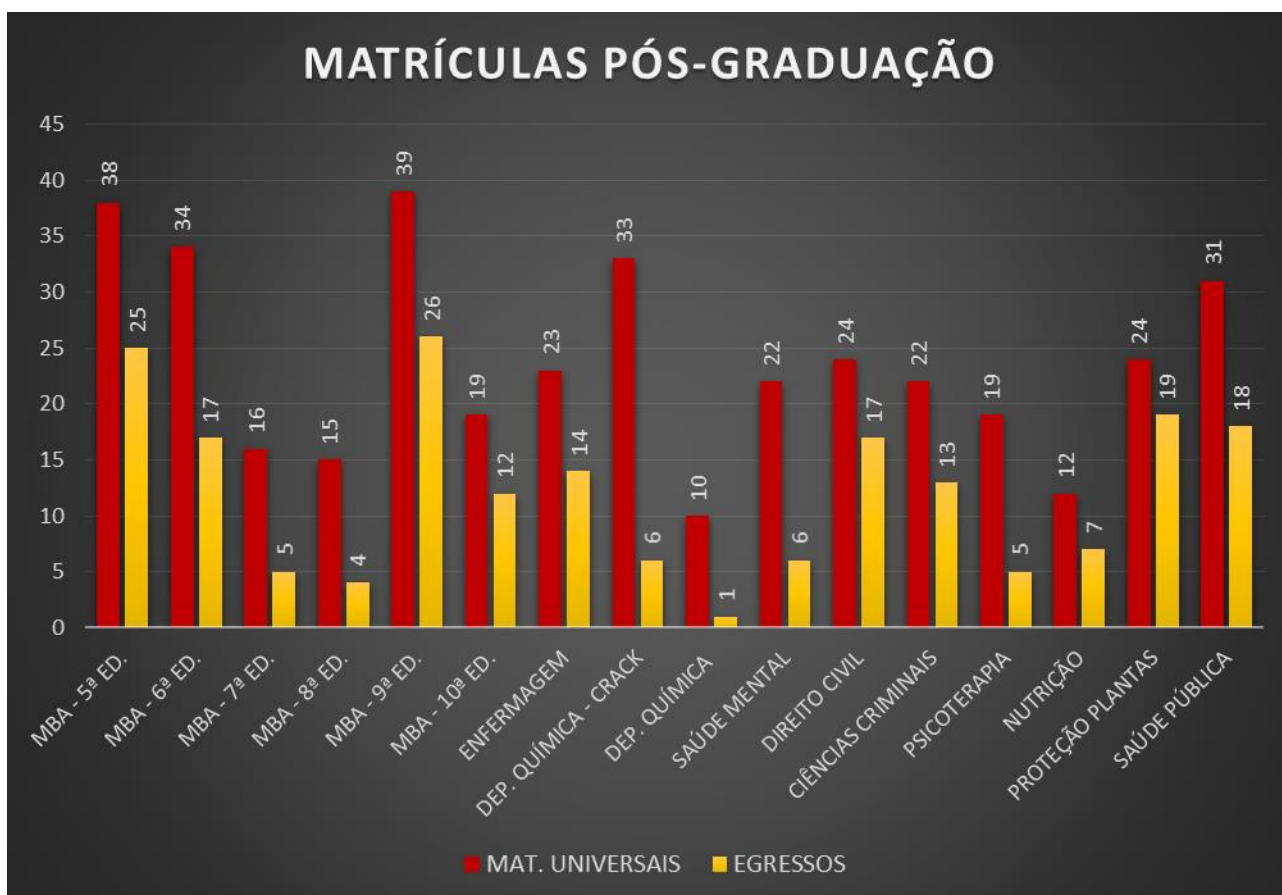
O NAPP é incrementado para fazer os atendimentos aos alunos e professores diante das adversidades acadêmicas, a citar o Programa de Nivelamento que visa oportunizar ao aluno ferramentas para ajudá-lo a iniciar a trilha acadêmica do conhecimento. A ampla divulgação e análise do perfil do ingresso pelos docentes e corpo técnico administrativa faz parte de um programa institucional que está sendo estruturado e tem metas específicas para inibição dos índices de evasão apontados.

A implementação do Programa de Monitorias também acrescentou novas oportunidades aos acadêmicos, a citar, a ampliação das possibilidades de organização e implementação de novos grupos de estudo em horários alternativos. Ainda, de ampliação das possibilidades e incentivo às práticas de iniciação científica. Salienta-se que as práticas possibilitadas pelo Programa de Monitorias deve contribuir sensivelmente para com a inibição da evasão de alunos.

Os dados coletados e organizados pela CPA permitem a realização de um estudo comparativo entre o percentual de alunos evadidos por curso, tendo a visualização da informação sobre o percentual de evasão de alunos calouros e alunos veteranos, o que permite o direcionamento das medidas com caráter de prioridade.

Foi implantado um programa de contato com Egressos para maior divulgação dos cursos ofertados pela Instituição e com registro de informações que pesquisam e ampliam a construção do relatório sobre os índices de satisfação do egresso e seu posicionamento no mercado de trabalho.

Sobre o incentivo e matrículas de egressos no cursos de pós Graduação, relatórios da CPA apresentam a crescente continuidade dos estudos na Instituição:



Fonte: Relatórios da CPA – 2015

Pós-graduação - Campo Real			
	Matriculados	Egressos	% Egressos
Em andamento	225	129	57.3%
Finalizada	786	301	38.3%
Geral	1011	430	42.5%

Fonte: Relatórios da CPA – 2016

O gráfico e a tabela acima demonstram dados acerca das matrículas de egressos nos cursos de Pósgraduação da Instituição, entre os anos de 2015 e 2016, sendo percentual expressivo. O ano de 2017 apresenta a manutenção deste índice.

Dados obtidos pelo Programa de Acompanhamento do Egresso da Instituição informam que próximo de 60% dos egressos estão atuando em sua área de formação.

Entre os entrevistados, 97% indicariam a Faculdade para familiares e amigos, para realização do curso de graduação.

Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, dos Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional e do Relatório do link do egresso, Relatórios de bolsas e dos Relatórios de Autoavaliação Institucional.

Fragilidades

- a) Dificuldade de atualização dos contatos de parcela dos egressos;
- b) Projeto de acompanhamento do egresso pouco estruturado;
- c) Incentivo insuficiente à participação de eventos e divulgação de trabalhos discentes;
- d) Inexistente mecanismo eletrônico para avaliação da IES pelo egresso.

Potencialidades

- a) Atuação eficiente do NAPP;
- b) Divulgação para egressos dos cursos ofertados pela instituição;
- c) Significativa taxa de retorno do egresso para os cursos de pós-graduação.
- d) Implantação de questionário eletrônico respondido pelos egressos;
- e) Implantação de política para o egresso, com previsão de incentivos à permanência na IES (descontos na pós-graduação, utilização da biblioteca, etc.) e incentivo à pesquisa nos laboratórios da IES.

6. EIXO 4

POLÍTICAS DE GESTÃO

6.1 Dimensão 5

Políticas de Pessoal

As Políticas de Pessoal, as Carreiras do Corpo Docente e do Corpo Técnico-administrativo, seu Aperfeiçoamento, Desenvolvimento Profissional e suas condições de trabalho.

Itens avaliados

- a) Critérios de admissão e de progressão do corpo docente e administrativo;
- b) Plano de Cargos, Carreira e Salários homologado e implantado para o corpo docente e técnico-administrativo;
- c) Programa de qualificação profissional e acompanhamento do trabalho para o corpo docente e técnico-administrativo;
- d) Estrutura de Poder;
- e) Clima Institucional e Relações interpessoais;
- f) Grau de satisfação pessoal e profissional;
- g) Experiência e formação do corpo docente e do técnico-administrativo e os objetivos institucionais.

Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Planos de Cargos, Carreiras e Salários;
- c) Relação do Corpo Docente;

- d) Regimento Interno da IES;
- e) Quadro do Corpo Docente e Regime de Trabalho (integral, parcial e horista);
- f) Quadro do Corpo Docente e titulação (doutor, mestre e especialista);
- g) Quadro do Corpo Docente e Experiência no Magistério Superior e profissional;
- h) Relação de funcionários do corpo técnico-administrativos;
- i) Escolaridade do corpo técnico-administrativos;
- j) Relatórios de Autoavaliação Institucional

Análise

Da análise dos documentos que avaliam as Políticas de Pessoal, as Carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, o Aperfeiçoamento, Desenvolvimento Profissional e as condições de trabalho, conclui-se que os critérios de admissão e de progressão do corpo docente e administrativo estão definidos nos documentos oficiais, muito embora nem sempre as admissões ocorram pelo Processo Seletivo Institucionalizado. O Plano de Cargos, Carreiras e Salários para docentes foi homologado e imediatamente implantado em outubro de 2010, e do corpo Técnico-administrativo em dezembro de 2010.

No programa de qualificação profissional e acompanhamento do trabalho para o corpo docente e técnico-administrativo foi identificado que a instituição apoia a participação dos docentes em cursos de formação permanente, existindo uma política de formação, com programa planejado semestralmente para docentes e anualmente para o corpo Técnico-administrativo, como também conta com equipe do NAPP, para suporte técnico e orientação didático-pedagógica.

Com referência ao item estrutura de poder, a Faculdade conta com procedimentos adequados para conduzir os processos de tomadas de decisão dentro de uma estrutura organizacional colegiada em conformidade com o Regimento Interno da IES.

A deliberação das decisões, dentro dos cursos, acontece via colegiado de curso constituída do coordenador e de representantes dos corpos docente e discente, e quando há necessidade de uma tomada de decisão institucional, a Diretoria Geral a define, juntamente com a mantenedora.

O clima institucional e a satisfação nas relações interpessoais são incentivados, realçando os índices de satisfação pessoal e profissional.

A experiência e formação do corpo docente e do técnico-administrativo atende os objetivos institucionais. O corpo docente e administrativo da IES passa por uma seleção para ingresso. Nessa fase é averiguada a experiência e a formação.

Para garantir a formação permanente, a IES oferece por meio do NAPP e do NUPE Programa de Formação Permanente.

No início de 2016, a Instituição institui o NÚCLEO DE PLANEJAMENTO DO ENSINO (NUPE), por meio da Resolução Nº 1/2016 – SEC. , que em seu artigo I prevê:

Art. 1º O Núcleo de Planejamento do Ensino é comissão multidisciplinar ligada à Coordenação Acadêmica e à Direção Geral da Faculdade Campo Real, bem como à CPA. Tem como objetivo geral orientar, planejar e executar processos de melhoria do ensino-aprendizagem de todos os cursos da Instituição, assessorando os coordenadores de Curso e a Direção no desenvolvimento de suas atividades didático-pedagógicas centradas no ensino.

Sobre as obrigações do NUPE, estão dispostas no Art. 8º do documento que o institui, e estão centradas no tripé: planejamento, organização e execução, seguido do processo de acompanhamento das atividades dos colegiados.

Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, do Regimento Interno, da Relação do Corpo Docente e dos Funcionários Técnico-administrativos, do Relatório Qualitativo do Corpo Docente e do Corpo Técnico-administrativo, Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2017 e Reunião com o Corpo Técnico-administrativo.

Fragilidades

a) Pouco envolvimento do corpo docente em pós-graduação e pesquisa.

Potencialidades

- a) Critérios de admissão do corpo docente bem definido;
- b) Clima organizacional e as relações interpessoais são boas;
- c) Apoio à formação permanente para o corpo técnico-administrativo;
- d) Programa de formação permanente para corpo técnico-administrativo;
- e) Perfil do Corpo técnico-administrativo coerente com objetivos institucionais;
- f) Projeto e ações voltadas para o acompanhamento do trabalho docente;
- g) Promoção de eventos para formação pedagógica permanente;
- h) Assessoramento pedagógico aos Coordenadores e Professores;
- i) Satisfação dos docentes em relação às condições de trabalho;
- j) Apropriação do Plano de Cargo e Salários pelos docentes.

6.2 Dimensão 6

Organização e Gestão da Instituição

Organização e Gestão da Instituição, especialmente o Funcionamento e Representatividade dos Colegiados, sua Independência e Autonomia na Relação com a Mantenedora, e a participação dos segmentos.

Itens avaliados

a) Gestão Institucional e a coerência com os objetivos institucionais;

- b) Estrutura organizacional;
- c) Modelo de participação dos atores na gestão;
- d) Funcionamento, composição, atribuição e autonomia do conselho Superior;
- e) Funcionamento, composição, atribuição e autonomia do conselho Acadêmico;
- f) Instâncias de Apoio para tomada de decisão;
- g) Sistema de recursos de informação e comunicação;
- h) Sistema de arquivo e registro acadêmico;

Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Regimento Interno da IES;
- c) Normas Internas;
- d) Atos de órgãos colegiados;
- e) Funcionamento do sistema de informação;
- f) Organograma;
- g) Contratos de prestação de serviços;
- f) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional;
- h) Relatório de Autoavaliação Institucional

Análise

Na análise feita nos resultados da avaliação no item Organização e Gestão da Instituição observou-se que a Gestão Institucional está coerente com as políticas constantes nos documentos oficiais PDI e PPI.

A estruturação e funcionamento, composição, atribuição e autonomia do Conselho Superior estão de acordo com o contido nos documentos oficiais. A autonomia, os critérios de indicação e recondução dos membros, a periodicidade das reuniões, o registro das deliberações feitas em atas, toda a estrutura expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa.

Registrou-se que está implantado e implementado o funcionamento, composição, atribuição e autonomia do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), que existe periodicidade definida para as reuniões ordinárias. As reuniões têm suas deliberações registradas em atas, sendo que a periodicidade das reuniões garante as tratativas acadêmicas e as deliberações têm maior credibilidade entre os atores envolvidos porque resulta uma decisão colegiada.

Registra-se a existência do sistema de recursos de informação e comunicação, especialmente o que recebe apoio da tecnologia da informação a exemplo da *internet* e da *intranet* que facilitam e agilizam sobremaneira a comunicação interna e ajudam na divulgação das ações desenvolvidas ou em desenvolvimento na IES.

Desfecha-se a gestão institucional com ênfase para a existência do sistema de arquivo e registro acadêmico que permite também fazer a memória da vida acadêmica dos alunos matriculados na IES.

Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, do Regimento Interno, das Normas Internas, das Atas dos Colegiados, do Organograma, do Relatório de Autoavaliação Institucional 2010-2017, dos Contratos de prestação de Serviços, Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional e Reunião com a Secretaria Acadêmica e o Núcleo de Tecnologia e Informática.

Fragilidades

a) Baixa apropriação da legislação institucional para o corpo discente;

Potencialidades

a) Equipe estruturada para regularizar, arquivar e recuperar atos normativos institucionais;

- b) Adequação da estrutura organizacional aos objetivos e metas da instituição;
- c) Sistema de informação, registro e arquivo adequados às necessidades de planejamento da instituição;
- c) A legislação institucional à disposição de toda comunidade acadêmica;
- d) Fluxo adequado de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional;
- e) Regularidade do funcionamento dos órgãos colegiados;
- f) Representação de todos os segmentos acadêmicos.
- g) Destaca-se a representatividade discente em todos os órgãos – Representantes de Turma - Colegiados – CPA – CONSEPE – CONSU.
- h) Excelência no funcionamento dos NDEs.

6.3 Dimensão 10

Sustentabilidade Financeira

Sustentabilidade financeira, tendo em vista o Significado Social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior

Itens avaliados

- a) Planejamento e orçamento institucional;
- b) Obrigações trabalhistas.

Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Relação de cursos;
- c) Relação do corpo docente;
- d) Relação do corpo técnico-administrativo;

e) Folhas de pagamento - 2017/01 – 2017/02;

f) Planilha de liberação de verbas;

g) Relatório de Autoavaliação Institucional.

Análise

Existe na Instituição um acompanhamento sistemático e contínuo da área financeira orçamentária. Todos os dados são partilhados e refletidos mensalmente pela Diretoria Financeira em conjunto com a Direção Geral.

Planilhas de previsão orçamentária e cronograma de execução são elaborados no final de cada semestre e encontram-se disponíveis no setor específico. A instituição prioriza a utilização de recursos próprios no desenvolvimento de suas atividades, ampliando suas dependências. A necessidade de equipamentos e reforma na infraestrutura necessária ao atendimento da demanda dos novos cursos está contemplado no orçamento da instituição sem o comprometimento do Planejamento Financeiro.

As obrigações trabalhistas não comprometem a sustentabilidade da Faculdade uma vez que atualmente são cumpridas em sua totalidade, não apresentando nenhuma inadimplência de encargos sociais e trabalhistas.

Os recursos destinados para a formação permanente do corpo técnico administrativo e dos docentes foi ampliado. Também foram ampliados os custos com a contratação de docentes não residentes em Guarapuava, o que atende aos interesses da instituição conforme o perfil desejado (observando-se a escassez de docentes em determinadas áreas). Resultando, houve ampliação de recursos destinados para manutenção da permanência desses profissionais no corpo docente da IES, a citar custos com deslocamento, hospedagem e alimentação.

Em 2017, a média do total de alunos da Faculdade contou com aproximadamente 4000 alunos e existe expectativa de ampliação para os próximos anos, com a implantação dos novos cursos. De acordo com as diretrizes apontadas no PDI existem questões que

estão sendo atendidas com o objetivo de propor melhorias nos equipamentos, laboratórios e infraestrutura da Faculdade.

Conclui-se, então, que a sustentabilidade financeira da Faculdade apresenta harmonia e estabilidade, de modo a continuar seu compromisso na oferta da educação superior para a comunidade em que está inserida.

Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, do Relatório dos cursos e quantitativo discente, do Relatório do corpo docente e técnico-administrativo, do Relatório de Autoavaliação Institucional.

Fragilidades

a) Pouca disponibilidade de maiores recursos para a iniciação científica.

Potencialidades

a) Proposta orçamentária coerente com as políticas constantes nos documentos oficiais;

b) Regular destinação de recursos para a manutenção da infraestrutura;

c) Regular destinação de recursos para a atualização dos equipamentos;

d) Regular destinação de recursos para a atualização e ampliação do acervo bibliográfico;

e) Pagamento rigorosamente em dia dos salários;

f) Maior disponibilidade de recursos para a capacitação de docente.

7. EIXO 5

Infraestrutura Física

7.1 Dimensão 7

Infraestrutura física, especialmente a de Ensino e de Pesquisa, Biblioteca, Recursos de Informação e Comunicação.

Itens avaliados

a) Instalações gerais quanto ao número, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza para implementação dos objetivos e fins institucionais;

b) Instalações acadêmico administrativas para atendimento à comunidade acadêmica segundo os objetivos e fins institucionais;

c) Condições de acesso para portadores de deficiência;

d) Conservação e manutenção das instalações físicas coerente com o plano nos documentos oficiais;

e) Acesso à equipe de informática, recursos audiovisuais, multimídia, internet e intranet, em função das necessidades do Ensino, Iniciação à Pesquisa e Extensão;

f) Políticas institucionais de expansão, atualização e conservação dos equipamentos, de acordo com o plano nos documentos oficiais;

g) Infraestrutura de apoio para o desenvolvimento das atividades acadêmicas;

h) Instalações da biblioteca e serviços ofertados;

i) Instalações e laboratórios específicos e serviços ofertados;

Fonte

a) PDI e PPI;

b) Relatório de infraestrutura;

c) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional;

d) Relatório de Autoavaliação Institucional.

Análise

Na visão do corpo discente, docente e do corpo técnico administrativo, a infraestrutura física e acadêmica da instituição, incluindo o atendimento do pessoal, está avaliada como boa.

Os procedimentos de limpeza e conservação do prédio têm por objetivo proporcionar à comunidade (alunos, professores e funcionários), maior conforto e plenas condições para que as atividades-fim sejam buscadas e alcançadas com êxito.

Com relação às normas de segurança, a CIPA disponibiliza procedimentos, orientações e Normas de Segurança da Instituição a todos os funcionários e em especial aos técnicos de laboratório (informática e os casos da área da saúde).

A acessibilidade é respeitada e garantida. Há vagas de estacionamento para portadores de necessidades especiais e espaço destinado para estacionamento disponibilizado a professores, alunos e funcionários, atendendo parte da demanda. Houve considerável expansão da oferta de vagas de estacionamento, com ampliação dos espaços para esse fim.

A Instituição conta com três automóveis, uma van de 16 poltronas, e um ônibus de 44 poltronas, sendo os últimos com o propósito de transportar alunos e professores em viagens técnicas e culturais ou outras situações que atendam os objetivos institucionais.

O acesso à rede/web e email corporativo se dá através de senhas emitidas previamente pelo Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI, para o acesso, ficando depois, sob inteira responsabilidade do usuário em alterá-la e administrá-la. Com relação ao acesso às Tecnologias de Informação e comunicação pela administração, a Instituição possui acesso à Internet com restrições a alguns sites.

O Setor de Serviços Financeiros e o Setor de RH encontram-se no Bloco I, centralizando-se dessa forma o atendimento a esses serviços todos em um mesmo Bloco. A disposição atende a facilitação de acesso e atendimento aos alunos e comunidade externa. A Secretaria Acadêmica permanece no Bloco I, recebendo também atenção na compra de novos computadores e adequação dos arquivos.

A área de convivência do Bloco III é disponibilizada para alunos, professores e corpo técnico administrativo. Nesse espaço conta-se com cozinha, sala de estar, churrasqueira. Anexo, espaço para arquivo e depósito.

Os Professores residentes em outras localidades são hospedados em espaço também específico para esse fim, próximo à faculdade (a citar, dois apartamentos locados no Edifício Mônaco – Bairro Santa Cruz).

O Setor de Reprografia, setor terceirizado, passa por regulares adequações especialmente após os resultados das avaliações institucionais e dos seminários de avaliação institucional semestrais, com imediata manifestação de satisfação dos alunos e professores. O setor tem seus serviços ampliados também com a oferta de espaço para esse fim, localizado no Centro Tecnológico da Instituição.

A cantina tem suas instalações em dois espaços, sendo um deles no Bloco II e outro no Bloco I, ampliado para restaurante, servindo também almoço, a partir de fevereiro de 2016. Há oferta do serviço (também a partir de 2016) no Centro Tecnológico. Por ser um serviço terceirizado, há regular discussão sobre a prestação desse serviço e adequação aos interesses dos alunos. A reforma desse espaço teve especial atenção. A partir de novembro de 2015 passou a ser administrado por nova empresa terceirizada. O restaurante, em dezembro de 2017 ofereceu edital de licitação para possibilidade de administração por empresa que melhor atenda as expectativas dos alunos.

Com relação à estrutura da Biblioteca, o acervo é atualizado continuamente, proporcionando à comunidade acadêmica acesso à literatura científica atualizada. Teve investimento significativo, o que refletiu no aumento do índice de satisfação manifestado por alunos e discentes. As instalações foram ampliadas e reestruturadas, a exemplo, as novas cabines de estudo individual, os computadores de acesso aos alunos, os novos pontos de atendimento, a ampliação do espaço para o acervo. Entre os setores, figura entre os que apresentam os maiores índices de satisfação da comunidade acadêmica.

A Instituição possui dez laboratórios de informática, sendo que são atualizados e substituídos conforme a necessidade institucional e acadêmica. Estão localizados no Bloco I, Bloco III e Centro Tecnológico.

A instituição possui um total de 21 laboratórios e um Centro de Esterilização. Teve em 2012 a inauguração de um Laboratório de Biologia Molecular, referência na região. No Centro Tecnológico, disponibiliza Laboratório de Processo de Fabricação e Mecânica, Laboratório de Física e Eletricidade Aplicada, Laboratórios de Desenho Técnico I e II, Laboratório de Solos e Laboratório de Modelos Arquitetônicos, Laboratório de Materiais Construção civil e Topografia. No Bloco I, encontram-se os laboratórios da área da Saúde, entre eles o recém realocado laboratório de Anatomia Animal. Houve considerável investimento na aquisição de equipamentos para melhoria da funcionalidade desses laboratórios. Entre os setores, figura entre os que apresentam os maiores índices de satisfação da comunidade acadêmica.

Para adequar o espaço físico às demandas acadêmico-institucionais, a IES disponibiliza a Fazenda Experimental, a Clínica Multidisciplinar e o Departamento Veterinário, espaços que complementam a formação profissional, incentivando a iniciação à pesquisa científica e oportunizando a aplicação prática dos conteúdos teóricos. A Fazenda Experimental tem área necessária para atender prioritariamente às aulas do curso de Engenharia Agrônoma e Medicina Veterinária. A Clínica Multidisciplinar amplia as possibilidades de aprendizagem e prática para os alunos dos cursos da Saúde e é um espaço destinado para os campos de estágios curriculares obrigatórios, com atendimento clínico prioritariamente junto à comunidade economicamente menos privilegiada do município de Guarapuava. Passou por adequações conforme a demanda, ampliando a oferta dos serviços, especialmente para o curso de Enfermagem. O Departamento Veterinário, inaugurado em março/2016, oferece estrutura privilegiada para as aulas práticas do Curso de Medicina Veterinária, é um dos campos de estágio obrigatório do curso, também com atendimento clínico prioritariamente junto à comunidade selecionada no município de Guarapuava e região.

Contemplando também a adequação do espaço físico, à medida que a IES cresceu, cresceu a necessidade de novas salas de aula e novos laboratórios. Atendendo a essa demanda, o Bloco da Saúde sedia as salas de aula dos cursos de Enfermagem, Nutrição e Biomedicina. O Bloco da Saúde oferta também Secretaria Acadêmica, sala das Coordenações, sala dos Professores e serviço de reprografia. Foi concluída a obra do Centro Tecnológico, construído em terreno anexo ao Bloco da Saúde, novo prédio que abriga novas salas de aula, novos laboratórios, secretaria acadêmica, cantina, setor de

reprografia e sala de coordenadores e sala de professores. Este prédio sedia também os novos cursos autorizados pelo Ministério da Educação no ano de 2015, a citar, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica.

O Escritório de Prática Jurídica passou por realocação e ampliação, sediado em novo espaço adequado às funções, melhorias que possibilitaram maior qualidade no atendimento da comunidade externa e na atuação dos alunos. Anexo, encontram-se a Bzz - Agência Experimental do Curso de Publicidade e Propaganda, também realocada, ampliada e reestruturada para melhoria das práticas acadêmicas, e melhor acesso no atendimento da comunidade externa.

As figuras a seguir, ilustram a dinâmica da estrutura física institucional:

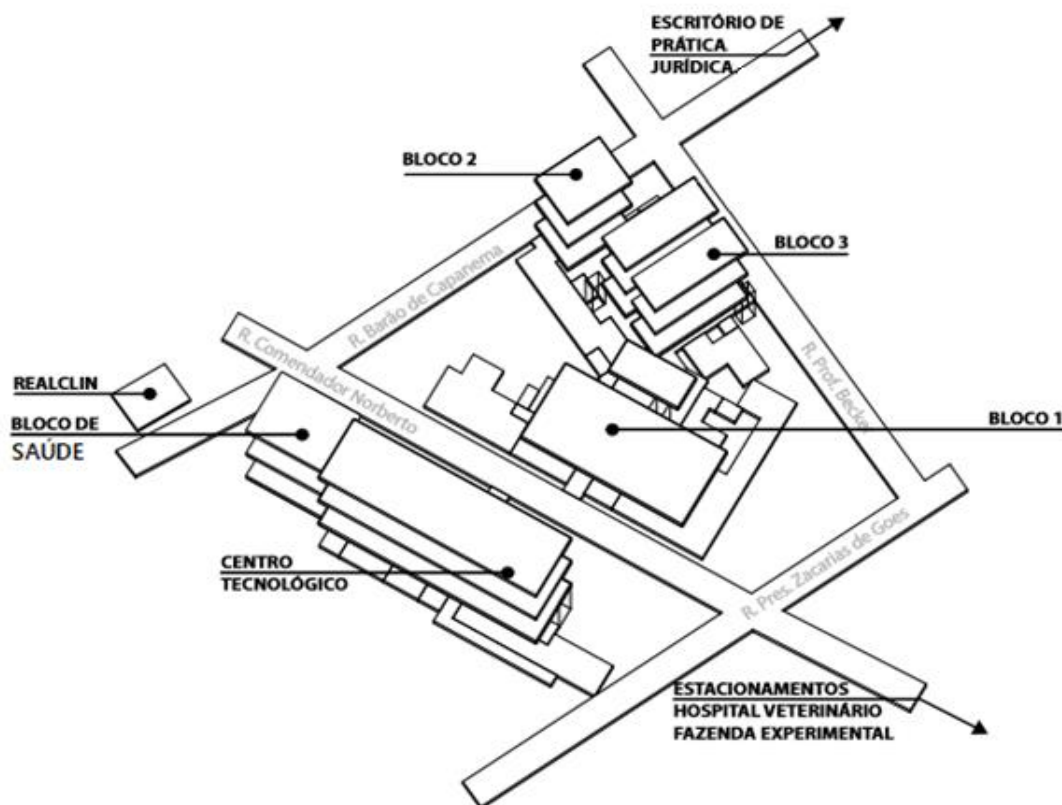


Figura 2 - Estrutura física da Instituição

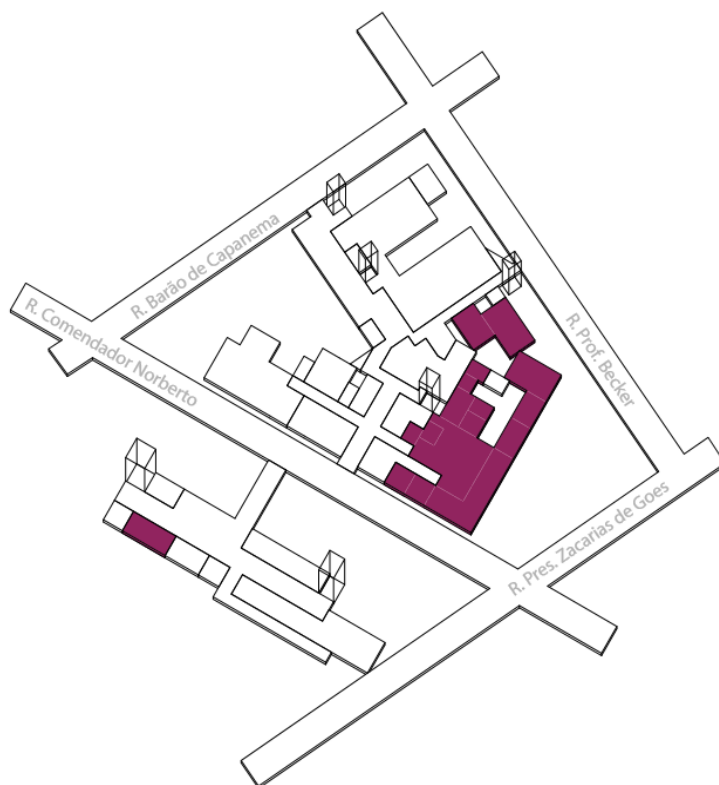


Figura 3 - Estrutura física da Instituição – Setor Administrativo e Sala dos Professores

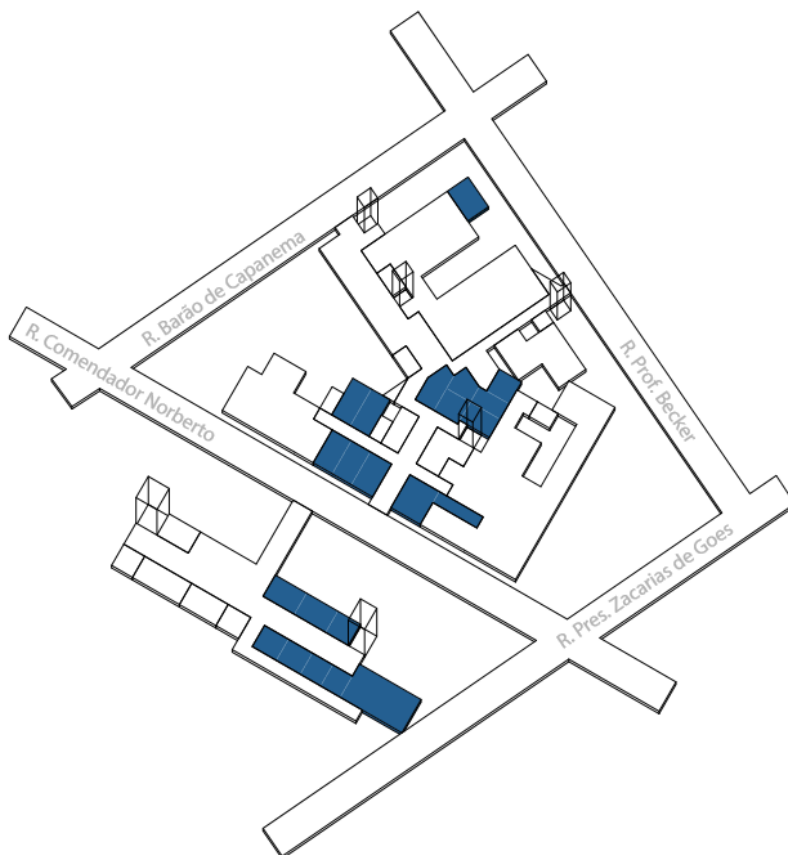


Figura 4 - Estrutura física da Instituição – Salas de aula e Laboratórios

As figuras ilustrativas 2, 3 e 4 demonstram a localização de cada um dos espaços da Instituição - organizada em Blocos, dos estacionamentos, da Clínica de Saúde (RealClin), do Escritórios de Prática Jurídica (EPJ), direcionamento para a Fazenda Experimental e Departamento Veterinário, Setor Administrativo, Salas dos Professores, Salas da aula e Laboratórios.

A demanda institucional foi atendida também na compra de novos aparelhos de data-show, computadores, máquina fotográfica, filmadora, com orçamento previsto e sem o comprometimento de planejamento financeiro.

Ao se comparar os projetos de construção e melhoria de espaços físicos com a atual infraestrutura, percebeu-se que o traçado no PDI vem sendo cumprido para além do proposto e dos prazos previstos.

Sobre as notas atribuídas pelos alunos a cada um dos Setores, segue tabela demonstrativa e comparativa entre os anos de 2010 e 2015:

Avaliação Institucional Setores	2010/1	2010/2	2011/1	2011/2	2012/1	2012/2	2013/1	2013/2	2014/1	2014/2	2015/1	2015/2
Espaço Físico	7,95	8,01	8,13	8,03	8,12	8,33	8,47	8,38	8,43	8,27	8,39	8,03
Coordenação de Curso	8,32	8,15	8,53	8,32	8,22	8,55	8,63	8,53	8,71	8,57	8,61	8,48
Biblioteca	8,43	8,57	8,88	8,83	8,76	8,9	8,93	8,8	8,92	8,82	8,87	8,68
Lab. de Informática	7,97	7,82	8,36	8,4	8,49	8,34	8,53	8,05	8,15	7,45	8,05	8,02
Laboratórios da Saúde	8,5	8,75	8,78	8,73	8,9	9,22	9,27	8,88	8,57	8,01	8,68	8,31
Curso	8,36	8,44	8,68	8,49	8,58	8,73	8,93	8,87	9,07	8,98	8,96	8,89
Ação Social	Não havia avaliação				8,9	8,96	9,05	9,06	9,18	9,09	9,02	8,97

Serviço de Reprografia	6,26	8,51	8,31	8,54	8,53	8,37	8,4	8,52	8,38	8,45	8,44	8,41
Serviço de Telefonia	8,34	8,29	8,53	8,62	8,5	8,53	8,81	8,52	8,78	8,79	8,73	8,8
Recepções	8,79	8,76	9	9,02	8,71	8,69	9,01	8,71	8,88	8,83	8,86	9
Cantina e Restaurante	7,94	8,27	7,99	7,98	7,52	7,81	7,92	7,76	7,85	7,68	7,8	7,4
Secretaria	8,34	8,35	8,61	8,61	8,56	8,81	9,02	8,87	9,05	9,07	9	8,89
Serviços Financeiros	8,38	8,31	8,36	8,55	8,49	8,71	8,92	8,83	8,96	9,06	8,94	8,79

Fonte: Relatórios da CPA – 2015

Na interpretação da tabela, observa-se que a Biblioteca, a Secretaria Acadêmica, os Serviços Financeiros e o Curso figuram entre os maiores índices de satisfação dos alunos. Verifica-se e destaca-se a relevante satisfação do corpo discente em relação ao curso, considerando as notas atribuídas no período entre 2010 a 2015.

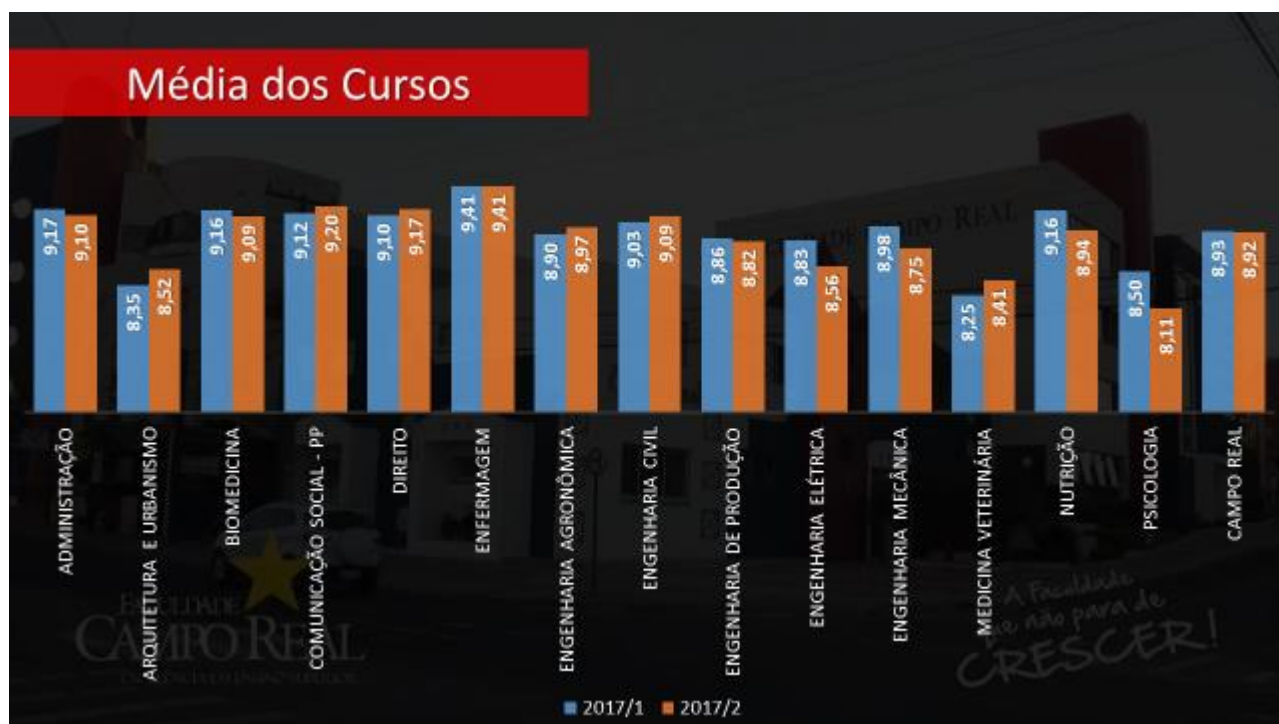
Avaliação Institucional Setores Campo Real												
Curso	2013/1	2013/2	2014/1	2014/2	2015/1	2015/2	2016/1	2016/2	2017/1	2017/2	Variação 2017/1 - 2017/2	
Espaço Físico	8.47	8.38	8.43	8.27	8.39	8.03	8.25	8.19	8.42	8.50	1.0%	
Coordenação do Curso	8.63	8.53	8.71	8.57	8.61	8.48	8.64	8.49	8.65	8.64	-0.1%	
Biblioteca	8.93	8.80	8.92	8.82	8.87	8.68	8.83	8.82	8.81	8.88	0.8%	
Laboratórios Engenharias	9.27	8.88	8.57	8.01	8.68	8.68	8.46	8.38	8.02	8.13	1.4%	
Laboratórios de Informática	8.53	8.05	8.15	7.45	8.05	8.02	8.19	8.31	9.34	8.31	-11.0%	
Laboratórios Saúde	9.27	8.88	8.57	8.01	8.68	8.31	8.46	8.38	8.64	8.75	1.3%	
Curso	8.93	8.87	9.07	8.98	8.96	8.89	8.98	8.83	8.93	8.92	-0.1%	
Agência Experimental - BZZ	9.20	9.04	-1.7%	
Serviço Telefonia	8.81	8.52	8.78	8.79	8.73	8.80	8.81	8.77	8.85	8.85	0.0%	
Recepção Saúde	9.01	8.71	8.88	8.83	8.86	9.00	9.04	8.97	9.11	9.18	0.8%	
Recepção Bloco I	9.01	8.71	8.88	8.83	8.86	9.00	9.04	8.97	8.94	8.91	-0.3%	
Recepção Bloco III	9.01	8.71	8.88	8.83	8.86	9.00	9.04	8.97	9.06	9.13	0.8%	
Recepção CT	9.00	9.04	8.97	9.17	9.06	-1.2%	
Cantina Bloco II	7.92	7.76	7.85	7.68	7.80	7.40	7.73	7.81	7.99	7.49	-6.3%	
Cantina CT	7.40	7.73	7.81	7.60	7.50	-1.3%	
Cantina/Restaurante Bloco I	7.92	7.76	7.85	7.68	7.80	7.40	7.73	7.81	7.79	7.59	-2.6%	
Secretaria Saúde	9.02	8.87	9.05	9.07	9.00	8.89	8.98	8.92	9.32	9.28	-0.4%	
Secretaria Bloco I	9.02	8.87	9.05	9.07	9.00	8.89	8.98	8.92	9.02	9.04	0.2%	
Secretaria CT	8.89	8.98	8.92	9.14	9.12	-0.2%	
Serviços Financeiros	8.92	8.83	8.96	9.06	8.94	8.89	8.90	8.95	8.96	9.00	0.4%	
Reprografia Bloco II	8.40	8.52	8.38	8.45	8.44	8.41	8.47	8.60	8.73	8.58	-1.7%	
Reprografia CT	8.40	8.52	8.38	8.45	8.44	8.41	8.47	8.60	8.71	8.57	-1.6%	
Fazenda Experimental	7.98	7.83	-1.9%	
Hospital Veterinário	8.50	...	
Realclin	9.00	8.88	-1.3%	
Escritório de Práticas Jurídicas	8.88	8.70	-2.0%	
Campo Real	8.75	8.57	8.63	8.49	8.61	8.42	8.52	8.50	8.52	8.50	-0.2%	

Fonte: Relatórios da CPA – 2017

Na interpretação da tabela, observa-se que a Secretaria Acadêmica, os Serviços Financeiros e as Recepções figuram entre os maiores índices de satisfação dos alunos. Verifica-se e destaca-se a relevante satisfação do corpo discente em relação ao curso, considerando as notas atribuídas no período entre 2013 a 2017.



Fonte: Relatórios da CPA – 2017



Fonte: Relatórios da CPA – 2017

Os gráficos destacam a satisfação dos acadêmicos em relação ao Curso e em relação ao atendimento das expectativas, tendo o curso de Psicologia destaque com o menor índice, com 62,5% de satisfação em 2017. Contudo, no mesmo ano, obtendo média pouco maior que 8,0 em 2017/01 e 2017/02. A média geral dos cursos da Instituição está fixada em 8,93 e 8,92, consecutivamente nos dois semestres avaliados no ano de 2017.

Cursos	nota	Atendimento às expectativas	Principal contribuição do curso	% da contribuição
Administração	9.10	89.4%	Formação Profissional	68.3%
Arquitetura e Urbanismo	8.52	79.7%	Formação Profissional	74.8%
Biomedicina	9.09	89.5%	Formação Profissional	83.0%
Comunicação Social - PP	9.20	91.3%	Formação Profissional	63.0%
Direito	9.17	90.9%	Formação Profissional	66.0%
Enfermagem	9.41	93.9%	Formação Profissional	73.9%
Engenharia Agrônômica	8.97	86.0%	Formação Profissional	63.2%
Engenharia Civil	9.09	92.2%	Formação Profissional	74.5%
Engenharia de Produção	8.82	88.0%	Formação Profissional	74.4%
Engenharia Elétrica	8.56	79.1%	Formação Profissional	72.1%
Engenharia Mecânica	8.75	87.5%	Formação Profissional	62.5%
Medicina Veterinária	8.41	76.6%	Formação Profissional	67.4%
Nutrição	8.94	88.4%	Formação Profissional	78.5%
Psicologia	8.11	65.2%	Formação Profissional	71.2%
Campo Real	8.92	85.7%	Formação Profissional	69.3%

Fonte: Relatórios da CPA – 2017

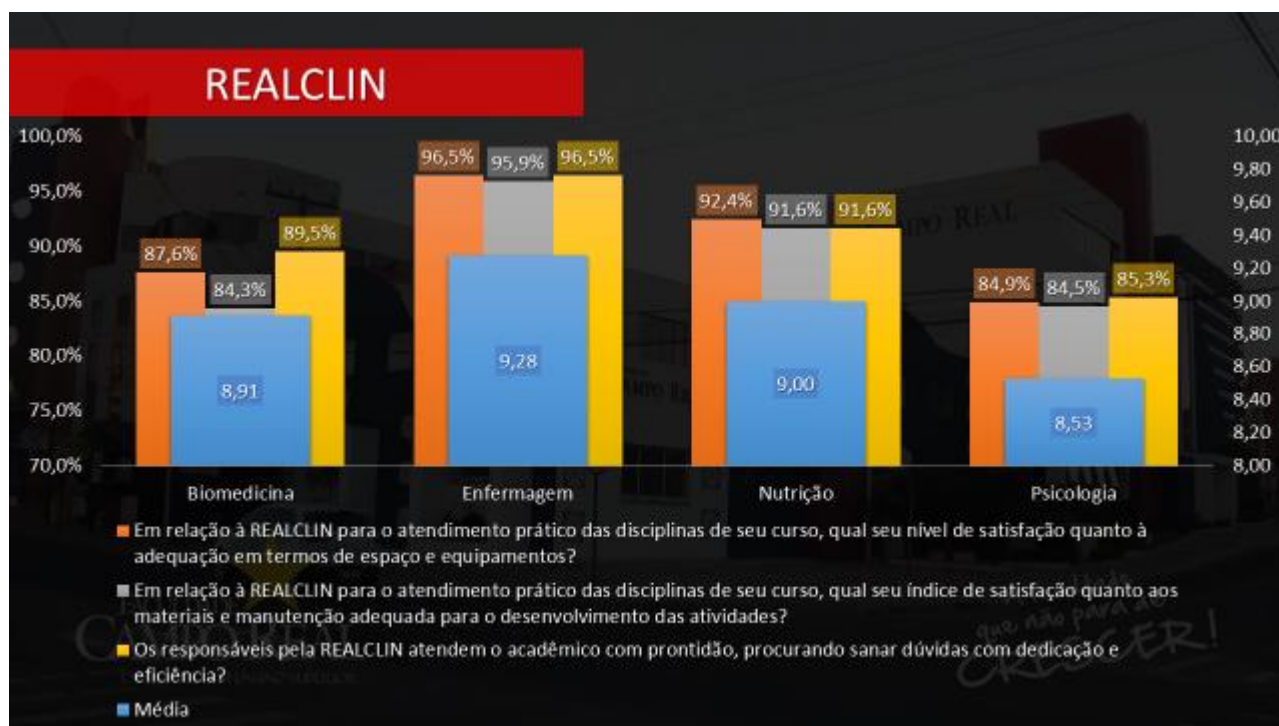
A tabela acima confirma as médias de cada curso, atribuídas no ano de 2017, destacando-se a Formação Profissional sendo indicada unanimemente pelos alunos como a principal contribuição dos cursos.

Interpretando-se, ainda, a tabela com notas dos setores entre os anos de 2013 e 2017, observa-se que os espaços destinados a campo de estágio, a citar, Fazenda Experimental, RealClin, RealVet, Escritório de Prática Jurídica e Agência Experimental - BZZ passaram a ser avaliados a partir do ano de 2017, tendo a Fazenda Experimental o menor índice de satisfação. Ressalta-se que estes ambientes foram avaliados

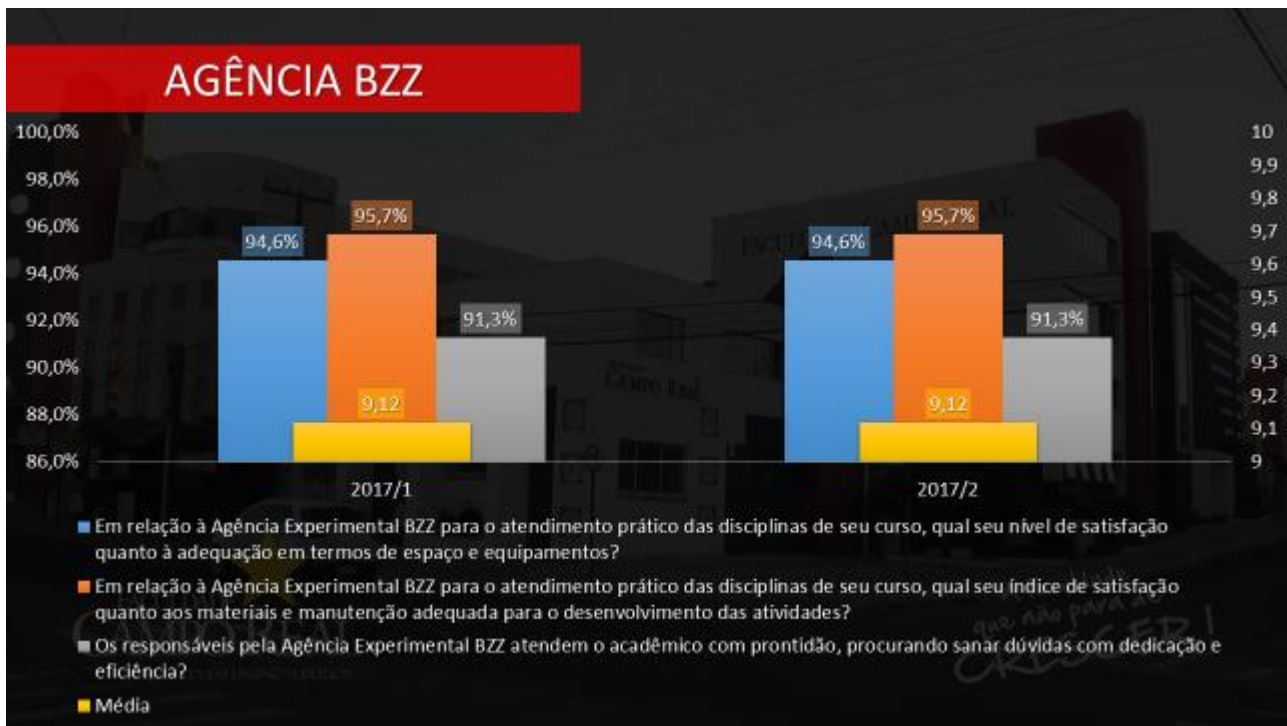
exclusivamente pelos acadêmicos e cursos que os utilizam com fins acadêmicos previstos nas matrizes dos cursos.



Fonte: Relatórios da CPA – 2017

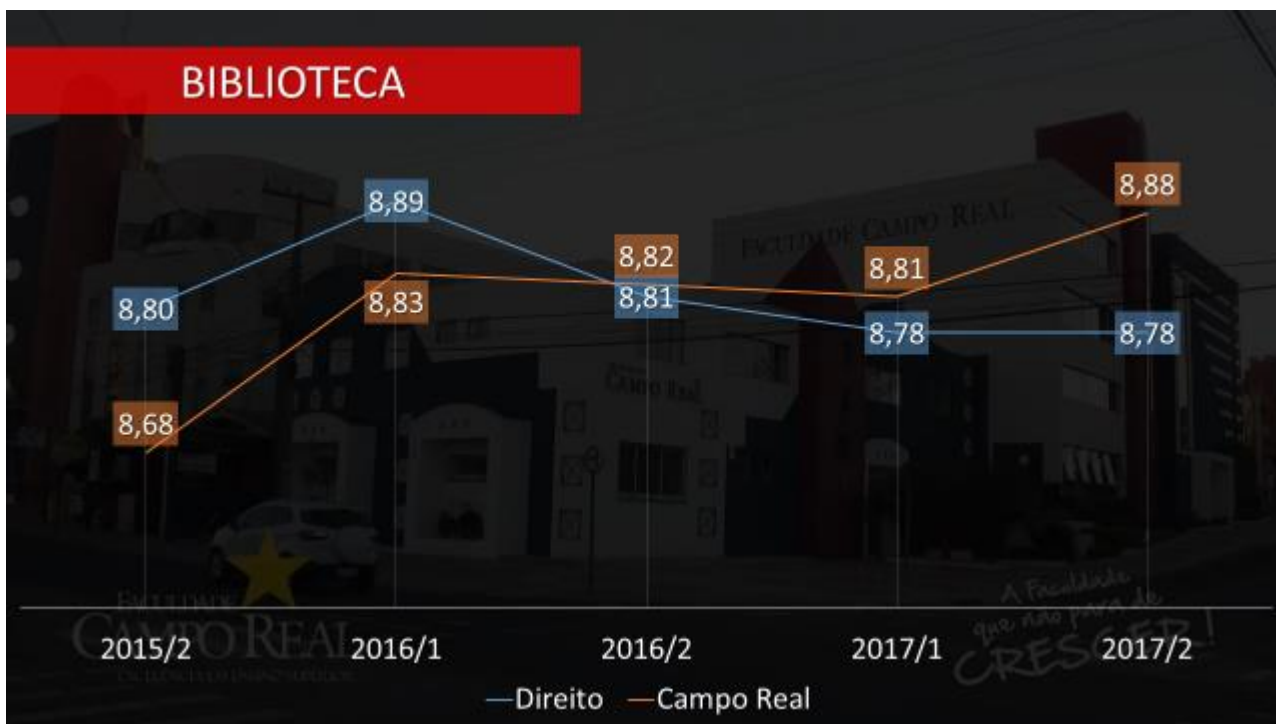


Fonte: Relatórios da CPA – 2017

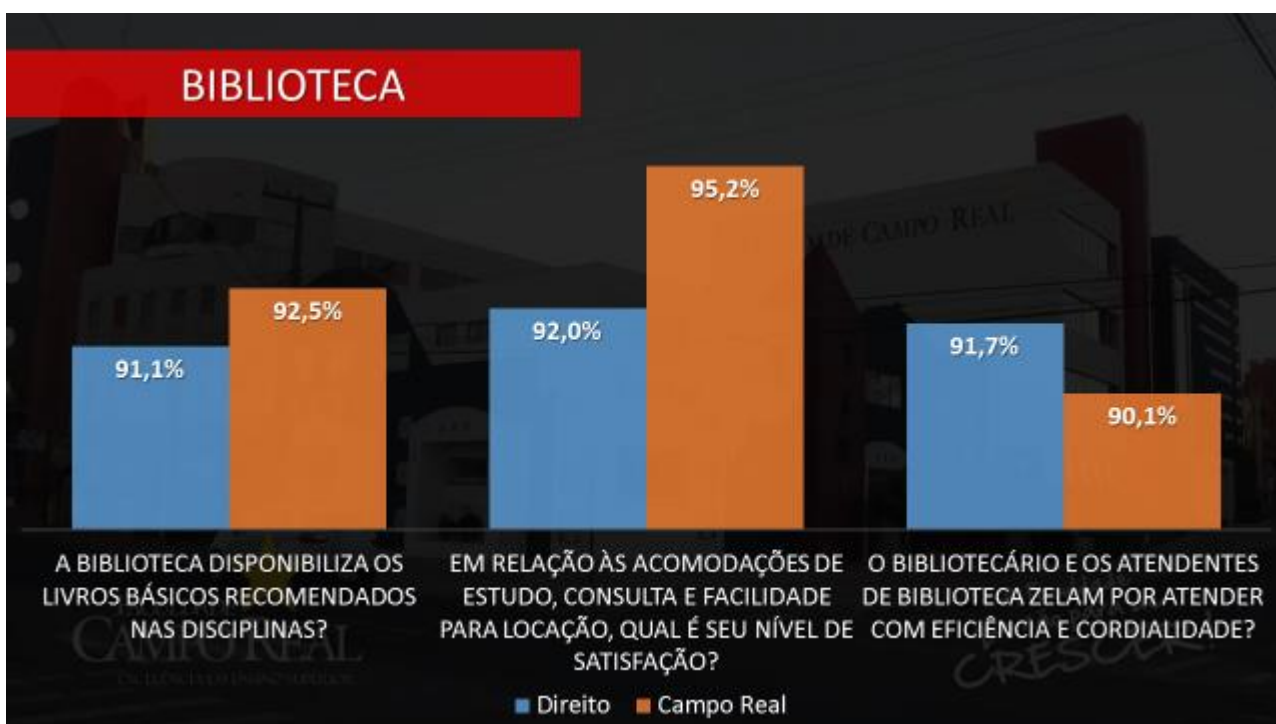


Fonte: Relatórios da CPA – 2017

Podem ser verificados nos respectivos gráficos apresentados, as notas atribuídas a cada campo de estágio, por curso, bem como, índices de satisfação manifestados a partir das perguntas atribuídas a cada setor. Verifica-se que o curso de Enfermagem tem o maior índice de satisfação em relação à RealClin e que o curso de Engenharia Agrônômica tem percentual pouco acima de 70% de satisfação em relação à Fazenda Experimental, o que necessita melhor investigação para que se identifique precisamente o potencial e a fragilidade do espaço, em relação às expectativas dos alunos.



Fonte: Relatórios da CPA – 2017



Fonte: Relatórios da CPA – 2017

Entre os setores avaliados, destaca-se a satisfação dos acadêmicos do Curso de Direito paralelamente aos índices gerais de satisfação da Faculdade acerca da Biblioteca, o que demonstram os dados apresentados no gráfico acima. Entre os anos de 2015 e

2017 percebe-se a manutenção da satisfação, tendo o maior índice de satisfação geral manifestado no segundo semestre do ano de 2017.

Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, do Regimento Interno, do Relatório de infraestrutura e visita em todas às instalações, do Relatório Final de Autoavaliação Institucional 2010-2011 e Reuniões com docentes e corpo técnico-administrativo da IES.

Fragilidades

a) Conclusão das obras de ampliação do espaço adiadas pela empresa contratada para início do ano de 2018 – Centro Tecnológico.

Potencialidades

a) Critérios claros para expansão do acervo;

b) Atendimento eficiente da Biblioteca;

c) Espaço adequado de convívio da comunidade acadêmica;

d) Estacionamento apropriado para portadores de deficiência;

e) Área destinada para estacionamento;

f) Unidade específica para os cursos de Engenharias;

g) Adequação do espaço físico às demandas acadêmico-institucionais.

h) Ampliação das vagas de estacionamento para a comunidade acadêmica;

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todo o processo de autoavaliação demonstra-se que a Instituição, em termos gerais realiza a sua missão e sua responsabilidade social.

Pode-se inferir que essa ação avaliativa é uma estratégia pedagógica que tem a mais alta significação, pelo fato de ter possibilitado a geração de uma expressiva massa de informações atualizadas para o uso do replanejamento dos cursos, observando-se as novas exigências impostas num novo redesenho universitário. Isso significou ampliar e intensificar o processo de integração de diferentes setores, com princípios de trabalho coletivo, bem como contribuir para o atendimento às demandas dos Coordenadores de Curso que necessitam de subsídios para o desenvolvimento de suas atividades.

A autonomia desse processo tem um componente político ligado à autonomia da IES, e “para isso é necessário um elemento de protagonismo dos sujeitos envolvidos e de equilíbrio entre as dimensões regulatórias e emancipatórias para que ela possa exercer seu caráter educativo”. (CUNHA, 2003). Observa-se que a prática de avaliação de iniciativa da instituição e que possibilita uma reflexão contínua sobre suas ações de forma a produzir decisões fundamentadas em estudos da realidade, fortalece a instituição no diálogo com os órgãos oficiais e especificamente com os responsáveis pela avaliação externa.

A experiência descrita neste relatório parcial retrata o andamento de trabalho avaliativo que compreende que a excelência de um Curso de Graduação, que a “Excelência no Ensino Superior” é um conceito pouco objetivo e que não possui uma métrica possível. Para avaliá-la e não simplesmente medi-la torna-se necessário um conjunto de dimensões e instrumentos complementares, capazes de identificar tanto os aspectos relativos à estrutura, processos e resultados quanto aqueles relativos à percepção das pessoas que trabalham produzindo e vivenciando a Educação.

É princípio também a desvinculação do caráter punitivo, discriminatório e burocrático. A avaliação é instrumento político, participativo, de corresponsabilidade, dirigido à emancipação das pessoas, da instituição e da sociedade. Faz-se legítimo, pois a avaliação como instrumento de reconstrução de práticas emerge de um processo de

confronto e negociação construído a partir de diferenças e aceitar essa condição é essencial para a legitimação da avaliação.

É possível concluir que a análise e divulgação dos resultados dos processos de autoavaliação institucional e avaliações externas da instituição atende a princípios da criação e manutenção de espaços de discussão dos resultados, de liberdade política, de garantia de transparência e de construção coletiva do conhecimento.

Os problemas revelados nas análises efetuadas nos resultados dos processos de autoavaliação institucional, demonstram-se na maioria operacionais e de infraestrutura, enquanto que as potencialidades se concentram em aspectos essenciais da vida acadêmica como a qualidade do corpo docente, do ensino, dos serviços e do atendimento dos setores da faculdade.

Os procedimentos de avaliação legitimados a partir da deliberação de ações e aquisições desenvolvidas no processo de Gestão, propiciam o cumprimento dos objetivos e metas propostas PDI.

O princípio da continuidade do processo avaliativo se mostrou fundamental para aprofundar aspectos revelados, ampliar o universo da avaliação e revelar a evolução institucional.

Diante do relato dessa prática de avaliação, compreende-se o cumprimento da fecunda ideia central do PAIUB, que trata da identificação das fragilidades e potencialidades das IES brasileiras e posiciona o processo avaliativo como diferencial, por ser instrumento que serve para orientar as instituições na redefinição constante de seus objetivos, metas e prioridades acadêmico/científicas e sociais. Contrariando as concepções que imprimem à avaliação institucional caráter regulador e redutor (e que fazem o ensino recuar), esse processo demonstrou caráter construtivo, democrático/participativo, valorizando a instituição e o desenvolvimento, enquanto aspecto fundamental e principal propósito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA JÚNIOR, Vicente de Paula. A avaliação da educação superior no contexto das políticas educacionais. In: DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo Ilvo. **Avaliação democrática: para uma universidade cidadã**. Florianópolis: Insular, 2002.

AUGUSTO, R.; BALZAN, N. C. **A vez e a voz dos coordenadores das CPAs das IES de Campinas que integram o SINAES**, v. 12, n. 4, dez, pp. 597-622. Campinas: Avaliação, 2007.

BALZAN, Newton Cesar; DIAS SOBRINHO, José. (Orgs.). **Avaliação institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, PT: Porto, 2003.

BRASIL, MEC. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. Bases para uma nova proposta de Avaliação da Educação Superior Brasileira. Comissão Especial de Avaliação (CEA). Brasília, 2003.

_____. **Diretrizes para avaliação das instituições de educação superior**. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Brasília, 2004a.

_____. **Portaria nº 2.051, de 9 de junho de 2004**. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Brasília, 2004b.

_____. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. Roteiro de Autoavaliação Institucional – Orientações Gerais. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Brasília, 2004c.

_____. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**. art. 11 da Lei nº 10.861/04. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm Acesso em 30 de março de 2017.

_____. **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065**. CONAES, 2014. Disponível em: http://cpa.sites.ufms.br/files/2013/04/Nota_Tecnica_No65_2014_Relatorio_CPA.pdf Acesso em 30 de março de 2017.

CUNHA, M.I. **A avaliação da Educação Superior**, CEA – Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior, MEC/SESU, abril de 2003, mimeo.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 193-207, mar. 2008a.

LEITE, Denise. **Reformas Universitárias. Avaliação Institucional Participativa**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MENEGHEL, Stela M.; ROLB, Fabiene; SILVA, Tattiana T. Freitas da. A relação entre avaliação e regulação na Educação Superior: elementos para o debate. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 89 – 106, 2006.

PENA-VEGA, A.; ALMEIDA, C. R. S.; PETRAGLIA, I. (orgs.). **“Edgar Morin: Ética, Cultura e Educação”**. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. Avaliação da Educação Superior no Brasil: Processo de Construção Histórica. **Avaliação**. Campinas: Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 827-831, nov. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/12.pdf> Acesso em 30 de maio de 2017.